

UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA

JÉSSICA LOPES FACHINETTO

MILITÂNCIA UNIVERSITÁRIA PELA DIVERSIDADE SEXUAL NO GRUPO
MUDD*SE DE MINAS GERAIS

JUIZ DE FORA

2014

Jéssica Lopes Fachinetto

MILITÂNCIA UNIVERSITÁRIA PELA DIVERSIDADE SEXUAL NO GRUPO
MUDD*SE DE MINAS GERAIS

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais da UFJF pela aluna Jéssica Lopes Fachinetto como requisito parcial para obtenção do título de Mestre.

Orientadora: Profa. Dra. Marcella Beraldo de Oliveira

2014

“Meu sexo é feminino, mas tenho um masculino de plástico na gaveta, serve?”

“Pode deixar hétero, a não ser que ‘miss gay’ seja uma opção”

(Integrantes do MUDD*Se, resistindo às categorizações que o presente trabalho lhes imputa)

AGRADECIMENTOS

Gostaria de agradecer, em primeiro lugar, à minha família.

A todos os meus colegas de mestrado, pelo apoio durante essa jornada: desde os que deram contribuições pontuais nas etapas finais até aqueles com os quais construí uma amizade forte e perene.

Aos que participaram de nossas reuniões sobre gênero, e que deram muitas contribuições para minha entrada em campo, etnografias e para o texto da dissertação de modo geral.

Um agradecimento muito especial aos integrantes do MUDD*Se, muitos dos quais considero ternos amigos. Todos tiveram imensa paciência com minha presença, e meus questionamentos: Linda Valéria, Daniele Hagale, Lara Almeida, Brune Coelho, Cláudio Magno, Luciana, Jane Badaró, Raquel Souza, Angelo, Raphael, Thales Tácio, Alice, Cleiton, Mariana Mendes, João Paulo, Jerônimo, Isaac (infelizmente, falecido em abril por acidente) e Natália Souza.

Seria impossível agradecer nominalmente a cada um(a), mas todos os integrantes da RUDS foram de grande importância nessa jornada. Também pela paciência com que me acolheram e tiraram dúvidas, chegando mesmo a sugerir bibliografias. Um agradecimento especial ao pessoal do Primavera nos Dentes: Savana, Luiza, Jean, Diego, Patrick e Kênia; do Urucum, pelo acolhimento na viagem a Lavras, e do GUDDS, por esclarecimentos políticos, burocráticos e bibliográficos, além do carinho e atenção.

Agradeço a minha orientadora, Prof^a. Dr^a. Marcella Beraldo de Oliveira, que esteve comigo nessa dura jornada e, não me deixando desistir, dedicou vários meses de trabalho a essa dissertação.

Agradeço a Isadora Lins França, por valiosas dicas que certamente foram importantes para a consolidação deste trabalho, no ano de 2012, em visita à UFJF.

Ao professor Jorge Leite Júnior, também por importantes frutíferas observações durante minha apresentação em congresso dos alunos da pós-graduação em Ciências Sociais da UFSCar, em 2012.

Aos professores Paulo Cesar Pontes Fraga e Cristina Dias, pelas contribuições durante o processo de Qualificação. Mais uma vez, a Cristina Dias, a Rogéria Dutra e a Elizabeth Pissolato, por excelentes comentários durante minha apresentação no Núcleo Tapuia de Antropologia do PPGCSO (UFJF) em 2013.

Agradeço a CAPES, pelo apoio financeiro durante esses dois anos. Por último, aos meus revisores, Lúcia Helena Lopes Fachinetto, Daniel de Oliveira Medeiros Ribeiro e Murilo Araújo.

SUMÁRIO

Introdução.....	7
Trabalho de Campo com o MUDD*Se: 2011 a 2013	10
Pertencendo ao campo: dilemas e soluções.....	13
Organização deste trabalho	17
1. Históricos cruzados: Movimentos LGBT e Movimentos de Diversidade Sexual.....	19
1.1. Construção dos movimentos de diversidade sexual	19
1.1.1. Entre a ONG e a Universidade.....	22
1.2. Histórico do MUDD*Se.	29
1.3. A RUUDS como espaço de grupos análogos	38
1.4. ENUDS: o encontro nacional	46
2. MUDD*Se: articulações e dinâmicas.....	48
2.1. O MUDD*Se como rede de relações.....	48
2.2. MUDD*Se e Partidos Políticos na UFJF.....	56
2.2.1 Maria Maria e Coletivo de Mulheres do DCE: outros grupos militantes da UFJF.....	56
2.2.2. Ato público contra o estupro da caloura que “pediu pra ser estuprada”: rixas, rachas e outros entraves que a partidarização impõe às pautas feministas na universidade	61
2.2.3. O MUDD*Se no contexto da UFJF: o contato com outros grupos militantes	63
3. Construção de marcadores sociais da diferença: casos emblemáticos do campo.....	71
3.1. Violências no ENUDS: entraves à construção dos movimentos	71
3.1.1. Ana: transexual lésbica excluída por lésbicas CIS.....	71
3.1.2. Duas estudantes molestadas na casa de banho.....	74
3.1.3. Briga de marido e mulher.....	75
3.2. Corpo em transformação no MUDD*Se: transexualidade na universidade	77
3.3. “‘Viado’ gosta é de festa”?	82
3.4. Juventude e religião: categorias da militância universitária?	87

Conclusões: política de coalizões entre corpos nem tão abjetos assim	92
Bibliografia.....	92
Anexos	104

INTRODUÇÃO

O objetivo da presente dissertação é compreender as representações sociais de gênero¹, tomando-o como marcador social de diferença, em seu processo de construção e articulação a outros marcadores sociais de diferença², em um movimento social universitário de defesa da diversidade sexual em Juiz de Fora, denominado MUDD*Se (Movimento Universitário em Defesa da Diversidade Sexual). O grupo foi criado em 2011, acompanhando uma tendência crescente: desde o início dos anos 2000, verificou-se uma explosão desse tipo de militância no Brasil, consolidando-se em 2002, com o primeiro Encontro Nacional Universitário de Diversidade Sexual, o ENUDS, que, a partir de então, passou a acontecer anualmente em cidades de diferentes regiões brasileiras.

Realizei trabalhos etnográficos com o grupo MUDD*Se entre maio de 2011 e maio de 2013. O principal método utilizado foi a observação das reuniões e eventos do grupo, apoiada no conceito de “descrição densa” de Geertz (2007), como será exposto no próximo tópico.

Durante a primeira fase da pesquisa – coincidente com o primeiro ano dela (de maio de 2011 a maio de 2012) –, eu não compartilhava da condição de militante do grupo. Em maio de 2012, surgiu a necessidade de representar o MUDD*Se junto à Rede Universitária de Diversidade Sexual de Minas Gerais (RUDS Minas), para poder viajar com o grupo. Nesse momento, dei início à segunda fase da minha pesquisa (maio de 2012 a maio de 2013), na qual, além de pesquisadora, passei a ser membro atuante do movimento universitário.

Foi durante o primeiro evento realizado pelo grupo, o Dia do Combate à Homofobia, em 17 de maio de 2011, que conheci o MUDD*Se e tive o primeiro contato com alguns de seus integrantes. Foi nesse dia ainda que decidi tornar o MUDD*Se como meu objeto de estudo. Assim, ao final da última mesa, busquei informações a respeito de locais e horários das reuniões.

Acompanho todas as reuniões do grupo desde maio de 2011 – reuniões que, nesse primeiro ano, variavam de semanais (regulares) a diárias (extraordinárias), dependendo do volume de atividades. Entretanto, nos anos de 2012 e 2013, elas praticamente não ocorreram.

¹ Gênero, no presente estudo, será pensado nos termos de Judith Butler (2010). Para ela, gênero é a “contínua estilização do corpo em um conjunto de atos repetidos, no interior de um quadro regulatório altamente rígido, que se cristaliza ao longo do tempo para produzir a aparência de uma substância, a aparência de uma maneira natural de ser”.

² Embora “geração” e “religião” sejam marcadores relevantes para pensar um grupo de diversidade sexual universitário, são os diferentes cursos de graduação os maiores responsáveis pelas diferenciações entre membros do grupo, como será visto no capítulo II do presente estudo.

Em 2012, fiz duas viagens com o grupo, uma a Barra Longa e outra a Lavras, para acompanhar a III e a IV reuniões da RUDS, respectivamente. Ambos os encontros fizeram parte do campo desta pesquisa. Além da observação participante, acompanho o grupo de e-mails do MUDD*Se e as páginas aberta e fechada do grupo na rede social *Facebook*.

Também acompanhei o grupo em eventos nos quais o MUDD*Se se envolveu, observando (1) a participação em congressos e conferências promovidos por outras instituições, como o Pré-Congresso e o Congresso da Associação Nacional dos Estudantes – Livre (ANEL), o pré-ENUDS e o ENUDS³; (2) o apoio a outras instituições na organização de eventos, como o 14º Rainbow Fest⁴; e (3) os eventos próprios, pensados e desenvolvidos inteiramente pelo MUDD*Se, podendo ou não ter apoio de outras instituições, como o Dia de Combate à Homofobia de 2011, a I Conferência Municipal LGBT e a II Semana da Diversidade Sexual⁵.

Diante do imperativo de cumprir prazos e tomar decisões, muitas reuniões extraordinárias foram realizadas pelos integrantes. Durante as férias de julho de 2011, que antecederam a I Conferência Municipal LGBT, criaram-se grupos de trabalho, de modo que as atividades ocorriam todos os dias da semana, de segunda a sexta-feira, geralmente na sede do Movimento Gay de Minas (MGM). Ao final de cada dia, os integrantes enviavam ao e-mail do grupo um relatório com o que havia sido feito e o que deveria ser realizado no dia seguinte. Nessa época, os finais de semana eram usados para reuniões gerais e balanço das atividades, além de discussões sobre o rumo que a preparação para a I Conferência Municipal estava tomando.

Assim, reuniões ordinárias e extraordinárias foram acompanhadas da mesma forma que eventos promovidos pelo grupo, algumas das viagens pelo estado de Minas Gerais e discussões que aconteciam via internet. Tais elementos conformaram o campo de pesquisa da presente dissertação, durante os anos de 2011, 2012 e até meados de 2013.

³ O ENUDS é o Encontro Nacional Universitário de Diversidade Sexual, que teve sua décima edição em 2012. Esse encontro reúne grupos pela diversidade sexual das mais distantes Universidades do Brasil. Ele não é uma instituição fixa, o que faz com que, ao longo do ano, apresente formas diferentes. Um encontro e dois pré-encontros (que o antecedem e preparam) ocorrem anualmente. Além disso, o ENUDS apresenta lideranças não necessariamente institucionalizadas, que se tornam difusas e difíceis de serem acessadas. Mais sobre o ENUDS será dito nos capítulos I e III deste trabalho.

⁴ O Rainbow fest é um festival com duração de uma semana que inclui diversos eventos. Em 2011, ocorreu o I Simpósio de Sexualidade e Direito; o I ENGAIDS (Encontro Nacional de Gays e HSH); a 9ª Parada da Cidadania e do Orgulho Gay de Juiz de Fora, que fecha duas importantes avenidas da cidade para dar espaço a trios elétricos, tendo forte apelo popular; e a I Conferência Municipal LGBT da cidade de Juiz de Fora, organizada pelo MUDD*Se; além de atividades culturais, que geralmente incluem DJs, apresentações e shows em festas que encerram as atividades do dia. Outro evento importante que está contido no Rainbow Fest é a etapa nacional do Miss Gay, em que vencedoras de vários estados viajam para desfilarem em Juiz de Fora.

⁵ Ver Tabela I.

Com tempo e atenção variáveis, pude observar vários dos grupos que compõem a RUDS. Entre eles, diversas das similaridades eram gritantes e recorrentes: a resistência de estudantes (tidos como “conservadores”) aos grupos de diversidade sexual repetia-se nos relatos dos oito grupos presentes na III reunião, em Barra Longa. Essa aversão se convertia em episódios de violência simbólica ou física, com os quais os estudantes eram obrigados a lidar. Para tanto, recorriam a meios similares, já que estavam estruturados em arranjos semelhantes: dentro da universidade, o DCE, a reitoria; fora dela, ONGS e órgãos do poder público.

De igual modo, foi observando similaridades entre os diferentes grupos mineiros que defendem a diversidade sexual que cheguei à principal assertiva a respeito da manutenção de suas identidades. O subitem 1.1.1, “Entre a ONG e a Universidade”, neste trabalho, resume a característica fundamental dos grupos universitários, no meu entender, vistos de dentro: eles não são ONGs. Do ponto de vista teórico, Judith Butler e Michel Foucault, vez ou outra mencionados pelos militantes, dão respaldo à ideia de sexualidade não-natural e não produtora de identidade. Defendo, no entanto, que, na prática, no dia-a-dia dos militantes, é a oposição às identidades defendidas pelas ONGs (e não os trabalhos teóricos) o fator determinante para a construção de “identidade” dentro dos grupos universitários de diversidade.

Portanto, aspectos característicos dos grupos de diversidade sexual foram observados e inferidos em campo. Será possível pensar, a partir de bases teóricas sólidas, noções de “pessoa”⁶, “identidade”, além de “gênero” e “sexualidade” como “marcadores sociais da diferença” hierarquizantes. No entanto, não há teoria para acompanhar as análises sobre as características específicas dos grupos de diversidade sexual.

Como objeto novo, os movimentos universitários em defesa da diversidade sexual precisam ser pensados como elemento inédito tanto da militância homossexual quanto da militância universitária, não sendo equiparáveis nem a movimentos homossexuais anteriores aos anos 2000 nem aos movimentos estudantis de modo geral.

Nesse sentido, observar apenas o grupo MUDD*Se não seria suficiente para isolar todas as características relevantes desse determinado tipo de grupo. O contato com a Rede Mineira e, em menor grau, com o ENUDS, permitiu a construção da ideia de “grupo de diversidade sexual universitário”.

E, assim, embora meu objeto de pesquisa seja ainda o grupo da cidade de Juiz de Fora, como foi dito à abertura do trabalho, a possibilidade de observar grupos em situações

⁶ Os termos de “pessoa”, “identidade”, “gênero” e “sexualidade” serão pensados especialmente a partir dos trabalhos de Butler (2013).

análogas tornou-se fundamental para a compreensão da organização e da ação, das representações e das dificuldades do grupo aqui sediado.

Trabalho de Campo com o MUDD*Se: 2011 a 2013

A pesquisa de campo no MUDD*Se teve início no ano de 2010, estendendo-se até 2013, em diversas etapas. Após uma breve caracterização sobre o método etnográfico, apresentarei alguns dos dilemas enfrentados durante o trabalho de campo realizado para esta pesquisa. De início, partindo de Malinowski, passando por Geertz – cujo conceito de “descrição densa” foi base na observação das reuniões e eventos do grupo –, até a Antropologia Urbana, farei uma análise concisa de tópicos fundamentais da metodologia antropológica.

Malinowski (1984) defende a necessidade de rigor nas descrições metodológicas de etnografias:

Nas ciências históricas, ninguém pode ser visto com seriedade se fizer mistério de suas fontes e falar do passado como se o conhecesse por adivinhação. Na etnografia, o autor é, ao mesmo tempo, o seu próprio cronista e historiador; suas fontes de informação são extremamente acessíveis, mas também bastante enganosas e complexas; não estão incorporadas a documentos materiais fixos, mas sim ao comportamento e à memória de seres humanos. Na etnografia, é frequentemente imensa a distância entre a apresentação final dos resultados da pesquisa e o material bruto das informações coletadas pelo pesquisador a partir de suas próprias observações. (...) Uma breve apresentação acerca das tribulações de um etnógrafo (...) pode trazer mais luz a questão do que qualquer argumentação muito longa e abstrata. (MALINOWSKI, 1984, p. 18-9)

A observação participante foi a principal inovação de Malinowski na metodologia antropológica, uma vez que sua defesa da imersão do pesquisador em campo ocasionou descrédito irreversível na coleta de informações em comunidades através de terceiros (viajantes e padres, por exemplo), bem como a perda da confiabilidade na reflexão acerca dos costumes descobertos dentro da biblioteca – o que era chamado “antropologia de gabinete”. A proposta de observação participante de Malinowski exigia o contato direto do pesquisador com os nativos e a máxima participação dele na vida e nos costumes locais – tomando parte em rituais, buscando compreender a língua, mapeando as habitações, convivendo diariamente com os “selvagens”.

Por vezes, o trabalho de Malinowski foi criticado por propor uma visão demasiado utilitarista da cultura (MALINOWSKI, 1975). No entanto, a percepção de que “o conteúdo” do que poderia ser significado como “cultura” era tão “particular e variável” que não poderia ser simplesmente deduzido da “forma” (instituições, por exemplo) foi marco que

fez avançar o estudo desse conceito tão fundamental – o de cultura (MALINOWSKI, 1975, p.20). De fato, “ninguém antes tinha se esforçado em penetrar tanto na mentalidade dos outros, como ele fez nas suas sucessivas estadias nas ilhas Trobriand” (LAPLANTINE, 2007, p.80).

Como principal marco do desenvolvimento da metodologia antropológica está a proposta de Clifford Geertz (2008), de uma antropologia interpretativa. Nela, é sublinhada a necessidade de compreender a visão do antropólogo mais como “um olhar” sobre a sociedade estudada do que como “a realidade” – um olhar dentre muitos possíveis.

Dessa forma, o compromisso com as teorias antropológicas não tornaria as análises do etnógrafo “mais verdadeiras” do que os olhares nativos sobre aquela sociedade. O olhar do etnógrafo seria simplesmente um olhar munido de ferramentas teóricas antropológicas, comprometido com questionamentos prévios e enriquecedor do conhecimento sobre determinada sociedade, por ser “mais um” ponto de vista acerca dela.

Ainda no tocante à metodologia, a prática da “descrição densa” pode ser destacada como mais uma fundamental contribuição de Geertz à antropologia moderna. Nesse tipo de descrição, a tentativa do antropólogo é a de capturar, através das “miudezas” de atos, gestos, palavras, imersas no contexto, os significados emprestados pelo nativo à ação ou situação. Isso pode ser exemplificado a partir da já clássica distinção entre diferentes tipos de piscadelas: a piscadela que é tique nervoso, a piscadela que é sinal para um amigo, a piscadela que é imitação do tique nervoso, como zombaria, etc. (GEERTZ, 2008)

É importante notar que, da antropologia funcionalista de Malinowski à interpretativa de Geertz, surgiu um novo e distinto tipo de objeto. Antes, a antropologia supunha sempre um “outro”, distante, do ponto de vista tanto dos significados culturais quanto da geografia. Mas os estudos em antropologia urbana trouxeram um objeto bem mais próximo (geograficamente) do pesquisador do que nativos de terras longínquas. Com isso, uma nova série de inquietações metodológicas passou a preocupar os cientistas⁷.

Refletindo acerca da necessidade de “estranhar o familiar”, sublinhada, também, por Roberto DaMatta, Gilberto Velho destaca que “dentro de uma grande metrópole há descontinuidades vigorosas entre o ‘mundo’ do pesquisador e outros mundos, fazendo com que ele possa ter experiências de estranheza, não-reconhecimento ou até mesmo choque

⁷ Eunice Durham (2004, p. 33), por exemplo, afirma que a identificação do pesquisador com os nativos é salutar e até necessária, já que sem ela “seria impossível aprender ‘de dentro’ categorias culturais com as quais a população articula sua experiência de vida social e ordena sua prática coletiva.” Mas a autora alerta para o risco de os antropólogos explicarem a sociedade através das categorias nativas, ao invés das categorias antropológicas.

cultural comparáveis às de viagens a sociedades e regiões ‘exóticas’.” (VELHO, 2004, p.126-7)

Alba Zaluar (2004) aponta alguns problemas na pesquisa de campo, tendo como enfoque especialmente a relação sujeito (observador)/objeto (nativo):

Sem história, sem reflexão, sem crítica, sem criação, um homem consensual, conformista e tradicional, um prisioneiro da rigidez da língua, o “nativo” não tem nada a ver com a nossa teoria do sujeito. Um homem nu, porque despido de toda a variedade histórica, apenas repete um único mito: o do *logos*, que desconhece, mas que o comanda de dentro, desde o seu inconsciente. (Tedlock, 1979 apud Cardoso, 2004) O outro, observador absoluto que decifrou o enigma dos códigos, um ser histórico, crítico, que acumula conhecimentos e que os discute, analisa e supera. Desde [que esteja em] um lugar onde lhe está garantida a objetividade, este observador é um sujeito que domina o *logos* e pode usá-lo em sua estratégia de obter novos conhecimentos e decifrar mistérios.

Em sua discussão, a autora discute a ausência de reflexões a propósito da pesquisa de campo e do papel do pesquisador, que pode reforçar lideranças locais ou selecionar informantes, ignorando disputas internas aos grupos. No trecho acima destacado, Zaluar critica que pesquisas antropológicas descrevam os nativos como “seres consensuais”, ou seja, “sem história, sem reflexão, sem crítica, sem criação” e imaginem que só os antropólogos possam decifrar os “enigmas dos códigos”. A dualidade pesquisador “histórico e crítico” *versus* o nativo “sem história e sem reflexão” é descortinada como parcial e problemática.

De todo modo, a crítica principal está centrada na questão da linguagem (bem como na da cultura) e de como a tradição antropológica não tem conseguido escapar de interpretá-la “como instrumento de decifração mais do que como meio de ação e expressão” (BOURDIEU, 1972 apud ZALUAR, 2004). Zaluar enfatiza que o significado da fala também é extralinguístico, ou seja, não é pura subjetividade. A relação não se dá estritamente entre o pesquisador e o nativo, mas também entre os nativos, uns e outros. E é com atenção à interação entre eles próprios que a observação participante encontrará rico material. A autora não propõe, no entanto, que se deixem de lado as interlocuções pesquisador/pesquisados, mas, sim, que não se divorciem essas falas do contexto, e que não se descarte a possibilidade de o nativo estar falando meramente o que o pesquisador quer (ou merece) ouvir.

Colocadas estas questões, apresento, na seção seguinte, a entrada em campo e a pesquisa realizada para este trabalho. Do mesmo modo, introduzo algumas das questões que se tornaram centrais no estudo, como o ineditismo nos movimentos universitários de defesa da diversidade sexual em relação tanto à militância homossexual quanto à militância universitária.

Pertencendo ao campo: dilemas e soluções

A aceitação da minha presença em campo (questão que frequentemente é um entrave aos antropólogos) deu-se de maneira tranquila. No entanto, a manutenção da condição de pesquisadora mostrou-se trabalhosa, como será relatado no presente subitem.

Na semana seguinte ao Dia do Combate à Homofobia – o primeiro evento realizado pelo MUDD*Se, no dia 17 de maio de 2011 –, fui ao local onde havia sido informada de que ocorreria a reunião do grupo. O número da sala, no Instituto de Ciências Humanas, não havia sido definido porque o grupo não tinha autorização para reservar um espaço fixo para as atividades, ocupando ao acaso a que estivesse vazia.

Fui bem recebida no primeiro momento em que entrei no local onde ocorria a reunião, tendo logo sido convidada a sentar-me. Explicaram que estavam fazendo um balanço do evento que ocorrera na semana anterior. Só com o tempo em campo pude perceber que as principais questões que eu observaria ao longo dos próximos dois anos já estavam ali colocadas. A discussão central, naquele momento, era se o nome de determinadas instituições – em especial o da ANEL⁸ – deveria ou não aparecer no certificado.

Ao final da reunião, falei sobre minha condição de pesquisadora, e que gostaria de ter o MUDD*Se como objeto do estudo antropológico que resultaria na minha monografia. Disse que achava que poderia ser interessante também para eles, na medida em que a monografia é um registro que a universidade mantém.

Embora naquele primeiro momento não tivesse ficado claro, para a maioria dos membros, como seria essa pesquisa (o que é uma etnografia ou qual exatamente seria o meu enfoque, por exemplo), eles aceitaram a proposta com a mesma simpatia com que me haviam recebido. Todavia, foi somente aos poucos que se habituaram à minha presença e, por diversas vezes, tal estranheza se refletiu em comentários desconfiados sobre meu caderno de campo.

⁸ A ANEL (Associação Nacional dos Estudantes - Livre) é uma organização que se pretende constituir enquanto uma união estudantil nacional paralela à UNE (União Nacional dos Estudantes), por considerar que as ligações da UNE com o governo federal teriam esvaziado essa instituição de autonomia e representatividade. Embora já em 2008 se ouvissem, na UFJF, boatos sobre a criação de tal instituição, foi só em 2010 que ela se deu, tendo ganhado expressão nacional significativa apenas em 2011. No ano seguinte, a ANEL conseguiu promover um encontro nacional de peso dos estudantes. Em maio de 2013, a II edição do Congresso Nacional da ANEL aconteceu em Juiz de Fora e reuniu estudantes de várias cidades brasileiras. Em Juiz de Fora, a ligação da ANEL com o Partido Socialista dos Trabalhadores Unificado (PSTU) é muito forte. No entanto, tal fato é uma idiosincrasia municipal, de modo que, em nível nacional, não há uma correspondência direta entre ANEL e PSTU. A resistência do MUDD*Se em deixar vincular o nome do grupo à ANEL (e também à UNE) será fortemente tematizada ao longo desta dissertação.

Em dada ocasião, discutia-se sobre prestação de contas à RUDS, quando alguém disse “... e tudo o que não gastarmos tem que ser devolvido”, e outro membro corrigiu, “*Não, tudo o que não conseguirmos nota tem que ser devolvido*”, e logo virou-se para mim, em tom ríspido: “*pode anotar mesmo!*”⁹.

Em outro momento, quando se falava sobre práticas sexuais divergentes da heteronorma, alguém comentou sobre a relação sexual praticada entre três pessoas. Imediatamente, um segundo membro advertiu: “*a conversa está sendo registrada*”, e, com ar um pouco constrangido, olhou discretamente para mim. Outro participante, incomodado pela censura, respondeu: “*E qual o problema? A gente é um grupo que luta por direitos. E a gente quer direitos, mas quer putaria também! E não fomos nós que inventamos o sexo a três*”; seguido por mais uma, que, com uma pitada de bom humor, acrescentou: “*É verdade! Tome nota aí, Jéssica, nós não inventamos o sexo a três*”.

Mas nem sempre as ressalvas acerca de meu caderno se davam por temor de divulgação de algum assunto específico. Em abril de 2012, uma integrante que há muito não acompanhava as reuniões assumiu postura de incredulidade e desalento ao ver que eu ainda fazia anotações: “*Menina, você não acabou com isso até hoje?*”. Na fala, ficava claro que ela estava incomodada por ainda ter de conviver com uma pesquisadora. Entretanto, tive a impressão de que se sobressaía quase um tom de pena, daquela que continuava anotando sem parar, sem chegar a lugar nenhum. Dessa forma, o fato é que muitos integrantes, conquanto gostassem de minha assiduidade e interesse pelo grupo, percebiam minha pesquisa como vazia e sem sentido.

Mas o mal-estar deles pode ter ido muito além de simples conversas ou assuntos específicos registrados. O incômodo foi, antes, com a situação de estar “sob vigia”, ainda que nada do que se dissesse constituísse motivo de vergonha. Cabe citar um momento que deixa isso bastante claro, ocorrido durante o encontro de Lavras, quando, pela primeira vez, substituí o caderno pelo gravador (só à noite eu ainda fazia anotações). Em determinado momento, uma integrante do MUDD*Se, ao deparar-se com o gravador, exclamou: “*Ai, tira*

⁹ Essas reações são interessantes. Em um grupo em que várias pessoas têm a palavra, é completamente impossível anotar tudo o que se passa. Interessada nas noções de gênero, representações sobre homem, mulher, lésbica, etc. (embora algumas relações institucionais também fossem interessantes), minúcias sobre prestação de contas não me interessam. No entanto, a velocidade com que registro as falas, obviamente muito mais lenta do que elas ocorrem, faz com que os integrantes tenham a impressão de que anoto tudo o que dizem. Assim, dirigem-se a mim em diversos momentos para justificar-se (ou para outros a dizer “cuidado que ela vai anotar tudo”), mesmo diante de temas que em nada interessam à minha pesquisa. De todo modo, a reação deles à minha anotação, mesmo quando se enganam a respeito do que está sendo anotado, é interessante ao presente estudo porque desvela o desconforto que sentem em relação à minha presença e, especialmente, porque sublinha os assuntos que os deixam desconfortáveis e revela que imaginam que eu teria algum julgamento moral a fazer diante de determinadas falas.

isso daqui”. Assustada, desliguei o gravador: “*Achei que você tivesse dito que eu podia gravar*”, eu disse. E ela respondeu: “*Você pode! Pode gravar tudo o que quiser, registrar tudo, escrever tudo, eu não me importo. Mas não quero ver esse gravador. Eu sei que você tá registrando, tudo bem. Mas vendo ele eu me sinto mal.*”

Além da confiança que o pesquisador precisa conquistar (convencendo os pesquisados de que não usará o material colhido “contra” o grupo), ele deve ter a ciência de que pode ser extremamente desagradável para os pesquisados ter alguém registrando suas conversas o tempo todo.

De qualquer maneira, como mencionei anteriormente, minha condição dentro do grupo não permaneceu estática durante os três anos que compreenderam o desenvolvimento do estudo (2011, 2012 e 2013). Cheguei como pesquisadora. Foi assim que me apresentei na primeira reunião de que participei. No começo da pesquisa de campo, eu etnografava reuniões do grupo sem compartilhar da condição de militante; estava disposta a ajudar eventualmente, no que fosse necessário, como forma de retribuir a receptividade deles, mas nada além disso.

Porém, como já mencionado, em maio de 2012, foi necessário assumir a condição de militante para representar o MUDD*Se junto à RUDS e poder viajar com o grupo. No entanto, essa viagem a Barra Longa foi apenas a “gota d’água”, por assim dizer, de um processo que há muito vinha se desenrolando. Lembro-me de que, durante minha primeira reunião, eu havia reiterado que não queria ser considerada membro do grupo, preferindo ocupar apenas a posição de pesquisadora, auxiliando esporadicamente no que fosse necessário. Esse discurso, aliás, eu repetiria muitas vezes ao longo de 2011.

Mais tarde, ao final de uma das primeiras reuniões que frequentei, saí acompanhada de uma das integrantes, que cursava Pedagogia e morava perto da parada onde eu tomava o ônibus. Durante nossa curta caminhada, comentei sobre a complexidade da relação pesquisador/objeto na Antropologia e por que achava que seria melhor para a pesquisa se eu não me juntasse ao MUDD*Se. Com os olhos arregalados, ela escutava tudo, sempre concordando com a cabeça e, assim que chegamos ao ponto, despediu-se apressada.

Muito tempo depois, ela confessou: “*No começo eu tinha medo da Jéssica. Achava que ela estava aqui para nos analisar*”. E, virando-se para mim, entre risos, disse: “*Lembra aquele dia em que fomos embora juntas? Eu estava morrendo de medo de você, eu só pensava ‘Meu Deus, o que será que essa menina quer? Vai analisar a gente e escrever mal do MUDD*Se por aí’*”. O simples fato de ela ter confessado a desconfiança já demonstra que não me encarava mais da mesma forma: “*Eu tinha medo da Jéssica*”. Esse movimento de ganhar confiança em campo com o passar do tempo é bastante comum em várias etnografias

clássicas, uma vez que a entrada em campo é desconfortável no início, mas depois criam-se relações e as coisas vão ocorrendo com maior naturalidade a partir do momento que o pesquisador/a se integra no grupo.

Até maio de 2011, tive de repetir várias vezes que não era membro do MUDD*Se, que não votaria nas reuniões, que não seria porta-voz diante de professores, ONGs ou membros do poder público, visto que não falava pelo grupo. Mas o fato de eu ser assídua às reuniões, interessar-me por todos os tópicos e estar sempre disponível, tornava difícil que eles não me enxergassem como membro. Para mim mesma, ao longo do tempo, tornou-se cada vez mais difícil não opinar, dar sugestões ou participar de forma ativa, de modo que, já em maio de 2012, eu repetia, de forma quase mecânica, o discurso do porquê eu não era membro do grupo.

Quando se discutia a necessidade de mais um membro para a viagem, todos tinham compromissos. Eu disse que poderia viajar, embora não estivesse segura da tarefa de representar o MUDD*Se. Para minha surpresa (e aumento do meu receio) a reação do grupo foi muito positiva. Eles disseram que achavam que eu deveria ir, que tinham confiança em mim e a certeza de que eu era capaz de representá-los. Intirei-me um pouco mais de certas minúcias em relação à prestação de contas e fui. Não conversamos mais a respeito da minha situação, mas, desde então, atuo no grupo como membro: participo, dou opiniões, sugestões, tomo atividades para mim, convoco reuniões, em paridade com os outros participantes.

O papel de militante em nada prejudica a pesquisa. O esforço para disciplinar meu olhar, estranhando determinadas situações sempre foi necessário, desde o primeiro contato com o grupo. Desde 17 de maio de 2011, na realidade, minha principal dificuldade nunca foi ser aceita pelo grupo, mas me diferenciar dele. O MUDD*Se é um grupo de jovens universitários com pouca ou nenhuma diferença de idade em relação a mim. Em sua maioria brancos¹⁰ e da área de Humanas, lutam por uma causa que também me mobiliza e, na universidade, atentam às questões de gênero e sexualidade, temas por mim pesquisados. Minha maior dificuldade sempre foi a de estranhá-los, assim como de diferenciar-me deles.

As investidas para que eu assumisse o papel de militante foram várias, motivo pelo qual eu precisava, muitas vezes, negar-me a assumir certas tarefas ou a opinar em certas decisões, reiterando que eu não era membro do grupo. A bem da verdade, o fim desse processo de resistência – com minha adesão ao grupo em maio de 2012 – foi, por dois motivos, a correção de uma situação ambígua. Primeiro porque o esforço para me diferenciar

¹⁰ O MUDD*Se teve um membro negro, certa vez, mas por breve período.

dos integrantes do MUDD*Se demandava uma energia muito grande; e, segundo, porque eu já cultivava pelo grupo algum apreço e tinha o desejo de tocá-lo de forma mais direta. Com esforço, eu vinha nutrindo uma lacuna entre o ideal retrógrado de “observação de nativos” e práticas próprias da antropologia urbana.

Como citado previamente, em nota de rodapé (#7), Durham (2004) considera que a identificação do pesquisador com os nativos é salutar e até necessária, já que sem ela “seria impossível aprender ‘de dentro’ categorias culturais com as quais a população articula sua experiência de vida social e ordena sua prática coletiva.”. Desse modo, pertencer ao grupo não representava um problema para a pesquisa. Estranhar as categorias com as quais os membros do grupo trabalham seria tarefa igualmente árdua se realizada “de fora” do grupo.

Organização deste trabalho

O presente trabalho divide-se em cinco partes, sendo a primeira a atual introdução. Seguem-se três capítulos e, por último, são retomados os principais pontos do trabalho, nas conclusões.

De início, esta introdução teve por propósito apresentar o objeto (o grupo MUDD*Se), bem como a pesquisa (objetivos e metodologia utilizada).

No capítulo I, trago um breve histórico do movimento LGBT no Brasil, na tentativa de explicitar o surgimento dos grupos de diversidade sexual como acontecimento recente e inédito na militância sexual.

Depois, vai-se fazer um esboço da trajetória do grupo MUDD*Se, a partir dos processos dinâmicos pelos quais passou, desde sua criação, com inspiração em outro grupo – a saber, o GUDDS (Grupo Universitário em Defesa da Diversidade Sexual), de Belo Horizonte –, passando por algumas de suas experiências mais marcantes, como o encontro com a RUDS Minas (Rede Universitária de Diversidade Sexual de Minas Gerais).

Além disso, um perfil dos estudantes do grupo é traçado, evidenciando-se também, os limites desse tipo de categorização: brancos/pardos, homossexuais/heterossexuais, homens/mulheres. A intenção é permitir ao leitor visualizar os indivíduos que compõem o MUDD*Se, tal qual eu os vejo, com o objetivo de abrir passagem para a observação do grupo enquanto rede de relações.

No capítulo II, o MUDD*Se é observado como uma rede de relações ante a um cenário como a conservadora comunidade acadêmica da UFJF e a população de Juiz de Fora. Nesse momento, conflitos com outros estudantes e grupos militantes propiciam o debate

acerca de como devem ser entendidas as identidades de homem, lésbica, transexual, etc., pelos estudantes que compõem o grupo.

O capítulo III é uma seleção de casos emblemáticos do campo, que podem ajudar a fazer reflexões sobre a especificidade da militância pela diversidade sexual nas universidades e a vivência de diversos marcadores sociais da diferença no MUDD*Se. A transecção entre gênero e classe para uma integrante transexual do MUDD*Se é um exemplo. Além disso, violências vivenciadas dentro dos próprios movimentos, em especial do Encontro Nacional, explicitam dilemas vivenciados pelos militantes.

Nas conclusões, apresento uma sistematização dos principais pontos levantados ao longo do trabalho.

CAPÍTULO 1

Histórias cruzadas: Movimentos LGBT e Movimentos de Diversidade Sexual

1.1 Construção dos movimentos de diversidade sexual

Para compreender os movimentos de diversidade sexual que atuam contemporaneamente no Brasil, é essencial levar em conta os caminhos que o movimento LGBT percorreu nas décadas anteriores. Embora antes da década de 70 já houvesse discursos de libertação homossexual e de repúdio à heteronorma compulsória, é esta a data que a literatura escolhe como marco para iniciar o estudo do movimento gay, no que é chamado de “primeira onda” do movimento homossexual (MACRAE, 1982; FACCHINI, 2002; FRANÇA, 2006; SIMÕES & FACCHINI, 2009). No presente trabalho, também esse histórico é pensado a partir do final dos anos 70. Não é possível, no entanto, deixar de destacar que essa divisão é meramente analítica e que o que se viu àquela época foi fruto de discursos e práticas que já vinham se desenrolando em momentos anteriores.

O motivo pelo qual é essa a data escolhida parece ser a maior visibilidade que ganharam tais ideias a partir de então. Nesse processo, o jornal *Lampião da Esquina*, que começou a ser impresso em 1978, teve papel central. O *Lampião* foi o primeiro jornal de grande circulação a tratar exclusivamente a causa homossexual, e impulsionou fortemente dois grupos militantes pela causa gay de reconhecido peso nacional: o Grupo Gay da Bahia (GGB) e o Grupo Somos, de São Paulo. Esses três (o jornal *Lampião* e os grupos Somos e GGB) foram os principais atores do cenário político do que se consagrou chamar a “primeira onda” homossexual militante do país.

Com efeito, o *Lampião* foi um instrumento da luta homossexual. Em várias de suas matérias, trazia argumentos cujo objetivo manifesto era, inicialmente, persuadir o leitor do caráter não-patológico do relacionamento entre pessoas do mesmo sexo e, além disso, denunciar o verdadeiro problema ou “anomalia” da sociedade: o machismo discriminatório sobre o qual repousava a moral dominante.

As elucidações acerca do que era a homossexualidade ganhavam diferentes configurações, dependendo do enfoque dado ao tema, tendo sempre como cerne a certeza de que a homossexualidade não era doença ou problema. Assim, o *Lampião* trazia matérias que anunciavam reivindicações no campo social e político:

...o que LAMPIÃO reivindica em nome dessa minoria [homossexuais] é não apenas se assumir e ser aceito – o que nós queremos é resgatar essa condição que todas as sociedades construídas em bases machistas lhes negou: o fato de que os

homossexuais são seres humanos e que, portanto, têm todo o direito de lutar por sua plena realização enquanto tal (Saindo do Gueto, Jornal Lâmpião, Edição Experimental nº 0, 1978 – Grifos do autor).

O jornal veiculava, de forma explícita e objetiva, acusações ao padrão heteronormativo machista que constituía a sociedade, propondo uma revolução social nesse campo e colocando-se, inclusive, como catalisador de tais mudanças. Além das questões sociais, o *Lâmpião da Esquina* veiculava, como já foi dito, informações a respeito da homossexualidade em diversos domínios.

Destaco abaixo um trecho do jornal em que o enfoque principal é o ato sexual em si, em uma comparação da vivência da relação sexual e do prazer para “bichas”, em atos homossexuais, para os “machões” e para as mulheres, em atos heterossexuais.

Chega-se assim a uma conclusão: como caricatura da caricatura do que seria um ser humano, o homossexual goza mal; o mesmo ocorre com os machões, que renegam todo o longo caminho que leva ao detalhe da ejaculação; e pior ainda com a mulher, cuja sexualidade foi sempre observada a partir de um ponto de vista estritamente masculino (O nosso Prazer é melhor? Jornal *Lâmpião da Esquina*, Edição Experimental nº 0, 1978).

Dessa maneira, é possível perceber que o jornal não se limitava à luta política, no sentido habitual da palavra, mas configurava-se em um “guia” para homossexuais e grupos de homossexuais, trazendo desde matérias políticas até reflexões sobre implicações da “opção sexual” (só anos mais tarde o termo foi mudado para “orientação sexual”) em diversos campos da vida dos indivíduos. Além disso, sátiras e matérias descontraídas também podiam ser encontradas. Não era, portanto, um jornal estritamente político, ainda que publicasse muitas matérias políticas: no todo, *O Lâmpião* foi basicamente um instrumento de criação da identidade homossexual. Dito isso, fica evidente por que o *Lâmpião da Esquina* foi tão crucial para a “primeira onda”, cujo principal fenômeno consistiu em forjar uma “maneira de ser” homossexual no Brasil.

De forma sucinta, cabe destacar que a primeira onda ganhou força até as primeiras notícias das mortes pelo vírus da AIDS, em meados dos anos 1980. Além disso, o processo de redemocratização do país, que tirara de cena o inimigo mais visível de todos os movimentos sociais, a ditadura militar, também contribuiu para dispersar os grupos militantes homossexuais na década de 1980. Após alguns anos de relativo silêncio, eles se reorganizaram na cena política, na década de 1990, e o número de grupos militantes teve aumento significativo, dando início à segunda onda do movimento LGBT no Brasil.

Antes de prosseguir, e compreender também o surgimento dos movimentos pela diversidade sexual na cena política, há algo mais a ser dito sobre a primeira e a segunda ondas

do movimento LGBT: os formatos de encontros e reuniões de uma e de outra eram completamente diferentes. À época da primeira onda, a homossexualidade ainda possuía um caráter mais marginal do que nos anos 90, constando ainda na lista da Organização Mundial da Saúde (OMS) como doença mental. Desse modo, o tipo de ação política empreendido preocupava-se mais significativamente com os indivíduos e com as vivências homossexuais dos militantes do que propriamente em fazer um apelo ao poder público por direitos. As reuniões tinham o formato de rodas de conversa, semelhantes a grupos de ajuda, e tratavam as experiências dos indivíduos. Cabe destacar que o número de mulheres era bastante reduzido e que a retirada da homossexualidade da lista de doenças mentais da OMS era uma das principais pautas.

Durante a segunda onda, diante de um outro contexto, as reuniões eram feitas para discutir pautas pré-elaboradas pelos grupos. Tratavam-se marcadamente questões burocráticas de busca por recursos, planejamento de eventos que trouxessem a público discussões sobre a causa gay, elaboração de estratégias para o ganho de direitos políticos, via Legislativo ou Judiciário, e a busca de apoio pelo Poder Executivo em campanhas e ações entendidas como necessárias para a promoção da cidadania homossexual.

Assim, a militância, nos anos 2000, era empreendida quase que exclusivamente por ONGs dedicadas à causa LGBT. A partir de 2002, houve um esforço do governo no sentido de ampliar o diálogo com os movimentos sociais e, além do aumento de número de editais (especialmente por parte do Ministério da Saúde) atentos à causa gay, houve aumento no número de cargos públicos destinados a representantes desse setor da população (SIMÕES & FACCHINI, 2009).

É, também, nos anos 2000 que surgem os grupos estudantis de defesa da diversidade sexual. Esses grupos nascem no seio da universidade e têm como principal característica a herança das noções de gênero e sexualidade desenvolvidas na academia, ou seja, a desconstrução de identidades a partir da desnaturalização das relações sociais. Dessa maneira, tais grupos nascem com uma tensão inerente à sua condição de militância acadêmica: as práticas militantes obrigam a afirmação de sujeitos que a academia desconstrói.

É esse o principal conflito com o qual os grupos de diversidade sexual vão conviver ao longo das décadas de 2000 e 2010, configurando seu perfil e fazendo com que vivam experiências em comum nas mais diversas instituições e regiões brasileiras, onde contrastam com os tradicionais grupos LGBT, notadamente ONGs, já instaladas no cenário político nacional.

1.1.1 Entre a ONG e a Universidade

Os grupos de diversidade sexual buscam desconstruir noções binárias de “homem” e “mulher” como fruto de espectros comportamentais distintos, resultantes de uma biologia dual (pênis e vagina). Mais do que isso, a oposição homossexual/heterossexual também é suprimida, já que se entende que tanto o segundo termo é resultado de uma continuidade ilusória entre sexo/desejo/gênero, quanto o primeiro é uma inversão simplista do segundo. Assim, nenhum desses termos pode dar conta da complexidade da realidade social e da enorme gama de desejos e experiências pelas quais um indivíduo passa ao longo da vida.

Como já citado na nota de rodapé número 01, segundo Butler (2010), gênero pode ser entendido como a *“contínua estilização do corpo em um conjunto de atos repetidos, no interior de um quadro regulatório altamente rígido, que se cristaliza ao longo do tempo para produzir a aparência de uma substância, a aparência de uma maneira natural de ser”*. É nesse sentido que gênero é vivido sempre como *performance*, como “atuação” que parece refletir uma verdade porque se repete continuamente e esconde as lacunas e descontinuidades de sua imitação.

É importante lembrar que, para Butler, não há um gênero mais real ou mais verdadeiro do que outro, de modo que gênero é sempre uma paródia. A lésbica cujo comportamento é inadequado ao padrão social está para a mulher cisgênero¹¹ heterossexual como uma paródia está para uma paródia – e não como uma paródia está para a “realidade”, por exemplo (BUTLER, 2010).

Para a análise do grupo MUDD*Se, que é um grupo de militância, isto é, um grupo que atua de forma prática (e não na produção de teoria), é fundamental perceber que os caminhos pelos quais o termo “gênero” passou têm implicação política sobre a concepção do termo – gênero – e também de termos como “corpo” e “identidade”. Isso não significa que os termos não possam ser usados ainda de forma binária em determinado momento, dependendo da estratégia política. Ou, como diz Butler:

Obviamente, a tarefa política não é recusar a política representacional - como se pudéssemos fazê-lo. As estruturas jurídicas da linguagem e da política constituem o campo contemporâneo do poder; conseqüentemente, não há posição fora desse campo, mas somente uma genealogia crítica de suas próprias práticas de legitimação. Assim, o ponto de partida crítico é o presente histórico, como definiu Marx. E a tarefa é justamente formular, no interior dessa estrutura constituída, uma crítica às categorias de identidade que as estruturas jurídicas contemporâneas engendram, naturalizam e imobilizam. (BUTLER, 2013, p. 22)

¹¹ Cisgênero é a pessoa que não é transgênero, ou seja, que corresponde ao padrão social esperado para o órgão sexual com o qual nasceu: uma mulher que nasceu com vagina, por exemplo.

Assim, a tarefa não é recusar por completo categorias de gênero ou mesmo categorias identitárias tradicionalmente utilizadas pelos movimentos políticos. Antes disso, o objetivo é adicionar críticas a essas categorias, expondo o modelo ontológico que as originou. Sublinhar os perigos da naturalização de determinadas categorias é fundamental para minimizar os prejuízos práticos de seus usos – como o perigo de enquadramento e imobilização de sujeitos, com reificação e naturalização de hierarquias, por exemplo.

Linda Nicholson (2000) demonstra que a categoria “mulher”, por exemplo, em oposição à categoria “homem”, cria um “outro” universal que acaba por suprimir as especificidades culturais, raciais e de classe que possam existir entre as diferentes mulheres. Embora dicotomias tenham sido necessárias para definir um sujeito político em determinado momento, torna-se necessário pensar se essas categorias não prestam um desserviço ao invés de auxiliar na compreensão das diferentes experiências dessas “mulheres”.

Sugiro pensarmos o sentido de ‘mulher’ como capaz de ilustrar o mapa de semelhanças e diferenças que se cruzam. Nesse mapa o corpo não desaparece; ele se torna uma variável historicamente específica cujo sentido e importância são reconhecidos como potencialmente diferentes em contextos históricos variáveis. Essa sugestão, desde que se assuma que o sentido é encontrado, não pressuposto, assume também que a procura em si não é um projeto político ou de pesquisa que uma intelectual será capaz de executar sozinha em seu gabinete. Ele implica, na verdade, uma compreensão desse projeto como esforço necessariamente coletivo a ser feito por muitas, e em constante diálogo (NICHOLSON, 2000. p. 24).

É nesse sentido que Butler (2010) propõe deixar de lado essa categoria totalizadora:

Não há dúvida, a fragmentação no interior do feminismo e a oposição paradoxal ao feminismo por parte de “mulheres” que o feminismo afirma representar - sugerem os limites necessários da política da identidade. A sugestão de que o feminismo pode buscar representação mais ampla para um sujeito que ele próprio constrói gera a consequência irônica de que os objetivos feministas correm o risco de fracassar, justamente em função de sua recusa a levar em conta os poderes constitutivos de suas próprias reivindicações representacionais. Fazer apelos à categoria das mulheres, em nome de propósitos meramente ‘estratégicos’, não resolve nada, pois as estratégias sempre têm significados que extrapolam os propósitos a que se destinam. (BUTLER, 2010, p. 22)

A tentativa é deixar de lado a pretensão totalizante das categorias, e não as categorias em si mesmas. Na prática, coexistem ao menos duas noções de “cada identidade”. Por exemplo, como “mulher”, “lésbica” passa a ser utilizado em dois sentidos dissociados: uma categoria política, de um lado, e a tentativa (tantas vezes fracassada) de expressão de um conjunto de práticas, desejos e experiências, de outro. Dessa forma, o termo “lésbica”, no campo político, auxilia na busca por direitos e visibilidade. Por outro lado, não pretende

esgotar a essência do sujeito que milita a partir desse termo – ou seja, quem se classifica dessa forma ainda pode ter experiências com múltiplos parceiros. O relacionamento com um homem não implica questões existenciais ao sujeito, como “será que sou uma lésbica ‘de verdade’?”.

Ao criticar as categorias políticas, os sujeitos entendem que a realidade não pode, de maneira alguma, ser capturada completamente por rótulos, pois esses rótulos não são representativos de uma realidade que os antecede. Essas nomenclaturas – como a de *lésbica* – servem como instrumento para atuação no campo político e não são anteriores à militância¹². A própria Butler deixa isso claro, em entrevista a uma revista de grande circulação, em novembro de 2013. A jornalista que escrevia a matéria pergunta se Butler é lésbica, recebendo a seguinte resposta:

Grande parte do meu trabalho se dedica a compreender o que frases como ‘ser uma lésbica’ possam significar. Sim, eu sou chamada assim, e chamo-me assim em algumas ocasiões, mas não estou certa que a expressão me descreve no nível do ser. (Nov. 2013, Revista CULT)

Nicholson (2000) também deixa claro o poder das categorias políticas (pretensamente neutras e descritivas) de criar a realidade:

Articular o sentido de uma palavra no contexto em que há ambiguidade, e no qual diferentes consequências surgem de diferentes articulações é um ato político. Assim, a articulação do sentido de muitos conceitos em nossa linguagem, como "mãe", "educação", "ciência" e "democracia", embora vista como ato meramente descritivo, é na verdade estipuladora. (NICHOLSON, 2000, p. 25)

No MUDD*Se, os indivíduos usam termos como “lésbica” ou “gay” sem pretender que isso esgote a individualidade ou mesmo a sexualidade de cada um. Há o entendimento de que tais termos são “meras” categorias políticas – e de que, em concordância com Teresa de Lauretis (1994), essa é uma “tensão” inerente aos movimentos e precisa ser mantida.

Na realidade, a partir de minhas observações em campo, pude perceber que, cada vez menos, tal distinção é sentida como tensão entre os estudantes, ao menos entre membros mais antigos. Pelo contrário, parece haver uma aceitação sempre maior ao uso das categorias políticas. Como foi dito, há, em grande medida, a consciência de que o uso dos “rótulos” não lhes define ou limita. Assim como escutei discursos de pessoas incomodadas por não compreenderem até que ponto se enquadravam nessas categorias – como uma integrante do

¹² MacRae. Ver em especial, o prefácio, por Peter Fry, para compreender como esse processo de construção de categorias para a militância política (que, de alguma forma, se ajustavam só superficialmente à realidade social) foi demorado e árduo durante a primeira onda do movimento homossexual no Brasil.

MUDD*Se que pergunta se tem “cara de lésbica” – escutei diversas vezes também a afirmação de que as categorias servem apenas para a militância e não definem sujeitos.

Casos como o que será apresentado no capítulo III – em que uma transexual diz que nasceu em um corpo que “foi significado, de forma simbolicamente violenta, como masculino” – dão a compreender que as categorias não apenas refletem, mas criam uma realidade.

É especialmente a rotatividade de membros do grupo o que faz com que permaneça “circulando” uma noção essencialista das categorias, ou que a essencialidade delas esteja sempre em questão. Isso porque a despeito da alta rotatividade de membros há dificuldade de renovação do grupo – algo observado tanto no MUDD*Se como em outros grupos – a exemplo o GUDDS, de Belo Horizonte. A rotatividade é elevada porque pessoas aproximam-se e afastam-se das atividades e não, como se poderia pensar, porque muitos novatos são recebidos. Isto é, o rodízio de membros não ocorre pela entrada de novos membros e a saída dos antigos: o que acontece é somente que há alguns membros que se aproximam e se afastam do grupo (“os que têm pouco comprometimento”, segundo os outros integrantes), enquanto pouquíssimos membros novos entram. O grupo “envelhece” como um todo. Como explicita uma integrante do GUDDS, “estamos passando por uma fase difícil, o grupo está entrando no mestrado”.

Tanto o MUDD*Se como o GUDDS apresentaram uma diminuição das atividades, quando muitos dos membros concluíram a graduação e entraram no mestrado – sendo, pois, apropriada a preocupação da integrante do GUDDS. Há relatos também de membros que passaram em concursos públicos, mudaram de cidade e ainda continuaram frequentando algumas atividades quando possível. Em algumas reuniões do MUDD*Se traçaram-se estratégias de renovação do grupo (estratégias para “trazer sangue novo”, segundo um dos membros) que não foram colocadas em prática. Talvez um estudo a respeito do coletivo *Primavera nos Dentes*, grupo de diversidade sexual da Universidade Federal de Viçosa, também membro do RUDS, ajudasse a pensar como é possível a renovação, já que esse é o grupo mais antigo do estado.

As duas viagens que fiz com o grupo a reuniões da RUDS, citadas na introdução deste trabalho, foram fundamentais para esclarecer aspectos específicos a respeito da dinâmica dos grupos de diversidade sexual. Por serem objeto de estudo muito recente, suas

realidades contam com observação em pouca literatura. Não encontrei nenhum registro que trate suas especificidades, independentemente da militância homossexual que existia antes dos anos 2000.

Em Juiz de Fora, tive contato com um grupo que atuava na Universidade Federal (UFJF) e precisava relacionar-se com alunos dessa universidade, com gestores e professores. Para isso, grupos acadêmicos de pesquisa (em especial o de Psicologia Social) eram o apoio institucional fundamental, que dava “forças” ao grupo (respaldo para eventos acadêmicos). O movimento estudantil tradicional (Diretório Central dos Estudantes - DCE) também servia de apoio. Na cidade, a ONG MGM (Movimento Gay de Minas) fornecia auxílio e entrave: auxílio no sentido de disponibilizar conhecimentos acerca da militância e estrutura para a promoção de eventos; entrave, porque impunha sua própria lógica nos eventos em conjunto.

Com a prefeitura, por meio, especialmente, da Fundação Cultural Alfredo Ferreira Lage – FUNALFA, era possível conseguir espaços e outros tipos de suporte, como iluminação e som para festas. Não sem prescindir, porém, de algum poder de “barganha” por parte dos integrantes do MUDD*Se, tendo em vista que dependiam também da “boa-vontade” do funcionário daquele órgão, como explicitado na fala de integrante do grupo:

Para ir conversar com a FUNALFA tem que ser uma mulher! Porque lá tem um velho babão que fica olhando pros peitos da gente. É sério. Na última vez que eu fui ele não parava de olhar pro meu decote, mas eu acho que isso ajuda a gente a conseguir as coisas. Hehe, Fazer o quê?

Não é objetivo desta pesquisa pensar a apropriação do público por grupos privados, a absorção de ideias liberais por uma sociedade “tradicional”, o que se chama “modernização conservadora”, ou mesmo, o “jeitinho brasileiro”. O trecho acima serve apenas para ilustrar como integrantes dos grupos de diversidade sexual precisam lidar com instituições cujas lógicas são antagônicas aos ideais defendidos pelo movimento – deixando-se assediado pelo “velho babão”, por exemplo. Nesse caso, o próprio machismo é convertido em força para combatê-lo.

Em Lavras, tive contato com outro grupo, que atuava na universidade federal da cidade (UFLA), o Urucum. Esse grupo também precisa lidar com outros estudantes, docentes e corpo administrativo da universidade; também tem apoio em centros de pesquisa e no DCE; também trava relações com a ONG mais antiga que atua na cidade, bem como com a prefeitura. Essa comparação entre grupos que vivenciam situações análogas foi esclarecedora no sentido de compreender especificidades de movimentos de diversidade sexual universitários.

Os movimentos universitários pela diversidade sexual nascem em oposição a ONGs LGBTs já estabelecidas no cenário político. Essa oposição é fundamental para constituir os movimentos, já que os jovens militantes, ao criticar as ONGs, inventam o que querem para si e imaginam os movimentos e grupos que forjam na prática. Por vezes, as críticas tornam-se ásperas, e a constante oposição às ONGs e a determinadas práticas internas de organização dessas instituições pode fazer com que o observador desatento enxergue um embate inconciliável no campo político. Isso seria erro grave.

Embora existam discordâncias ideológicas (e a importância atribuída à assunção de uma identidade fixa, imutável e essencializada seja a principal delas), as ONGs LGBTs representam, nos cenários locais observados, um dos principais apoios dos militantes universitários. Mesmo com diferentes ideais de organização, os objetivos comuns de reconhecimento de direitos homossexuais podem fazer com que, no cenário político municipal, a ONG da cidade e o movimento da universidade sejam forças de atuação política próximas e parceiras. Essas forças se aproximam ainda mais e tendem a quase se fundir quando colocadas frente a representantes de partidos excessivamente conservadores, que defendem a proibição legal de manifestações homossexuais em público, por exemplo. É necessário ter isso em mente para pensar as oposições entre ONGs e movimentos universitários que se seguem.

Porém, uma vez que na maioria das vezes esses dois atores não estão em confronto com partidos de extremo conservadorismo quanto à causa homossexual, mas, ao invés disso, na companhia um do outro, articulando movimentos no município, então, na maior parte do tempo, eles realmente aparecem como antagônicos.

Antes de adiantar-me às críticas dos jovens universitários às ONGs, é interessante pensar a fala de um representante da ABGLT (Associação Brasileira de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais)¹³ na conferência de abertura da décima edição do

¹³ Segundo o sítio da ABGLT na internet: “*A Associação Brasileira de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais – ABGLT, foi criada em 31 de janeiro de 1995, com 31 grupos fundadores. Hoje a ABGLT é uma rede nacional de 286 organizações afiliadas. É a maior rede LGBT na América Latina. A missão da ABGLT é Promover ações que garantam a cidadania e os direitos humanos de lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais, contribuindo para a construção de uma sociedade democrática, na qual nenhuma pessoa seja submetida a quaisquer formas de discriminação, coerção e violência, em razão de suas orientações sexuais e identidades de gênero.*” Extraído de “<http://www.abglt.org.br/port/index.php>”, acessado em: 27/04/2013.

Institucionalmente, a ABGLT é a congregação de ONGs que atuam pela causa homossexual. Assim, a necessidade de um CNPJ para integrar a ABGLT obriga qualquer instituição que queira filiar-se a transformar-se, antes, em ONG. Essa é a principal crítica dos grupos de diversidade sexual à ABGLT. As críticas desses grupos às ONGs foram pontuadas no presente trabalho e serão ainda mais esmiuçadas. Todas as críticas feitas às ONGs estendem-se à ABGLT, já que os estudantes não reconhecem como totalmente legítima uma organização que luta por direitos democráticos forçar grupos a aderirem à lógica de mercado, com donos e cargos, em formato de empresa. Outro ponto importante de divergência entre os grupos de diversidade sexual e a ABGLT é

ENUDS (Encontro Nacional Universitário de Diversidade Sexual), ocorrida em novembro de 2012, na UFRRJ (Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro), no campus da cidade de Seropédica:

Boa noite a todas e todos, eu sou representante da ABGLT e vim só para dar um recado a vocês. Não vou ficar para o evento, até porque já não sou mais universitário, meu tempo de universidade já acabou, então vou hoje mesmo para casa. Mas eu quero dizer a vocês que nós, da ABGLT, vamos ter um encontro e estamos trabalhando muito para que a ABGLT possa abarcar não só ONGs, mas também outras instituições. Então, vamos tentar que não seja mais exigido um CNPJ para participar da ABGLT. Assim poderíamos ter vocês conosco. É isso, fica dado o recado, espero que consigamos. Um bom evento para vocês.

A fala tímida do representante da ABGLT ilustra as relações entre ONGs e Movimentos Universitários pela Diversidade Sexual ao final de 2012. A distância e as diferenças ficam claras: nos movimentos universitários não há CNPJ, não há obrigatoriamente um líder, o que pulveriza pequenas lideranças e torna o poder difuso, difícil de ser acessado. A forma de o representante da ABGLT falar aos participantes do ENUDS é pegar o microfone e se pronunciar a todas e todos, não havendo um centro de poder fixo ao qual ele possa se dirigir. No entanto, há uma tentativa de aproximação ou, no mínimo, uma espécie de “política de boa vizinhança”.

De todo modo, é possível inferir que a ABGLT considera os grupos de diversidade possíveis parceiros políticos e reconhece sua importância, embora nenhum passo mais significativo tenha sido dado para aproximar ABGLT e grupos participantes do ENUDS.

Nos grupos universitários pela diversidade sexual observados, o orgulho de ser uma organização completamente horizontal, sem cargos de lideranças e sem comprometimento com grupos de interesses alheios à militância LGBT, aparecia nas falas e atitudes dos jovens militantes. Além disso, as ONGs eram criticadas como meras promotoras de festas e, aqueles que ocupam cargos públicos, como cooptados pelo poder.

Embora, na prática, os auxílios prestados pelas ONGs a eventos dos grupos fossem bem-vindos, a noção de organização verticalizada e o reforço da ideia de identidades LGBTs como estanques eram alvo de duras críticas. Assim, o formato de instituição estável (“acomodada”, nas palavras deles) era mais duramente rechaçado do que propriamente as ONGs locais conhecidas. O GGB (Grupo Gay da Bahia), atuante no cenário político desde os anos 70, e com as mesmas lideranças carismáticas até os dias de hoje, mesmo tendo sua importância histórica largamente reconhecida, encarna o ideal de modelo a não ser seguido.

que os primeiros acusam a associação de machismo, com presidência sempre masculina de modo que lésbicas e transexuais sempre ficariam relegadas a cargos como, no máximo, de vice-presidência.

Segundo um dos jovens militantes, o principal líder do GGB “*leva o pessoal lá no cabresto*”. A noção abstrata de o que é ser uma ONG (da qual mais se aproximaria o GGB) é, dessa maneira, frequentemente desprezada. As organizações não-governamentais mais próximas, por outro lado, aparecem na prática diária dos grupos como parceiras, tributárias de confiança, embora não estejam livres de críticas.

É importante perceber, então, que os grupos de diversidade sexual surgem e se multiplicam, dentro das universidades brasileiras, entre as décadas de 2000 e 2010. Na Unicamp (Universidade de Campinas), centro de referência nos estudos de gênero, foi organizada uma recepção para os calouros de 2013 que tinha como atenção o combate ao preconceito de gênero: “*Combater comentários jocosos, demonstrando que piadas machucam tanto quanto agressões é o primeiro passo para se construir um ambiente saudável.*”¹⁴

O acontecimento na universidade paulista ilustra a ascensão de esforços no combate ao machismo e à homofobia dentro das universidades. Em Minas Gerais, todavia, um evento similar ainda parece estar muito distante de ocorrer, se levarmos em conta a marginalização que os grupos do estado sofrem dentro das universidades¹⁵.

1.2 Histórico do MUDD*Se

O Movimento Universitário em Defesa da Diversidade Sexual (MUDD*Se) foi construído na Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF), em Minas Gerais, inspirado no Grupo Universitário em Defesa da Diversidade Sexual (GUDDS), que atua na UFMG, em Belo Horizonte. O encontro entre aqueles que viriam a ser os fundadores do MUDD*Se e os integrantes do GUDDS deu-se em outubro de 2010, durante a 1ª Semana da Diversidade Sexual – evento organizado pelo projeto “Educação Sem Homofobia”, orientado por professores das faculdades de psicologia e pedagogia da UFJF.

O MUDD*Se busca constituir-se como meio de denúncia dos casos de preconceito de gênero e orientação sexual dentro do campus universitário. Além disso, o grupo promove debates sobre o tema da homossexualidade e identidade de gênero, inclusão de travestis e transexuais no meio acadêmico, bem como ações e intervenções em questões que digam respeito ao preconceito, à exclusão, à agressão por motivações homofóbicas e/ou machistas.

¹⁴ Extraído de “<http://misealbrasil.wordpress.com/quais-sao-as-dificuldades-para-a-inclusao-de-lgbt-na-unicamp/>” em 16/05/2013. Os organizadores do evento também reconheciam o crescente surgimento de grupos de diversidade sexual como tendência nos movimentos estudantis.

¹⁵ Ver o exemplo da queima da bandeira LGBT em Viçosa, no tópico II.3

As reuniões do grupo começaram em abril de 2011, quando se registrou o caso de uma agressão, dentro do campus, contra dois estudantes do curso de Geografia, por motivações homofóbicas, segundo narrado pelos integrantes. De acordo com o relato, os dois estudantes caminhavam pelo campus, à noite, quando um grupo de pessoas começou a chamá-los de “viadinhos” e, em seguida, “partiu pra cima” deles. O episódio reforçou a necessidade da abertura de debate, já que, em face de problemas dessa natureza, ficou explícita a necessidade de conscientização dos estudantes.

Casos como esse, não raro, acabam sendo considerados de âmbito privado e não de interesse público, algumas vezes por conta do embaraço da vítima, outras por serem considerados menores em relação a outros tipos de incidente, como furtos e roubos. Isso fica claro na fala de um membro do MUDD*Se: *“O que se nota é que, nesses casos de agressão, o agredido muitas vezes fica mais envergonhado do que o agressor. Essa situação tem que ser invertida, e os agressores têm que ser penalizados pelo seu ato”* (Abril de 2011).

O MUDD*Se tem como espaço de atuação a UFJF, sendo seus integrantes universitários de diversos cursos, como Pedagogia, Comunicação Social, Direito, Geografia, Psicologia e Matemática, estudantes da UFJF e de outras universidades, tendo já contado até mesmo com um membro secundarista. Não há divisões institucionalizadas dentro do grupo, como por cargos ou funções, de modo que os membros buscam ocupar posições indiferenciadas. Esse arranjo, todavia, não garante que, na prática, inexistam figuras centrais – elas existem, seja por concentrarem maior quantidade de afazeres, seja por possuírem maior aptidão e/ou disposição para a organização e delegação de tarefas.

Determinados membros ocupam essas posições de maneira informal e, por isso, pulverizada e potencialmente efêmera. Potencialmente porque, se, por um lado, não são necessários trâmites protocolares para “retirá-lo” de tal posição, sendo possível que o processo se dê de forma espontânea, por outro, retirá-lo dali torna-se, para qualquer outro membro, tarefa quase impossível: do ponto de vista formal, “essa posição” nem sequer existe, configurando-se tão-somente como influência e prestígio.

A ausência de diferenciação explícita entre os integrantes reflete um ideal de igualdade de posições entre os membros, que não fica apenas no plano das ideias. Há um eixo de horizontalidade, que tem significativos efeitos práticos, orientando a organização do grupo.

O primeiro evento realizado pelo grupo ocorreu no dia 17 de maio de 2011, em comemoração ao dia nacional de combate à homofobia (Anexo A), no Instituto de Ciências Humanas (ICH) da UFJF. Na ocasião, foi exibido um filme com temática LGBT e

organizadas duas mesas de debates. O objetivo do MUDD*Se era marcar presença dentro do espaço universitário e divulgar a existência do grupo.

Para este e outros eventos¹⁶, o grupo obteve apoio de diferentes instituições e grupos, entre elas: uma ONG LGBT local, o Movimento Gay de Minas (MGM)¹⁷; a Associação Brasileira de Psicologia Social (ABRAPSO), através especialmente do PPS (Núcleo de Pesquisa em Psicologia Social, da UFJF); a Rede Universitária de Diversidade Sexual (RUDS)¹⁸; e, eventualmente, também do Diretório Central dos Estudantes (DCE) da UFJF e de Pró-reitorias da UFJF, o que se configura como elemento essencial para o sucesso dos eventos que o MUDD*Se se propõe a organizar.

É fundamental compreender a busca pela autonomia do grupo como principal norteadora nas relações do MUDD*Se com outras instituições. Parcerias são realizadas e fortalecidas ao longo de eventos e atividades, mas há a preocupação, sempre explícita, em não associar o MUDD*Se a partidos políticos ou instituições maiores, de forma permanente, mantendo a independência do grupo (o que será mais detalhadamente observado no capítulo II da presente dissertação).

Para compreender as noções de gênero que se estabelecem em um grupo é necessário, antes, conhecer o motivo de sua criação e como se deu esse processo. É preciso conhecer também seus propósitos e ideais, além das dinâmicas que envolvem suas práticas. Saber com quais instituições o grupo trava parceria é igualmente fundamental. Quais os principais entraves enfrentados pelos militantes dentro da universidade? Como eles são contornados pelos membros? Em resumo, é necessário conhecer o grupo para compreender os significados compartilhados em seu interior. Ter dimensão das tarefas nas quais os estudantes

¹⁶ Cf. Tabela 2, ao fim deste trabalho.

¹⁷ O Movimento Gay de Minas é uma ONG com forte expressão em Juiz de Fora, responsável pela organização do Rainbow Fest. Segundo o site do movimento: “Fundado em 2000, O MGM [é] reconhecido como uma das ONGs mais atuantes dentro do movimento GLBT e movimento Aids brasileiro.” Extraído de <<http://www.mgm.org.br/>> Acessado em dezembro de 2011. Segundo o mesmo site, o MGM participou ativamente da promulgação da Lei Rosa (lei municipal n° 9.791), que pune a discriminação contra orientação sexual.

¹⁸ A RUDS (Rede Universitária de Diversidade Sexual) é uma rede de grupos universitários militantes pela diversidade sexual, localizados no estado de Minas Gerais, que foi criada em 2011 por iniciativa de membros do GUDDS (Grupo Universitário em Defesa da Diversidade Sexual), com atuação na Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), em Belo Horizonte, e do grupo Primavera nos Dentes, da Universidade Federal de Viçosa (UFV). Hoje a rede é composta por oito grupos espalhados por diferentes cidades do estado. Mais sobre a RUDS será dito no tópico 2.II desta dissertação.

se engajam diariamente, como planejam estratégias, quais eventos promovem, entre outras coisas, é essencial para visualizar as especificidades de cada episódio em seu contexto.

No presente subitem, narro como se deu a construção do MUDD*Se. Apresento ainda as principais estratégias de ação do grupo, tal como o formato das reuniões e o volume de atividades realizadas no período observado. Apresentarei ainda o perfil dos estudantes que compõem o grupo – cursos frequentados, militância prévia em partidos políticos ou outros grupos universitários. Para começar, farei uma descrição da organização interna do grupo.

As relações entre os membros do grupo podem ser entendidas especialmente pelo eixo central de horizontalidade que perpassa a organização do grupo desde o começo da observação de campo, em maio de 2011. A organização variou de totalmente horizontal, sem nenhum tipo de hierarquias, a um sistema de direção rotativa, com três cargos simultâneos de diretores. Além da direção rotativa, foi aprovado estatuto que incluía pormenores acerca de quem poderia ou não votar no grupo (dependendo da frequência às reuniões) e quais faltas poderiam levar um membro à expulsão. Esse sistema ficou vigente por alguns meses e perdeu força após um “racha” em que dois diretores saíram do grupo, acusados de não se terem comprometido o suficiente com as obrigações.

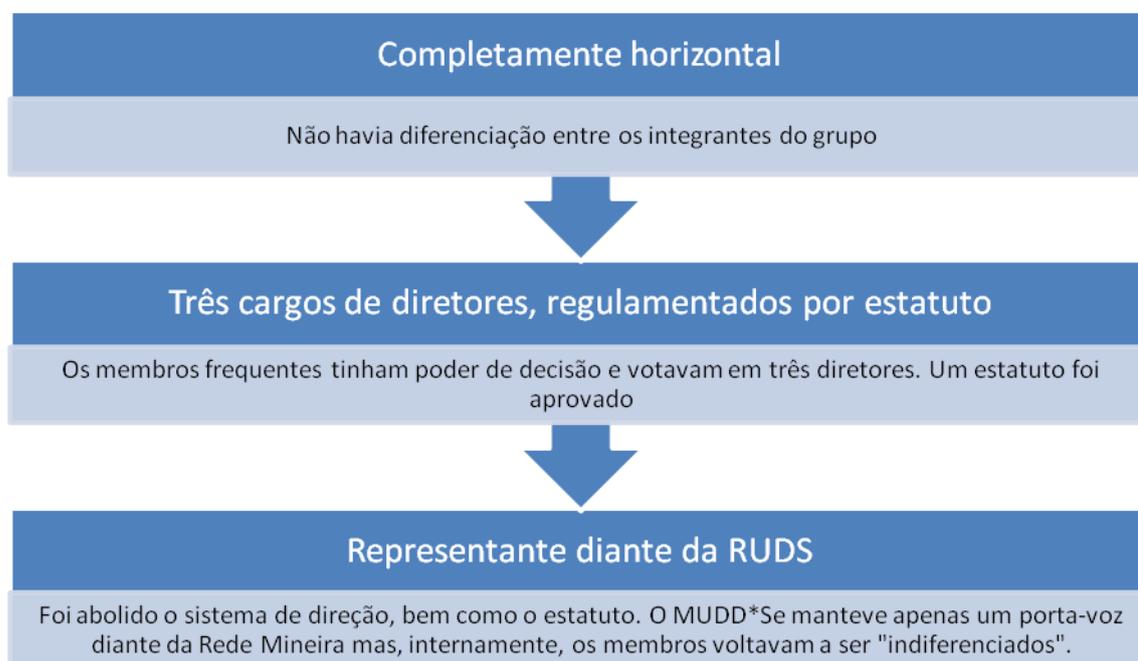


Figura 1. Organização interna do MUDD*Se: as diferentes formas da “horizontalidade”.

Hoje os poderes estão difusos dentro do grupo, e optou-se pela suspensão total de cargos de diretoria e o retorno à horizontalidade sem cargos. No entanto, há de ser considerado que um representante ainda é eleito para falar pelo grupo perante a rede mineira.

Além disso, a frequência dos membros às reuniões, embora não seja mensurada por meio de listas de presença ou chamadas, é levada em conta e, informalmente (às vezes de forma jocosa), fala-se em “núcleo do MUDD*Se” como as pessoas mais frequentes, e em “agregados”, como aqueles que contribuem esporadicamente para as atividades.

No entanto, não é possível deixar de salientar que os laços afetivos afetam a velocidade com a qual um membro pode passar do “núcleo” a “agregado” ou vice-versa. De modo geral, os amigos ficam “ocupados”, “trabalhando muito”, “escrevendo trabalho de conclusão de curso” ou “com problemas familiares”, vez ou outra. Os que não têm contato próximo “somem”, o que pode colocá-los mais rapidamente na categoria dos “agregados”.

Nesse ponto há uma questão importante a ser mencionada. Ao “fotografar” o grupo, que é dinâmico, para estudá-lo, considerarei “membro do MUDD*Se” todo aquele que tenha integrado o grupo ao longo desses três anos ainda que não seja atualmente um membro, ou que tenha chegado recentemente. Ou mesmo que tenha entrado e saído, ou mudado de posição (de “agregado” para “nuclear”, ou vice-versa, por exemplo). Todos serão considerados “membros” do MUDD*Se indistintamente e pontuarei essas diferenças (e suas dinâmicas) apenas quando for necessário no exemplo etnográfico apresentado.

O perfil dos estudantes que compõem o MUDD*Se pode ser resumido pelas seguintes características: primeiro, logicamente, universitários; depois, brancos, estudantes de ciências humanas ou pedagogia. Não há predomínio de sexo (masculino ou feminino) nem de orientação sexual. O MUDD*Se tem homossexuais, heterossexuais e bissexuais atuando no “núcleo”, sendo que apenas uma integrante é transexual. Nesse ponto, é fundamental salientar que não há a obrigatoriedade de uma definição explícita da orientação sexual para ingressar no grupo. Há membros que dizem não se enquadrar bem em nenhuma categoria¹⁹.

Como já foi dito, é impossível pensar o processo de construção do MUDD*Se sem, de forma concomitante, traçar as relações do grupo com outras instituições. Isso porque o Movimento Universitário em Defesa da Diversidade Sexual (MUDD*Se) foi criado na Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF), em Minas Gerais, inspirado no Grupo Universitário em Defesa da Diversidade Sexual, o GUDDS, da UFMG, em Belo Horizonte.

O encontro entre aqueles que viriam a ser os fundadores do MUDD*Se e os integrantes do GUDDS deu-se em outubro de 2010, durante a 1ª Semana da Diversidade Sexual, organizada pelo projeto “Educação Sem Homofobia”, orientado por professores das Faculdades de Psicologia e Pedagogia da UFJF.

¹⁹ Cf. tabela 03, ao fim deste trabalho.



Figura 2. Surgimento do MUDD*Se: seu processo de criação simplificado

Grosso modo, pode-se dividir as relações do MUDD*Se em três tipos. O primeiro corresponde àquelas que acontecem dentro da Universidade de Juiz de Fora. Seriam elas: com outros grupos militantes da UFJF (como grupos feministas e o DCE); com a comunidade acadêmica (especialmente o corpo docente e outros discentes); e com as instituições da Universidade (pró-reitorias e reitoria).

O “segundo tipo” diz respeito às relações travadas fora dos portões da Universidade, mas ainda dentro da cidade de Juiz de Fora. Elas se resumiriam, basicamente, a contatos com a população da cidade (durante passeatas, distribuição de panfletos ou eventos de modo geral); com a prefeitura (especialmente na tentativa de financiamentos ou apoio a eventos, muitas vezes por intermédio da FUNALFA); e com o MGM, ONG local de defesa dos direitos homossexuais.

Como “terceiro tipo”, classifiquei as relações que se dão marcadamente em outras cidades do estado. São as relações com outros grupos de diversidade sexual, das quais o já tratado encontro com membros do GUDDS pode ser considerada a primeira, tendo principiado ainda antes da consolidação do grupo, configurando-se como essencial para sua formação.

Os dois próximos organogramas resumem o que acaba de ser dito. No primeiro, o MUDD*Se em Juiz de Fora (cidade e universidade); e, no segundo, o MUDD*Se no estado de Minas Gerais.

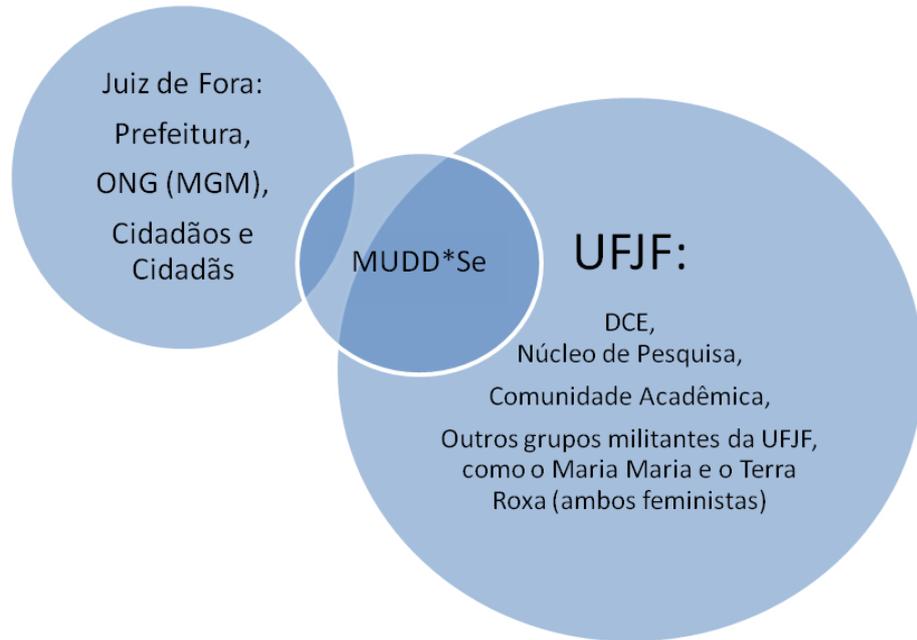


Figura 3. MUDD*Se na UFJF, em Juiz de Fora: relações entre instituições locais.

Eventualmente, irrompem tensões e surgem boatos de tentativa de cooptação do grupo por alguma instituição maior ou partido político. A tentativa de constituir o grupo como independente, na medida em que ele aceita apoio de outras instituições, aparece como fundamental para a compreensão das relações do grupo com outras entidades: “*O MUDD*Se não é MGM, não é GEL, não é ANEL. O MUDD*Se não pode deixar de mostrar que tem autonomia*” (integrante do MUDD*Se durante reunião em 2011).

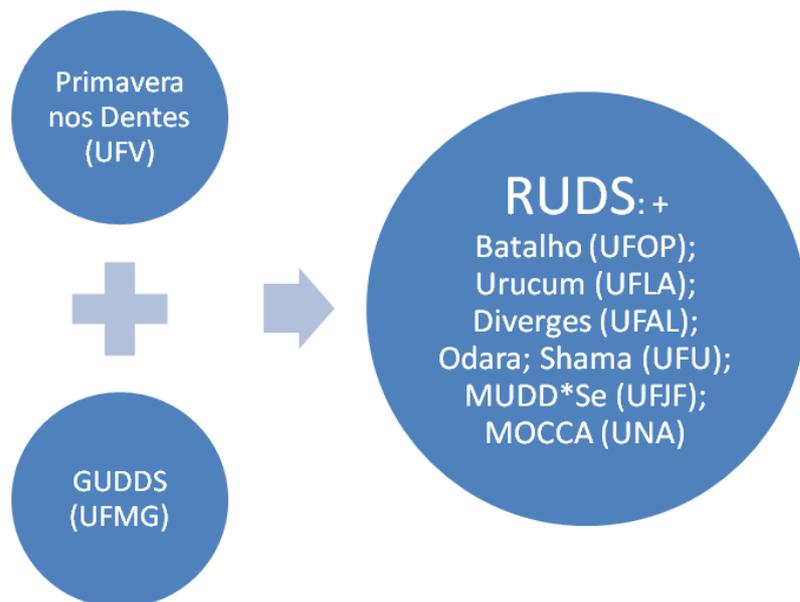


Figura 4. O MUDD*Se em Minas Gerais: simplificação do processo de criação da rede mineira.

Como mencionado, fora da UFJF, no Estado de Minas Gerais, as principais relações são estabelecidas com grupos militantes pela defesa da diversidade sexual que operam em outras universidades federais.

Em 2011, o GUDDS e o Primavera nos Dentes, grupo atuante em Viçosa desde 2008, tiveram a iniciativa de começar uma articulação entre os grupos universitários de militância LGBT do estado, consolidando o que posteriormente veio a ser a RUDS Minas: Rede Universitária de Diversidade Sexual de Minas Gerais (RUDS).

A RUDS chegou a reunir nove grupos, contando com o grupo MOOCAH – que aparece no organograma 3, mas abandonou a rede em 2012, por dificuldades internas. Atualmente, é composta por oito grupos, espalhados por universidades de diferentes cidades mineiras: Ouro Preto, Lavras, Alfenas, Uberlândia, Juiz de Fora e Contagem, além de Belo Horizonte e Viçosa.

Ao longo dos anos de 2011, 2012 e 2013, o MUDD*Se realizou diferentes eventos dentro da universidade – muitos dos quais em parceria com outras instituições (ONGs, Centros de pesquisa da universidade ou grupos militantes, ligados ou não a partidos políticos). Entre esses eventos, destacaram-se a II Semana de Diversidade Sexual e a I Conferência Municipal LGBT, em 2011; a exibição de filmes e promoção de debates, em diversas datas, como no Dia da Visibilidade Transexual, em 2012 e 2013, e no Dia da Visibilidade Lésbica, em 2012. O grupo participou também de congressos e conferências de outras instituições.

O gráfico abaixo é um recurso visual que dá a dimensão de como o tempo dos integrantes do MUDD*Se se distribuiu ao longo desses três anos. É preciso ter em mente que os números não são absolutos, mas apenas comparativos. Em “Contatos com a RUDS” e “Prestação de contas”, os números utilizados são uma aproximação proporcional, como se houvesse uma divisão: tempo gasto em “Contatos com a RUDS” dividido pelo “tempo gasto em outras atividades”. Percebe-se que, em 2012, o coeficiente foi muito alto, o que indica que, proporcionalmente, os contatos com a RUDS tomaram a maior parte do tempo das atividades do grupo.

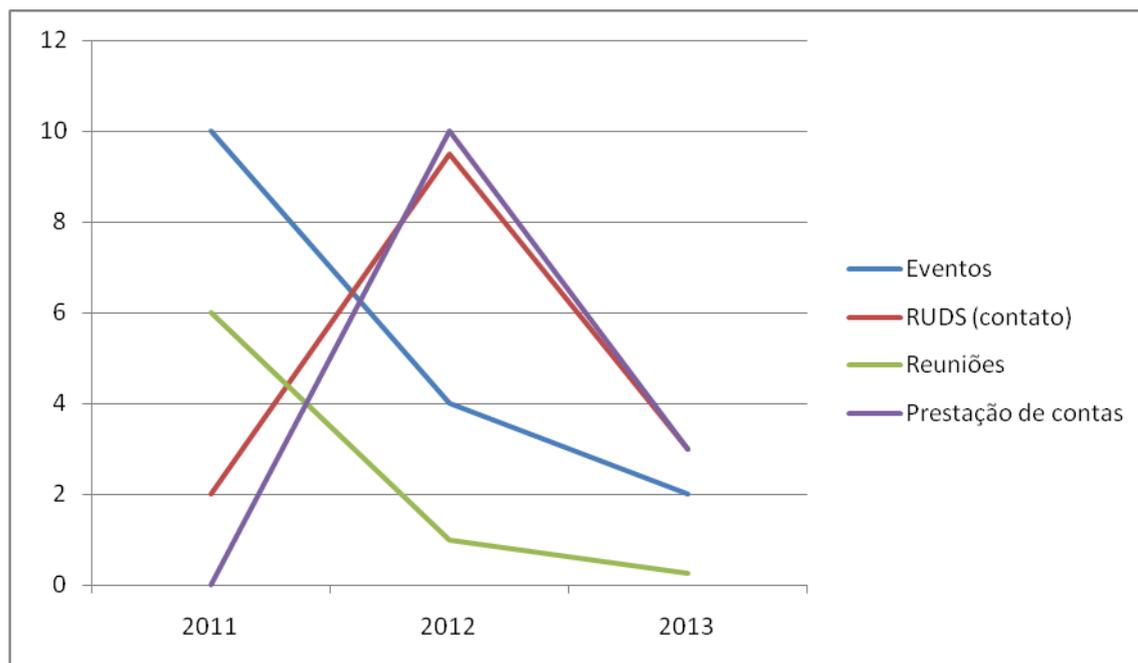


Gráfico 1. Distribuição de tempo e atividades dos membros do MUDD*Se

Da mesma forma, “Prestação de contas” é uma aproximação da proporção de tempo do grupo que foi despendido com essa atividade. O uso de números é arriscado, já que (exceto para a categoria “eventos”) eles representam aproximação abstrata de impressões, feita a partir de minhas observações. No entanto, os gráficos facilitam a visualização dos processos pelos quais o grupo passou.

No caso de “Eventos”, o coeficiente utilizado é numérico e está descrito na Tabela 2. É simples observar que o MUDD*Se produziu muito mais eventos em 2011 (10 eventos) do que em 2012 (4 eventos) ou 2013 (1 evento). Isso porque o tempo do grupo foi amplamente consumido pela prestação de contas da 2ª Semana da Diversidade Sexual (ocorrida no final de 2011) para com a rede mineira.

Por último, “Reuniões” é uma categoria numérica aproximada e mensal, que deve ser lida como “reuniões por mês”. Em 2011, elas ultrapassam 4 – entorno de uma por semana –, devido a épocas anteriores a eventos, em que os encontros eram mais frequentes.

“Eventos” e “Reuniões” compunham basicamente todas as atividades do grupo em 2011. Com o passar do tempo, vemos a diminuição dessas duas atividades e o aumento de “Contatos com a RUDS” e “Prestação de contas”. No ano de 2013, as reuniões praticamente não aconteceram (houve uma reunião no começo do ano e dois encontros, que serviram mais para que os membros fizessem contato pessoal do que para planejarem alguma atividade). O fato de o desenho descrito por “contatos com a RUDS” ser muito parecido com o da variável

“prestação de contas” não é coincidência. A maioria dos contatos que o MUDD*Se fez com a RUDS, especialmente ao longo de 2012, foi para prestação de contas.

O gráfico, dessa forma, dá uma boa dimensão do que aconteceu com o grupo ao longo desses três anos. Em suma, no ano de 2011, o grupo utilizava todo o tempo que tinha com reuniões para a preparação de eventos e com os eventos resultantes dessas reuniões. O que podemos observar em 2012, é a completa inversão do uso do tempo dos membros: cai vertiginosamente a quantidade das reuniões internas e dos eventos do grupo e há uma intensificação dos contatos com a RUDS. Durante todo o ano de 2012, os membros do MUDD*Se gastaram vários dias de trabalho com prestação de contas. Só em janeiro de 2013 houve a confirmação de que as contas estavam fechadas – mas, com os balancetes em dia, o MUDD*Se não conseguiu recuperar o fôlego e voltar aos trabalhos, tal como era feito em 2011.

O resultado foi a diminuição dos contatos com a RUDS, todavia, sem que fossem reestabelecidas as reuniões regulares para a promoção de eventos – de tal modo que, em 2013, o que se viu foi uma diminuição geral das atividades, tendo o grupo praticamente deixado de existir no segundo semestre.

1.3 A RUDS como espaço de grupos análogos

A RUDS Minas (Rede Universitária de Diversidade Sexual de Minas Gerais) é uma rede de grupos mineiros militantes pela diversidade sexual, que surgiu em 2011, por iniciativa de membros do GUDDS (Grupo Universitário em Defesa da Diversidade Sexual) – com atuação na Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), em Belo Horizonte – e do grupo Primavera nos Dentes – da Universidade Federal de Viçosa (UFV). Os grupos conseguiram aprovação em edital de uma empresa privada para financiamento de redes de grupos de jovens que realizassem trabalhos sociais. Com o financiamento, fomentaram atividades em outras universidades mineiras, através da abertura de outro edital. O MUDD*Se foi contemplado pelo edital dos outros dois grupos e, no ano de 2012, a rede já contava com nove grupos.

A RUDS, por meio de parceria com o grupo, chamado Rede América – ao qual várias grandes empresas recorrem a fim de terceirizar o serviço de custear programas para a juventude, em busca de isenção fiscal –, conseguiu verba para distribuir aos grupos que a compõem. Desse modo, a rede pôde auxiliar os grupos na promoção de atividades que trouxessem debates sobre questões LGBT e de Diversidade Sexual nas universidades.

Na terceira reunião da rede, da qual tive oportunidade de participar, a intenção era traçar um balanço do que foi feito em cada universidade, definir qual o efeito obtido e alertar os participantes dos diversos grupos sobre datas para a prestação de contas. Assim, foi possível ter acesso aos diversos relatos sobre a recepção dos eventos nas universidades, os atos de homofobia, o apoio (ou não) das instituições de ensino aos grupos, além de tensões e contradições vividas pelos integrantes da rede na condição de militantes universitários.

Participaram do III Encontro os grupos GUDDS (Grupo Universitário em Defesa da Diversidade Sexual), da UFMG; Primavera nos Dentes, da UFV; Shama (Associação Homossexual de Ajuda Mútua), da UFU; Batalho, da UFOP; Urucum, da UFLA; GLOS (Grupo pela Livre Orientação Sexual e Identidade de Gênero), da UNA; e MUDD*Se (Movimento Universitário em Defesa da Diversidade Sexual), da UFJF.

É importante salientar que, como foi dito, os grupos GUDDS e Primavera nos Dentes foram os que concorreram ao edital para a verba com a qual a rede trabalhou em 2011 – e que foram eles que tiveram a iniciativa de organizar e construir a rede.

Isso criou um esquema hierárquico em que todos os outros grupos deveriam prestar contas a esses dois, insatisfeitos com a posição de “chefia” ocupada. Durante a terceira reunião, integrantes do GUDDS afirmaram que esse formato hierárquico possibilitou a aproximação dos grupos em um primeiro momento, mas deveria ser substituído por um sistema representativo, em que houvesse ao menos um integrante de cada movimento na organização e direção da rede.

A rede não deveria ter hierarquia. Somos um projeto de rede. Ainda não somos uma rede porque uma rede teria que ser representativa. Mas o edital exigia uma hierarquia. Só o GUDDS e o Primavera nos Dentes na coordenação faz com que tenha ocorrido um formato assim, que vocês têm que prestar contas pra gente (Membro do GUDDS, 2012)

Um panorama do cenário político foi traçado por eles, na tentativa de compreender o contexto no qual estavam inseridos os grupos universitários militantes pela diversidade sexual. A ABGLT (Associação Brasileira de Gays, Lésbicas, Bissexuais, Travestis e Transexuais) foi apontada como maior representante dos grupos LGBT e sua postura diante do veto do Kit anti-homofobia pela presidente Dilma foi criticada. Segundo uma das integrantes da rede, faltou um posicionamento sério da associação diante da questão.

Distinções entre os governos Dilma e Lula foram apontadas, sendo que no governo Lula (2002-2010) foi assinalada uma expansão de canais de comunicação entre a população LGBT e o governo. No governo Dilma, no entanto, observou-se retração nesses canais de comunicação e ampliação do esforço das bancadas religiosas em ir contra medidas

que beneficiassem a comunidade LGBT, em um embate cada vez mais explícito. Além disso, centros de referência LGBT estariam sendo desativados. Segundo os estudantes, os governos não teriam nenhuma responsabilidade sobre o que se passa nos centros, já que se teriam limitado a ceder os espaços para ONGs: *"Os espaços dos centros são cedidos. Acho que a lógica é essa, é uma tolerância"*.

No cenário percebido por eles, existiriam duas vertentes do movimento LGBT: a primeira se caracterizaria por uma institucionalização generalizada, em que os movimentos são trazidos para dentro do estado; a segunda foi chamada "movimento paradeiro", sendo representada por ONGs que, segundo os integrantes da rede, acabam por se constituir unicamente como promotoras de festas.

Foi mencionado que, a partir dos anos 2000, houve uma entrada dos movimentos no Estado, num processo ao qual, segundo eles, o movimento feminista teria se adaptado melhor do que o LGBT, aproveitando a oportunidade para promover de fato os direitos das mulheres. Os grupos LGBT estariam representados no Estado só como "fachada", com lideranças interessadas apenas em prestígio pessoal e, algumas vezes, inclusive promovendo a homofobia:

Temos que nos esforçar para tencionar o estado e não deixar que a participação LGBT nele seja só fachada, só cooptação. O termo é feio, mas é esse mesmo: cooptação. E a academia também! Temos que falar quais teses a gente quer que se produza.

No cenário bipolar da luta LGBT – de institucionalização, de um lado, e "movimento paradeiro", de outro –, surge, a partir de 2005, nas palavras dos integrantes da rede, "concorrentes que incomodam os dois lados": grupos universitários em defesa da diversidade sexual e grupos acadêmicos que se dedicam a esse tema: *"No movimento LGBT há muita gente com 'rabo preso' no Estado, o que gera a estagnação de algumas pautas. Os grupos universitários não têm isso ainda"*.

Há otimismo em relação ao espaço conquistado pelos grupos universitários, concomitante ao desconforto com a falta do estado no exercício de atividades que promovam inclusão: *"Fazemos um trabalho que o estado deveria fazer, mas terceiriza pra nós através de editais"* (membro da RUDS, 2012).

Esse é o lugar no qual os grupos universitários se sentem inseridos. Eles fazem oposição a lideranças LGBT que estão dentro do estado, e a ONGs promotoras de eventos. Em uma conjuntura onde a conquista de direitos tem sido feita sempre por meio do Judiciário,

os grupos apontam que é mais fácil conseguir aprovar medidas que beneficiem a população LGBT nos municípios e no estado do que na federação.

Como disse, tive a oportunidade de participar do terceiro encontro da rede, ocorrido no município de Barra Longa, onde foi possível observar os principais debates travados. O município de Barra Longa fica a 100 km da capital mineira, e a reunião aconteceu entre os dias 11 e 13 de maio de 2012. Fui com o grupo MUDD*Se de Juiz de Fora até Belo Horizonte, onde tomamos um ônibus para a cidade onde ocorria o evento. Pela manhã, dois integrantes da rede buscaram-nos de carro na rodovia e andamos mais 30 minutos, em estrada de terra, até uma fazenda.

Relatos de homofobia foram tecidos um a um na tarde de sábado, e certo pânico pôde ser sentido nos participantes, embora não se falasse dele abertamente. Olhos arregalados e ouvidos atentos, sentados em roda na sala da antiga casa, ninguém além do integrante com a palavra falava, exceto para pequenas interjeições de indignação.

De qualquer forma, a posição de militância e o fato de estar com trabalhos em andamento deixavam os participantes preparados para não sucumbir à ideia de um mundo irremediavelmente homofóbico e, apesar de muitas evidências da ascensão de práticas preconceituosas, fez-se um esforço para encerrar o turno de debates com uma assertiva otimista: *“essa articulação das bancadas religiosas é uma reação a uma coisa positiva, que foi a nossa articulação”*. E mais: *“Temos que lembrar que não está tudo ‘uma merda’, já esteve pior. Essa onda reacionária é reflexo do que já conquistamos. Os movimentos LGBT estudantis parecem ser os que mais crescem nas universidades”*.

Mas, por trás desse otimismo ansioso, encontravam-se diversas histórias de homofobia: membros do Urucum (UFLA) disseram pretender fazer uma manifestação em que vários casais gays beijam-se ao mesmo tempo (o “beijaço”), em um local da universidade onde eram recorrentes as denúncias de homofobia.

Membros do Batalho (UFOP) sublinharam um problema relativo às repúblicas estudantis da cidade de Ouro Preto. Mesmo sendo públicas, são os moradores de cada casa os responsáveis por selecionar outros moradores, e o machismo e a homofobia estão invariavelmente presentes entre os critérios de escolha. Segundo uma integrante, gays não podem entrar nas repúblicas e, se alguém que já é morador “sair do armário”, é expulso imediatamente, sem tempo para conseguir outro lugar para morar. *“Inclusive, na UFOP, disseram para uma menina: ‘quando você deixar de ser só uma costela minha...’”*.

Na Universidade Federal de Viçosa, uma bandeira LGBT foi queimada durante um evento, e a universidade não tomou providências junto aos alunos, segundo membros do

Primavera nos Dentes (UFV). Duas estudantes contaram que acontecia uma passeata com trios elétricos para recepcionar calouros da UFV. Em um desses trios estava a bandeira do orgulho LGBT. Em determinado momento, segundo elas, a bandeira caiu, e dois estudantes, que “visivelmente não eram das Ciências Sociais”, começaram a pisoteá-la:

“eles usavam camisas justas, de um grupo de luta, e eram bem fortes. Ninguém sequer tentou tirar a bandeira deles, porque eles eram muito assustadores. Atearam fogo na bandeira com um isqueiro e começaram a gritar ‘aqui não é Juiz de Fora, aqui não é Juiz de Fora’”.

Segundo elas, o mais grave foi a omissão da universidade diante do caso.

Duas integrantes do MUDD*Se contaram sobre o estupro que ocorreu em uma festa fechada do Instituto de Artes e Design, e sobre como a reitoria “lavou as mãos” de qualquer responsabilidade, e só instaurou uma sindicância interna para apurar o caso na semana seguinte ao ocorrido.²⁰ Muito pior do que o estupro em si foi a reverberação machista do caso. Segundo as integrantes do MUDD*Se, os próprios alunos da UFJF tinham um discurso que culpabilizava a vítima, pelas roupas que ela usava, por ingerir bebidas alcoólicas, insinuando, ou mesmo falando abertamente, que a vítima “pediu” para ser estuprada. Este caso e, especialmente, as implicações político-militantes dele, na UFJF, serão melhor detalhadas no capítulo II da presente dissertação.

Os episódios eram relatados ininterruptamente, e ficava claro, para quem quer que ouvisse, que o trabalho nas universidades era urgente. De forma análoga ao que ocorria no dia-a-dia dos campi universitários, o campo político nacional encontrava-se também demarcado, e era possível ver coligações de bancadas religiosas firmemente determinadas a calar as demandas LGBT. Partidos políticos e candidatos assumiam posturas “favoráveis à família”, ou à conservação da noção de família tradicional (com papéis hierarquizados).

Não sabemos quando essa homofobia toda vai sair do armário, mas até lá a gente vai-se expandindo.

Nosso movimento sempre foi dar murro em ponta de faca. As reitorias dizem que ‘1, 2, 3, 4 aqui só tem viado, 4, 3, 2, 1, eles dão pra qualquer um’ não é homofobia. Que fazer a caloura chupar um cassetete não é machismo. Queimaram a bandeira LGBT na UFV e o cara ficou impune (integrantes da RUDS, 2012).

Como foi dito, entretanto, nem tudo era pessimismo, e o momento de efervescência demandava a continuação dos trabalhos que estavam sendo desenvolvidos mesmo após o término do financiamento da Rede América. Nas palavras de mais um

²⁰ No momento de apresentação de um artigo no congresso Enlaçando Sexualidades, na UNEB (Universidade Estadual da Bahia) citei o caso do estupro na UFJF. Duas estudantes do Primavera nos Dentes presentes no Grupo de Trabalho pontuaram: “estupros acontecem na UFV todos os dias. Mesmo. Na semana passada uma estudante foi estuprada ao meio dia atrás do Restaurante Universitário.”

participante da RUDS: “*eu, sinceramente, acho o momento emocionante. Está tudo dado, bancadas evangélicas e movimentos sociais. E há um medo do que pode vir a ser se nada for feito*”.

Além disso, segregações internas ao movimento LGBT também foram sublinhadas durante o III Encontro, percebidas como um enfraquecedor da força política dos movimentos: “*cada um levanta a bandeira da sua letrinha: L, B, G, T*”; “*O movimento LGBT tá segregado. Nas letrinhas, no plano geracional e de classe, mas o ENUDS tá combatendo isso*” (participantes da RUDS, 2012).

A proximidade com a academia é um fator crucial na configuração da rede, e revela o perfil dos grupos participantes. Além dos sete grupos mencionados, outro grupo, cujos representantes não puderam estar presentes no III encontro, foi parte do projeto desenvolvido pela rede em 2011: o MOOCAH, Movimento Organizado de Combate à Homofobia, que atua na cidade de Contagem. Ele é o único grupo que não tem ligações com universidades a compor a rede – sendo isso, inclusive, posto em disputa: “*Temos grupos que não são universitários e a ideia inicial era de que [todos] fossem. Vamos aceitar grupos que não sejam universitários ou não?*”.

Essa pergunta gerou muito debate e reflexão por parte membros acerca do perfil que a rede teria. “*Depende do momento*”, foi a primeira resposta. Depois, seguiram-se muitas questões sobre quem poderia ou não participar da rede e como esse critério seria definido:

Há grupo feminista que é bacana, mas é contra o aborto. Vamos receber um grupo que é contra o aborto?

É difícil que entrem, mas temos que ser abertos. Se quiserem entrar e puderem ficar, ok.

Que a rede não seja uma seleção de coletivos, mas construir relações discutindo com os grupos e não negá-los previamente

Devemos aceitar todos, como o SHAMA, que pode não ser universitário mas tem características universitárias e faz algumas movimentações dentro da universidade. (integrantes da RUDS, 2012)

É interessante notar que, quando os integrantes decidem que podem aceitar grupos que não sejam universitários, sublinham que isso se deve ao fato de poderem aceitar grupos que contenham “apenas” características universitárias. Isso define claramente o papel central da academia, como indispensável aos participantes da rede.

Assim, após muita discussão a respeito, um integrante finalmente sugere que a rede assuma de forma explícita a exigência de ocupação dos espaços universitários para a

participação do grupo na rede: “*Negar a participação é complicado, mas se o grupo quiser deixar a universidade totalmente de lado, aí acho que descaracteriza a rede*”.

Após refletir sobre as fronteiras externas que demarcariam o “nós” e o “eles”, definindo quais as características impeditivas para que outros grupos entrassem na rede, a discussão sobre marcadores de diferença internos surgiram espontaneamente:

Temos que definir critérios de pertencimento à RUDS porque mesmo quando eles não são explícitos existem por causa da dinâmica do grupo. No caso do GUDDS os excluídos sentem claramente quais são esses critérios: discussão aprofundada das questões de gênero (participante da RUDS, 2012).

Existe uma variação, nos grupos militantes universitários, no sentido da aproximação ou não dos temas que os alunos estudam e pesquisam na academia com os debates feitos no interior dos grupos. Essa aproximação varia no sentido de colocar o universitário mais próximo ou mais distante das discussões de gênero estabelecidas no grupo e nos eventos promovidos por ele, como mesas de debate e palestras.

Um aluno da área de humanas que já estuda gênero encontra-se previamente inserido nos debates vivenciados pelo grupo. E mesmo um aluno da área de humanas que não estuda gênero, provavelmente, teve alguma disciplina em seu currículo que o inseriu nos primeiros debates sobre desnaturalização do mundo social, ou teve seu primeiro contato com ferramentas e conceitos que o auxiliam a participar dos debates do grupo. Por outro lado, um aluno da área de exatas, a não ser que se tenha dedicado a essas questões em outro espaço, encontrará maior dificuldade para acompanhar as discussões e, ao menos em seus primeiros contatos com o grupo, necessitará dedicar-se mais do que os outros aos temas abordados.

Não posso dizer que há hierarquia nesse sentido, inclusive porque as variações de quantitativas de interesse e dedicação de cada integrante aos temas pode fazer com que alunos da área de exatas estejam à frente, em muitas discussões, de alunos da área de humanas. Não é recomendável, então, pré-conceber que existem alunos com uma distância maior ou menor dos debates unicamente pelo curso que fazem ou objeto que pesquisam. No entanto, a tendência a uma maior dificuldade por parte de alunos que não têm contato com o tema “gênero” – bem como ao monopólio dos debates por alunos pertencentes a grupos de pesquisa nessa área – pode ser facilmente observada.

Para além dos cursos e temas de pesquisas dos alunos integrantes dos grupos, é possível, ao analisar a rede, perceber outra distinção ainda mais significativa: as universidades também demarcam os termos dos debates de acordo com sua própria filiação histórica, a dinâmica política da cidade na qual estão inseridas e as escolas de pensadores com as quais trabalham os professores que lá lecionam. Assim, as localizações geográficas de origem de

cada grupo pertencente à rede parecem deslocar o eixo dos debates, seja para um sentido mais ou menos “pós-moderno” das noções de gênero, seja para uma noção mais ou menos desnaturalizada de corpo e comportamento. Essas distinções, obviamente, existem entre todos os grupos, mas ficam mais marcadas entre o GUDDS, que é da capital, e os demais, do interior.

Na citação transcrita acima – *“No caso do GUDDS os excluídos sentem claramente quais são esses critérios: discussão aprofundada das questões de gênero”* – fica claro o ressentimento dos excluídos. Diante daquela colocação, uma integrante do GUDDS respondeu: *“Não acho que precisa ter discussão aprofundada, precisa ter algum interesse em relação a isso, porque é uma questão muito cara para nós. Mas nós também não fazemos discussão aprofundada ainda. Espero que façamos.”*

Esse ponto foi explicitado enquanto um dos integrantes falava sobre a dificuldade, inerente à criação de uma rede com grupos de cidades e regiões mineiras distintas, em conciliar pontos de vistas diferentes em relação às noções de corpo, sexualidade e gênero: *“é como aquele cartaz que saiu, do Primavera nos Dentes, que dizia, ‘sexualidade não se aprende, homofobia se aprende’. Putz. Tudo o que o GUDDS diz é que a sexualidade é construída”*. Ao que um integrante do grupo responsável pelo cartaz responde: *“Mas isso foi feito pelo Primavera por conta própria, não estávamos representando a rede”*. E o primeiro justifica: *“Eu sei. Tô só falando como só entre dois grupos já é difícil conciliar os pontos de vista”*.

Essas assertivas resumem o ponto central da dinâmica da rede, que é a permanência de perspectivas diferentes em relação aos temas tratados. Não há conciliação em muitos aspectos. Em vários momentos, não é possível chegar a um denominador comum, e cada grupo tem de aceitar que os outros trabalhem com concepções diferentes das suas. É no duplo caráter de militantes e acadêmicos que repousa a maior afinidade entre todos os integrantes da rede, e não exatamente nos significados epistemológicos dos temas trabalhados: *“Em que lugar nós estamos? Nós estamos nesse não-lugar desconfortável. Não somos nem academia, nem militância”* (participante da RUDS, 2012).

O caráter marcadamente acadêmico dos grupos distingue-os dos tradicionais grupos LGBT pela consciência da arbitrariedade de tomar a sexualidade dos indivíduos como estável ao longo do tempo. Os militantes de diversidade sexual percebem uma vivência múltipla dos sujeitos. Eles têm consciência de que as categorias de “lésbica”, “gay”, “bissexual”, “transexual” ou “travesti” são categorias políticas, e não têm a pretensão de que esgotem a essência dos sujeitos.

No ENUDS eles ficam se batendo porque não querem ser chamados de LGBT de forma alguma: o movimento se diz em prol da diversidade sexual mesmo. Não acho que isso seja academicismo, não. Acho que existem pontos de vista que nem sempre podem ser conciliados (participante da RUDS, 2012).

Fica explícita a lacuna que existe entre a noção estanque de “LGBT” e a amorfa ideia de “diversidade sexual”, em que o sexo biológico e a orientação de gênero do parceiro ficam a critério do sujeito, que não mais precisa definir-se a partir das práticas sexuais. A noção de “lésbica” engendra comportamentos tão cristalizados que, embora se pretendam subversivos, em relação a comportamentos da mulher heterossexual, são tão estanques quanto estes. O termo “diversidade sexual” não pretende delimitar os sujeitos a quem se refere. Estes podem ter experiências sexuais múltiplas, com parceiros de diferentes “sexos biológicos”, sem que isso demande um novo rótulo.

Assim, os integrantes da RUDS não podem dedicar-se a uma militância nos moldes das ONGs LGBT, porque trazem uma noção de sexualidade “pós-foucaultiana”, em que a proibição não consiste em reprimir uma sexualidade pré-existente, mas na construção da sexualidade em si. Da mesma forma, os militantes, cientes do papel que a sexualidade costuma exercer na construção da identidade individual, buscam conscientemente dissociar comportamento sexual de identidade de gênero, no dia-a-dia, ou, ao menos, implodir a correlação de causa e consequência existente entre eles.

1.4 ENUDS: o encontro nacional

ENUDS é o Encontro Nacional Universitário de Diversidade Sexual, que reúne grupos universitários pela diversidade sexual de vários estados brasileiros. O encontro, que teve sua décima edição em novembro de 2012, na Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ) é, claramente, o espaço de articulação em âmbito nacional mais significativo para os jovens da rede mineira:

Precisamos nos apropriar do ENUDS para fazer o que acreditamos que é preciso na atual conjuntura. Ele acontece nos moldes acadêmicos, mas tem um pouco da horizontalidade da militância.

Há disputa sim. Há quem diga que o ENUDS é encontro acadêmico, há quem diga que deve ser ONG, mas ele será o que fizermos dele (participantes da RUDS, 2012)

É preciso ter em mente que o MUDD*Se, a RUDS e o ENUDS não são versões respectivamente local, estadual e nacional da mesma coisa. Embora os três sejam organizados por jovens universitários militantes pela diversidade sexual, o número de participantes

envolvidos, por si só, altera não apenas o tamanho, mas também a configuração dos arranjos observados.

No ENUDS, a distinção entre grupos pela diversidade sexual fica mais clara: é visível a existência de diferentes grupos de lésbicas, de grupos de gays, de travestis e transexuais femininos. Os transexuais masculinos e bissexuais parecem um pouco mais dispersos; na RUDS, as diferenças acabam se dando pelas Universidades a que pertencem os integrantes – com algumas aproximações maiores entre determinados grupos, mais antigos; e, no MUDD*Se, pelos cursos de graduação, não exercendo a orientação sexual influência significativa na composição de pequenos subgrupos.

O capítulo I da presente dissertação mostrou dois pontos fulcrais acerca desses movimentos de diversidade sexual, recentes na história da militância LGBT no Brasil. Primeiro, que eles têm como contraponto a militância das ONGs ao se distanciar da essencialização de identidades L, G, B e T. Segundo que, embora se constituam como parceiros dessas organizações, buscam superar, além de sua noção estanque de “sujeito”, sua forma de organização. Depois disso, este capítulo trouxe o processo de constituição do MUDD*Se e, ao tratar a RUDS e o ENUDS, buscou esboçar o cenário Nacional dos movimentos de diversidade sexual.

Agora é possível ao leitor conhecer o MUDD*Se, bem como as relações que o perpassam no dia-a-dia da UFJF, como será visto no capítulo II, a seguir.

CAPÍTULO 2

MUDD*Se: articulações e dinâmicas

2.1 O MUDD*Se como rede de relações

Na primeira reunião do MUDD*Se da qual participei, estudantes me relataram algo ocorrido na reunião anterior. Pâmela²¹, que havia cometido a “gafe”, também achava graça da “situação constrangedora” pela qual passara e apressou-se em encená-la. Ela teria ficado exaltada em uma discussão, e falou em voz bastante alta, batendo na mesa: “Eu sou participativa, ativa e lésbica”. Logo depois, percebeu o duplo sentido que “ativa” poderia ter, já que o termo é usado não apenas para a militância política, mas também para a prática sexual.²² Então, se corrigiu: “Quer dizer, ativa não”, já rindo, e todos também caíram na risada.

O caso é ilustrativo de como, em um movimento tão dinâmico, há a apropriação e ressignificação de adjetivos. Seria uma interpretação um tanto grosseira afirmar categoricamente que existe uma hierarquia: lésbica ativa / lésbica passiva, onde a lésbica ativa é vista como risível. No entanto, é fato que a hierarquização desses dois “tipos de lésbicas” não está totalmente superada, ainda fazendo sentido a correção apressada: “ativa não”.

Dentro do grupo, contudo, a principal diferenciação entre os membros, dá-se pelo curso que cada um frequenta, sendo que cursos do mesmo instituto tendem a aproximar mais os membros. Além disso, a participação prévia em outros tipos de militância (DCE, partidos políticos ou ONGs LGBTs) e a participação em grupos de pesquisa sobre gênero ou sexualidade são experiências que instrumentam os universitários para a ação dentro de um grupo de diversidade sexual. Isso porque contemplam, respectivamente, os trâmites burocráticos de um movimento social e os conhecimentos teóricos acerca dos temas de reivindicação do movimento.

Assim sendo, os estudantes identificam-se mais a partir do instituto que frequentam do que pela orientação sexual de cada um – como foi observado em estudos com grupos LGBT tradicionais.²³ Esse ponto, por sinal, é especialmente interessante, já que não há a obrigatoriedade de definir-se em alguma categoria LGBT para ingressar no grupo, no qual há membros heterossexuais. Presenciei conversas informais em que os indivíduos tentam classificar-se em uma das categorias (L, G, B ou T), mas não obtêm sucesso, e conversas em

²¹ O nome foi modificado.

²² Embora os termos “ativo” e “passivo”, como dicotomias da prática sexual, sejam, muitas vezes, criticados pelos movimentos, os termos ainda são utilizados, vez ou outra.

²³ Cf. FACCHINI, 2002.

que os indivíduos mesmos reconheceram não haver necessidade de classificarem-se, avaliando esse aspecto como positivo.

Em reunião no dia 23 de julho de 2011, uma das integrantes pergunta: *“Eu tenho cara de lésbica?”*. Diante da surpresa, outros integrantes demoram a responder. Ela continua: *“nesse grupo é engraçado... As pessoas não têm que falar o que são”*. Outra integrante responde: *“é meio desnecessário. Às vezes a gente comenta dessas coisas em off. Eu e o Pedro zuamos muito o João²⁴ porque ele estava namorando com uma menina”*. Com o que a primeira concorda: *“sim, acho bacana as pessoas não serem obrigadas a se expor, como são em outros grupos”*. Isso ocorre porque se entende que as experiências podem ser múltiplas, e não há a necessidade de nova rotulação do indivíduo a cada experiência²⁵.

Por esse motivo, a decisão de construir a Tabela 03²⁶ foi muito difícil, e só nas últimas etapas da pesquisa resolvi priorizar a categorização à precisão, na tentativa de auxiliar o entendimento do leitor. A completa impossibilidade de classificá-los como homossexuais ou heterossexuais, ou mesmo como homens ou mulheres, pela natureza questionadora dessas categorias que deu origem ao grupo, torna o MUDD*Se um objeto difícil e escorregadio. Explicá-lo e colocá-lo em categorias de análise é quase como uma traição aos próprios princípios do grupo. Nesse impasse, submeti a tabela ao julgamento de integrantes, e eis alguns comentários:

“A orientação do meu desejo é homens, daí se eles preferem outros homens fica mais interessante” – foi a resposta de uma das garotas, quando pedi que buscasse aproximar “orientação sexual” de “desejo sexual” e não de categorias defendidas na militância. Perguntei, então, se ela preferia que eu trocasse por uma interrogação, ao que ela respondeu: *“Pode deixar hétero, a não ser que miss gay seja uma opção, risos. Mas brincadeira, por enquanto ‘to de hétero’ mesmo”*.

Esta crítica foi mais explícita: *“Eu achei essa tabela muito violenta. Não tem sentido, em plena teoria queer, a gente ter que definir sexo e orientação sexual”*. E ela completou: *“o meu sexo é feminino, mas tenho um masculino de plástico, caso isso conte”*.

Ambas as integrantes têm razão. Há um paradoxo inerente ao categorizar um grupo de diversidade sexual. Porém, não há como compreender o mundo (menos ainda como dissertar acerca dele) sem categorizá-lo. Aqui, sou eu quem cai no impasse

²⁴ Todos os nomes que aparecem ao longo do trabalho são fictícios.

²⁵ Podemos pensar na noção de “fluidez sexual” de Diamond *“Sexual fluidity”* (Diamond 2007 *apud* Heilborn, 2009) onde podem haver sucessivas trocas de parceiros sexuais de sexo biológico diferentes, afastando-se a possibilidade de construção de identidade a partir do sexo.

²⁶ Disponível ao fim deste trabalho.

militância/academia, discutido ao longo do trabalho. Entendo que minha obrigação, nesta dissertação, é não deixar de lado quaisquer classificações que possam ajudar a tornar inteligível o grupo e suas concepções de “gênero”. Assim, não poupo rótulos, mas demonstro o quão profundos podem ser os problemas inerentes a eles. A simples exposição dos protestos já serve para elucidar os gritantes limites dessas categorias. “*Se alguém descobrir a orientação do meu desejo, me avise, ok? Ainda to sem saber qual é*” ou

Meu sexo é feminino e na orientação sexual você pode escrever ‘prefiro não declarar’ ou ‘outra’ porque eu geralmente pego caras, mas a minha identidade sexual não é de mulher hétero desde muito antes de eu pegar mulher... Tabelas, aff... Hahaha... Boa sorte aí nesse trem, mas fala pra sua orientadora que eu achei isso muito violento. E meu sexo é feminino, mas eu também tenho um masculino de plástico...

denotam que “esse trem” (tabela) esbarra no limite de não fazer sentido para o meu objeto, tamanha a deturpação que oferece. Ou ainda, corre o risco de reforçar um engessamento que ele busca combater.

Na Tabela 3, podem ser observadas 14 colunas. A primeira traz nomes fictícios de integrantes. A segunda, uma informação extremamente relevante, como já foi salientado: o curso que cada um frequenta – única coluna de fácil preenchimento, diante da imprecisão dos demais dados analisados.

Quando comecei a construção da tabela, sabia que “orientação sexual”, por exemplo, seria uma coluna quase fictícia, dado que é composta por aproximações extremamente imprecisas e distorcidas da realidade. No entanto, toda a tabela revelou-se trabalho árduo. Nada era uma decisão simples ou binária: “*Eu não era do PT, era militante não praticante, [antes de me integrar a chapa da UNE para o DCE]*”. Não busquei detalhes acerca do que pode ser uma “militante não-praticante”, pois pareceu-me que qualquer tentativa mais rígida de compreender tal definição só agravaria o problema da imprecisão – o que mostrou-se intrínseco à tentativa de categorizar uma realidade vivida de forma tão fluida. Categorizar, rotular ainda mais, só explicitaria a imprecisão inerente a “militante não praticante”, como aconteceu com tantos outros exemplos.

Continuando, numa explicação detalhada da tabela 3, a terceira coluna diferencia alunos matriculados na UFJF daqueles que cursavam graduação em outra IES, bem como de Boy (que ainda estava no Ensino Médio). A coluna quatro representa a faixa-etária em que se encontram os estudantes em 2014, definida em intervalo de cinco anos. Coloquei a idade exata de alguns, que solicitaram a inserção da informação precisa. Entendo, no entanto, que

tamanha exatidão seja desnecessária para compreender o traço marcadamente jovem do grupo.

A quinta coluna traz a cor da pele dos indivíduos, tal como percebida por mim. Mais uma vez, pedi para que alguns declarassem suas cores, para testar o grau de precisão dessa análise, ou o grau de aproximação de minha visão à deles próprios. O interessante resultado será descrito em seguida.

A quinta e a sexta colunas marcam, respectivamente, aqueles que trabalhavam para o próprio sustento durante o curso e aqueles que tinham bolsa de iniciação científica. Elas indicam dois elementos importantes: o primeiro é relativo à renda, sendo possível supor que aqueles que trabalhavam durante a graduação, de modo geral, possuíam nível de renda familiar um pouco inferior. No entanto, em ambas as colunas, o “Sim”, significa, financeiramente, que o(a) aluno(a) não era completamente desprovido de fonte de renda própria. Na sexta coluna, porém, ele (ela) participa de atividades de pesquisa na Universidade (geralmente com o tema “gênero” ou “sexualidade”), ou seja, além do amparo financeiro, está sistematicamente preparando-se para os debates que o MUDD*Se trava.

Em linha semelhante, a oitava coluna indica se o (a) estudante teve participação política em outros movimentos antes de ingressar no MUDD*Se. Junto com a sétima coluna, esta indica o preparo do (da) estudante para a atuação no MUDD*Se. Na sétima, o preparo teórico; na oitava, o preparo prático, ou seja: burocracias, formas de angariar fundos, promover festas, pleitear editais, etc. A nona coluna é uma réplica da sétima, que só prima existir porque as atividades de pesquisa podem não ser remuneradas durante todo o período do envolvimento do (a) aluno (a) com o trabalho.

A décima coluna, “sexo”, representa o órgão sexual do (a) estudante. Ela faz referência ao que poderia ser compreendido, genericamente, como órgão sexual suposto a partir da “identidade de gênero” mais aparente/frequente dos (das) estudantes. É o órgão sexual que eles (elas) “afirmam ter”, nas suas condutas diárias – correspondendo, portanto, ao sexo que se supõe a partir (de novo, de forma imprecisa) dos comportamentos apresentados, em comparação aos comportamentos esperados de pessoas que possuem determinado sexo (MOORE, 1997).

“Orientação sexual”, a coluna 11, é, de longe, a mais problemática. Inicialmente, pensei em usar apenas dois termos (homossexual e heterossexual), priorizando aquele que mais se aproximaria de cada um deles. A inclusão dos termos “bissexual” e “assexual” foram imperativas, pois apareciam em campo e distinguem-se completamente dos dois primeiros termos. Por fim, cinco termos foram usados, incluindo-se esses quatro e o ponto de

interrogação (talvez o mais preciso dos cinco). Isso porque sempre tive como meta observar as falas dos (das) estudantes, mas nunca perguntar-lhes sobre desejo sexual – se é um tema que não entra nas conversas deles, seria artificial demais eu forçá-lo. Por isso, construí a coluna com base em relatos que ouvi em campo, daqueles que falaram algo espontaneamente em um momento ou outro, mantendo interrogação naqueles que eu não sabia a orientação. Depois, ao submeter a tabela a eles, tive *feedbacks*, explicações e críticas interessantes, que já vêm sendo apresentadas até aqui.

A décima segunda coluna diferencia apenas as pessoas cisgênero de Marcelle, única transexual “do núcleo”, e de Sabrina Rangel, cisgênero que assume posição trans, eventualmente. A décima terceira coluna seria imprecisa mesmo que fosse referente apenas ao dia de hoje. Para abarcar dois anos de análise, ela é apenas um esboço que diferencia aqueles que “costumam” estar presentes dos “distanciados” das atividades do grupo. A última coluna traz observações sobre os membros. A única observação relevante para esse trabalho refere-se a Rodolfo, cuja condição próxima com a Igreja Católica já foi explicitada.

Quanto à transexualidade, só uma integrante não pode ser considerada cisgênero, Marcelle. No entanto, Sabrina Rangel aparece com a classificação CIS/TRANS porque já admitiu ter se passado por transexual em eventos “homossexuais transfóbicos” para “representar a classe”. Achei interessante salientar essa posição política. Submeter a tabela à análise de alguns integrantes foi extremamente enriquecedor. No caso de Marcelle, ela falou um pouco sobre o processo de mudança, que nunca é repentino:

*Oi, Jéssica... não tenho a questionar a tabelinha, ficou bem claro mesmo... quanto à cor, me considero parda, mas certos contextos me colocam na posição de branca (no sentido de privilégios mesmo), então ficou bem bacana essa dupla posição... Só vale ressaltar que durante o MUDD*Se houve a minha fase andrógina, em que já era confundida com menina e q eu tinha um lado crossdresser (em que me montava em contextos específicos, inclusive pra ficar com caras). Já havia um fluxo de gênero bem forte ali...(Marcelle)*

A fala é interessante porque explicita tanto a condição amplamente variável do gênero em um espaço curto de tempo (durante a fase de androgenia), como o reconhecimento do *embranquecimento* proporcionado pelos privilégios sociais de cursar uma universidade federal.

Como último ponto a ser salientado na tabela, antes de prosseguir, há o fato de que alguns daqueles classificados por mim como “brancos” escolheram o rótulo “pardos”, relembrando a impossibilidade de falar em cor de pele sem assumir posicionamento político. Além disso, essas manifestações explicitaram também consciente tentativa de aproximação de questões relativas à branquitude/negritude do grupo de diversidade sexual. Explicitaram,

também, em sentido totalmente oposto, o desconforto de alguns em não se considerarem totalmente brancos, como John Lydon: “*Oi, Jessica! Minha idade é 22 até junho... e quanto a minha cor, evito declarar, mas em último caso, declaro pardo*”. Diante disso, eu insisti: “*John, então, mudo pra pardo ou coloco uma interrogação? Posso deixar ‘branco’ também... Você é branquelo no nordeste brasileiro e negro na Inglaterra... Isso é mesmo muito variável*”. Ao que ele respondeu: “*Ah, coloca ‘pardo quando pega sol. Hahaha. Brincadeira. Deixa ‘branco’*”.

Por outro lado, uma integrante que eu classificara como branca, declarou:

Minha cor é branca/parda porque eu me considero parda, por vários motivos, mas sei q tenho privilégios por ser vista como branca. Eu tento problematizar isso da cor mas minha identidade é de parda por que minha mãe é parda e ‘rolam umas tretas’ por isso. Meu pai é branco e na minha certidão de nascimento eu sou parda. Também me identifico com algumas coisas da cultura negra, tipo funk, e também pela minha vivencia na Europa, eu não me considero pessoalmente branca (Diva).

Aqui vários fatores são misturados: a ascendência genética (mais no sentido fenotípico), a parte ideológica do apoio à identidade parda da mãe, o apego a uma “cultura negra”, o registro da certidão de nascimento e a “vivência na Europa”, marca distintiva de status (e, por consequência, *embranquecimento*) no Brasil, embora Diva deixe claro que, lá fora, sofria preconceitos por ser considerada não-branca.

Não informei a religião de cada um dos membros porque atualmente sequer tenho contato com todos os que passaram pelo grupo. Além disso, entendo que, para os propósitos desse trabalho, perceber que o grupo abriga ateus e crentes de diversas religiões é suficiente. Sublinhei, nesse sentido, apenas a peculiar presença de um ex-seminarista (que voltou ao seminário ao afastar-se do grupo). Era interessante ouvi-lo criticando a igreja católica e dizendo que havia homossexualidade velada lá dentro. Segundo Rodolfo, o rapaz em questão, o que o revoltava era ver que “tudo era permitido, desde que no armário”. Errado era “dar pinta” ou assumir-se gay.

O episódio que levou dois diretores a deixarem o grupo reforça, ainda mais, a ideia de que, dentro do MUDD*Se, a identificação entre membros é menos determinada pela orientação sexual e muito mais por cursos e institutos.

Minutos antes de o grupo tomar o ônibus para Belo Horizonte, rumo a II Conferência Estadual LGBT²⁷, dois dos diretores do MUDD*Se, além de um membro regular, não haviam chegado ao local combinado para embarque. Então, uma diretora que não havia comparecido, enviou mensagem de texto informando que ela, outro diretor e um integrante do grupo não iriam à Belo Horizonte. Os membros presentes – incluindo uma professora da UFJF que compõe o núcleo de pesquisa em Psicologia Social – disseram ter ficado constrangidos com a posição de precisar justificar a ausência dos colegas para representantes do MGM. A situação desagradável acabou tornando hostil a atmosfera e, por fim, levou à saída dos membros que haviam faltado ao compromisso do grupo em Belo Horizonte.

No dia da reunião de esclarecimentos, após muita discussão a respeito, decidiu-se que não havia mais o que ser dito sobre o assunto e que, embora os dois membros diretores tivessem que deixar os cargos, todos poderiam continuar no grupo.²⁸ No entanto, comentários e acusações na página do *site* de relacionamentos Facebook, inclusive por parte daqueles que não estavam presentes à reunião, acabaram por forçar a retirada dos três membros em questão: um dos diretores deixou o grupo no mesmo dia da reunião, sublinhando que tinha muitos afazeres acadêmicos. Nas semanas seguintes à reunião, saíram os outros, sem fazer referência direta ao ocorrido.

É interessante pensar na segregação que os cursos de graduação promovem dentro do grupo a partir do episódio relatado. Dois dos membros “forçados a sair” cursavam Direito e, o outro, Comunicação. Após a saída dos três, outro membro que cursava Direito também saiu do grupo, afirmando ser o último da “*banda podre*” que restava – em referência a um comentário no Facebook que usava esse exato termo para se referir aos três colegas que haviam deixado o grupo.

O comentário inicial (de que o terceiro integrante do curso de Direito seria o último da “*banda podre*”) não refletia necessariamente a opinião da maioria. Uma integrante inclusive disse que o comentário havia sido feito por uma “*bicha afetada*”²⁹ que “*pegou*

²⁷ O MUDD*Se foi responsável pela organização da I Conferência Municipal LGBT de Juiz de Fora e, para isso, contou com apoio de integrantes do MGM e do poder público local. Durante a conferência foram eleitos delegados, que seriam enviados à Conferência Estadual LGBT, que já estava em sua segunda edição. Depois, integrantes da II Conferência Estadual seriam encaminhados também à conferência Nacional de políticas para a população LGBT. O momento que trato agora é imediatamente anterior à viagem para a conferência estadual, em Belo Horizonte.

²⁸ É interessante pensar que a reunião acabou com um “abraço coletivo”, o que ilustra a necessidade de laços pessoais para a manutenção de indivíduos no grupo.

²⁹ A integrante mencionada já havia usado a expressão “*bicha afetada*” diante do “viado” em questão, tendo uma relação bastante próxima com ele. Logo, é necessário afastar a ideia de hostilidade que a expressão pode passar.

pesado”. É interessante notar, no entanto, que não houve mobilização no sentido de evitar a saída do último integrante que cursava Direito. Optou-se aí pela suspensão total de cargos de diretoria e o retorno à horizontalidade sem cargos.

A reunião ocorrida no primeiro domingo de junho de 2011 é igualmente representativa dessa questão, ao demonstrar como são poderosas as idealizações feitas sobre os diferentes cursos e seus respectivos alunos. Além de mim, compareceram àquele encontro apenas uma estudante de Pedagogia, um estudante de Psicologia, um de Comunicação Social e uma funcionária do MGM, que também era aluna da UFJF e compunha o MUDD*Se, mas estava com a matrícula do curso (de História) trancada à época, não frequentando aulas. A reunião estava marcada para acontecer na praça central da Universidade.

Quando começou a cair uma chuva fina, e fomos obrigados a nos abrigar em local próximo – no espaço externo do prédio da biblioteca, onde sentamos no chão, em roda –, a dificuldade advinda da falta de uma sede para o grupo foi outra coisa a ficar evidente. Ali, como é de costume antes de ser iniciada a pauta prevista para o dia, houve muita conversa informal entre os participantes, acerca de eventos que ocorrem na cidade, professores ou acontecimentos de determinados institutos e, mais raramente, sobre a vida pessoal dos membros.

Durante essas conversas, me foi possível observar a criação de um imaginário sobre os graduandos de diversos institutos e cursos. Naquele domingo, por exemplo, o estudante de Matemática acusava os alunos do Instituto de Ciências Exatas de serem “idiotas”, dizendo que, se houvesse elevadores no prédio, seriam rapidamente estragados. Ao longo desses dois anos, ouvi inúmeras adjetivações e observações serem feitas a respeito dos alunos de vários cursos – o que contribui para o estabelecimento de uma forte noção de homogeneidade dentro das faculdades, de que há características marcadamente similares entre alunos de faculdades de um mesmo instituto.

Do mesmo modo, entre outras, são feitas oposições entre os alunos do Direito e da Pedagogia, da Geografia e da Psicologia, do Instituto de Ciências Humanas e do Instituto de Ciências Exatas. Tais oposições podem ficar claras em reclamações de militantes sobre os próprios colegas de curso, como no caso supracitado, ou sobre alunos de outros cursos. Certa vez, uma estudante de Pedagogia afirmou que os estudantes de Direito olham-na “*de cima*”. No entanto, essas oposições também podem se mostrar com a exaltação do perfil dos alunos do próprio curso em detrimento do perfil de alunos do curso frequentado por outros colegas militantes: “*Esse povo da Psicologia é tudo doido*”, e logo alguém responde: “*Com licença, que nós somos maioria no MUDD*Se. E nós somos a elite do ICH! Nós mandamos lá!*”. E

enquanto uma estudante da Pedagogia indigna-se: “*ICH?! Gente, o que é o ICH?*”, uma estudante da geografia responde: “*Com licença, cadê o direito das minorias?*”.

Um aspecto importante desse imaginário, sobre o perfil dos alunos dos diferentes cursos, é que ele inclui a noção de que há cursos com maior número de homossexuais. E, independentemente do número de homossexuais, há, ainda, cursos em que a homofobia incide com maior intensidade, como fica claro na fala de uma integrante do MUDD*Se:

A FAEFID [Faculdade de Educação Física] é muito distante da gente. Lá tem muita sapatão homofóbica. Muita mesmo! Ô lugar para ter sapatão homofóbica! Se eu levanto uma bandeira lá, nego falta tacar pedra.

Numa sala com 20, 22 são lésbicas.

É possível perceber que a reiterada distinção entre estudantes que frequentam os diferentes cursos de graduação contribui não só para a organização do grupo de diversidade sexual estudado, mas para a criação de diferenças entre seus membros. Desse modo, estudar Psicologia, por exemplo, diz mais sobre um(a) estudante do que se poderia pensar a princípio. Isso porque, ao dizer “sou estudante de psicologia”, por exemplo, um(a) integrante do MUDD*Se aciona uma série de características (que são pré-definidas pelo grupo) acerca do que isso pode significar: “estudo Foucault”, “entendo sobre gênero” ou “não sou preconceituoso(a)”, por exemplo.

Do mesmo modo, “engenheiro” pode significar um xingamento: ideias de “iletrado”, “ignorante” ou “homofóbico” estão subjacentes a essa palavra, no imaginário do grupo. Em grau bem menor, estão subjacentes também aos indivíduos que cursam Educação Física. Obviamente, isso não implica que qualquer membro desses cursos será imediatamente considerado homofóbico (e o simples contato com o MUDD*Se já denotaria um afastamento do estudante daquele estereótipo do curso). No entanto, a necessidade de contraponto para explicar casos como esse deixa ainda mais explícita a existência de estereótipos estudantis em cada curso: “*Ele é das exatas, mas é muito consciente*”, “*Alguém da Matemática militando tanto é, sem dúvida, motivo de orgulho*” (relatos registrados no ENUDS, 2012).

2.2 MUDD*Se e Partidos Políticos na UFJF

2.2.1 Maria Maria e Coletivo de Mulheres do DCE: outros grupos militantes da UFJF

O Maria Maria é um grupo feminista que surgiu na UFJF em 2006, mas ficou inativo por algum tempo. Segundo as integrantes: “*é agora [abril de 2012] que as membros estão voltando ‘com força total’ à ativa*”.

A questão da disputa de poder entre partidos políticos permeando as eleições do DCE já havia sido apontada por Maria Fernanda Teixeira dos Santos (2011). Em sua dissertação de mestrado, ela faz um estudo acerca das representações e discursos das mulheres no movimento estudantil da universidade, e aponta questões interessantes: entre elas, a criação de um ideal genérico acerca de o que é ser feminista (compartilhado entre as estudantes que dividem essa identidade), contrapondo-se a práticas individuais diversas (SANTOS, 2011). A autora discute ainda que as mulheres não são apenas objeto de opressão, mas podem ser sujeitos atuantes nesse processo (SANTOS, 2011).

Em um movimento estudantil dominado pela lógica masculina, elas precisam fazer concessões para se estabelecer, negociando pautas com outros membros. Além disso, diferentes correntes partidárias dividem as feministas dentro do movimento estudantil. As estudantes ligadas ao Maria Maria pertencem, até onde pude perceber, em sua maioria, à corrente Democracia Socialista (DS), do Partido dos Trabalhadores (PT), e compuseram a gestão do DCE de 2011. A gestão de 2012 era dominada pelo Partido Socialista dos Trabalhadores Unificado (PSTU), que estava tentando criar um coletivo feminista na Universidade³⁰.

Na reunião marcada para discutir a criação do coletivo feminista do DCE, as integrantes do Maria Maria foram averiguar a situação, como haviam planejado pela internet.

Das 05 presentes, apenas eu e mais uma não éramos da atual gestão do Diretório Central dos Estudantes (DCE), nem éramos ligadas ao PSTU. Após a minha chegada, uma delas disse: *“Vamos começar, então?”*. Elas iam passar um vídeo de uma campanha publicitária contra o machismo, do Equador, chamado Reacciona Ecuador, mas, enquanto passavam o arquivo de um netbook para um notebook, chegou a primeira integrante do Maria Maria (alinhado ideologicamente ao PT). Algum desconforto pôde ser percebido na sala, mas, como a reunião era aberta, todas continuaram suas atividades. Pouco depois, chegou a segunda “Maria” e foi, então, que elas se apresentaram às presentes.

Elas deixaram bem claro o que foram fazer ali: entender o que estava acontecendo. Entender porque o DCE estava querendo criar um coletivo feminista da UFJF se já existia um. Entender se elas estavam sendo invisibilizadas propositalmente.

As representantes do DCE também deixaram clara sua posição: elas queriam criar um coletivo de mulheres do DCE da UFJF. Segundo elas, não havia problema com a nomenclatura, e não estava implícito nela que o coletivo do DCE seria o *único* coletivo feminista da universidade. Elas também disseram que o ato do dia 24 não foi uma tentativa de dizimar o Maria Maria, *“tanto é que ele foi convidado para participar do ato. Se a intenção fosse excluir-las, vocês não ficariam nem sabendo.”*. As integrantes do DCE foram as primeiras a reconhecer as diferenças entre os dois grupos, afirmando que o DCE fazia uma distinção de classe entre as mulheres e achava que burguesas e proletárias sofriam preconceito de forma distinta. Além do fato de que, *“se a burguesa puder pagar, terá outra mulher para lavar suas roupas”*.

³⁰ Ocorreu nova eleição para o DCE, em 2013. A gestão do DCE volta às mãos do PT já que a chapa 03 (Vamos precisar de todo mundo, do PT) foi a vencedora.

É interessante notar que, embora digam “reconhecer as diferenças” entre os grupos, as assertivas que se seguem sobre classe social parecem idênticas na fala dos dois grupos³¹. Em seguida, as integrantes do DCE tocam em uma diferença fulcral entre os dois grupos: a desigualdade de poder. É o DCE que tem a responsabilidade de atuar junto aos alunos.

No entanto, ainda segundo as mulheres do DCE, nesse momento (logo após o estupro de uma estudante, e com tantos comentários machistas culpabilizando a vítima) era necessário unir forças. Havia os pontos divergentes entre os grupos, mas ambos convergiam no sentido de entender que o estupro era um caso de machismo, que precisava ser discutido na Universidade.

Segundo elas, era necessário que houvesse um coletivo de mulheres diretamente ligado ao DCE, pois só o DCE tinha poder para propor políticas e medidas que beneficiassem as estudantes. Assim, o coletivo funcionaria quase como uma secretaria do DCE, nas palavras da integrante.

O Maria Maria reconheceu que a decisão relativa ao nome do grupo era delas (DCE), deixando claro que concordava com a necessidade de unir as estudantes, e não segregá-las. No entanto, a escolha de um nome no qual estivesse implícito um embate entre os dois grupos traria prejuízos a ambos. Elas pontuaram também que, já que a gestão atual do DCE era ligada ao PSTU, temiam que as meninas que aderissem ao coletivo acabassem por aderir também ao partido, o que, segundo elas, é “*uma coisa, inclusive, natural*”.

As Marias também disseram que seria possível fazer ações conjuntas desde que o DCE não “desvirtuasse” o coletivo e buscasse fazer desse momento um momento de expansão do PSTU. Além disso, o tempo todo elas corrigiam as integrantes do DCE, dizendo que elas não poderiam se intitular “DCE”, mas “atual gestão do DCE”, já que a gestão mudava de tempos em tempos.

Esse ponto é o principal norteador da conversa e das divergências entre os grupos. Santos (2011) já demonstrava que a segregação partidária na UFJF dividia feministas e impedia o desenvolvimento de projetos em conjunto. Pensando sobre as colocações de Santos (2011) e observando os relatos de campo aqui apresentados, não é difícil pensar em uma inversão prejudicial à militância estudantil, que perpassa a UFJF: parece que, muitas vezes, toma-se a sigla partidária como objetivo principal e as pautas discutidas como meio, quando, na verdade, a sigla partidária deveria ser usada como instrumento para fazer política. No caso, deveria ser o ponto de partida para uma ação conjunta de mobilização e discussão a respeito do estupro. E embora esse seja o objetivo explicitado na fala das feministas, elas não conseguem superar as distinções de sigla para promover uma ação conjunta.

As Marias pontuaram a existência de integrantes do Maria Maria ligadas ao PSOL para falar que o grupo é diverso e, [mesmo] alinhado à Marcha Mundial das Mulheres, é múltiplo e aceita membros das mais diversas classes, raças, partidos e orientação sexual. Sobre esse último ponto, afirmaram que o Maria Maria e a Marcha incluem tanto a diversidade, que não se discute orientação sexual dentro dos

³¹ Embora haja significativas diferenças entre PT e PSTU, especialmente em relação ao plano de ação, as ideias do PSTU aproximam-se ideologicamente à corrente DS do PT. Cabe lembrar que o PSTU surgiu de uma dissidência do Partido dos Trabalhadores.

movimentos, já que isso não importa para eles³². Apesar disso, elas citaram agressões feitas pelo DCE ao governo Dilma durante o ato como uma provocação direta ao Maria Maria.

Se a divergência partidária não estivesse presente, em diversos momentos seria possível pensar que as integrantes do Maria Maria e do coletivo de mulheres do DCE falavam a mesma coisa. Ambos os grupos usavam os termos “burguesia” e “proletariado” na tentativa de diferenciar por classes sociais uma opressão que, na ótica delas, perpassa toda a sociedade: a opressão contra a mulher.

Depois desse longo *ping pong* – em que ninguém levantou a voz ou interrompeu a outra – uma estudante que não pertencia a nenhum dos dois coletivos tomou a palavra: “*Eu não sou nem dela, nem sua, eu sou minha.*” Riu e continuou: “*Quero dizer, eu não sou nem do DCE e nem do Maria Maria*” (...) “*Acho que, para atingir o grande público, os movimentos feministas não poderiam ser tão radicais*”.

“*De qual movimento feminista você está falando? Porque nós não fazemos isto*”, disse a representante do Maria Maria.

“*Do movimento feminista de modo geral*” – continuou a estudante de comunicação – “*Porque o machismo está muito, mas muito entranhado nas pessoas. E quando você chega para uma pessoa totalmente alienada e tenta dizer pra ela que tudo o que ela sabe está errado, você tem uma tendência de afastá-la*”.

Esta fala é emblemática porque explicita ainda mais a tensão que ali se apresentava. A estudante sente a necessidade de começar deixando claro que não pertence a nenhum dos dois grupos. Dessa forma, ela faz transparecer que a aderência à determinada sigla partidária era o tema principal da conversa. Com “*eu não sou nem dela, nem sua, eu sou minha.*”, a jovem salienta a querela que ali está colocada: disputam-se as estudantes. Cada grupo quer angariar o maior número de adeptas, talvez o maior número de adeptas ao partido. Desse modo, a pauta discutida (estupro e posição da reitoria da UFJF em relação a ele) ficou em segundo plano. O fato era apenas nomeado esporadicamente, mas não chegou a ser discutido.

A representante do Maria Maria disse que o discurso dela variava conforme o público e que tinha o cuidado de ir construindo aos poucos, com a pessoa, as ideias acerca do que é o machismo e como ele se manifesta. No entanto, haveria alguns pontos muito caros às feministas, que não poderiam ser deixados de lado.

Por um instante, enquanto a representante do Maria Maria falava, a estudante que não pertencia a nenhum dos dois grupos escondeu um sorriso com a mão e falou entre os dentes: “*é exatamente desse radicalismo que eu estou falando*”.

Uma mestrandia do Serviço Social, que chegara atrasada, e falou de travestis*, sugeriu basear-se sempre em fatos do cotidiano para debater com as pessoas. “*Começar do simples, de fatos do dia-a-dia*”. Não sei dizer se ela era ligada à gestão do DCE, mas era membro do PSTU.

Depois de muita discussão sobre levar em conta a opressão feminina na classe operária, as Marias foram embora com um acordo verbal de que ambos os lados entrariam em contato para promover ações feministas na universidade em conjunto.

³² Esse discurso remete à histórica invisibilidade das pautas lésbicas dentro dos movimentos de mulheres.

Esse acordo não foi cumprido e, mesmo quando proferido, estava claro que representava mais uma forma amigável se despedir do que propriamente refletia a intenção de realizar atividades conjuntas. Era um acordo fadado ao fracasso. Em primeiro lugar, porque, quando as duas saíram, com exceção da estudante de Comunicação, de mim e da mestrandia em Serviço Social, todas estavam visivelmente alteradas, muito nervosas, deixando claro que o tom amistoso era pura formalidade. Em segundo lugar, porque, se a ideia fosse desenvolver atividades em conjunto, as Marias permaneceriam ali, já que a reunião visava tomar uma posição e planejar uma ação quanto ao estupro.

Depois que as integrantes do Maria Maria saíram, a estudante de comunicação disse que havia ido a algumas reuniões daquele grupo e se sentiu “*uma idiota*”: “*Eu tinha vergonha de abrir a boca, e não poderia ficar nas reuniões*”.

Ela tinha ido àquela reunião (do dia 25/04/2012) porque estava, segundo ela, desesperada em relação à FACOM (Faculdade de Comunicação da UFJF). De acordo com a estudante, a faculdade é muito machista, com mulheres muito machistas (contou inclusive de um trote em que veteranos batiam um pepino com gel no rosto das calouras). Ela dizia que alguma medida tinha que ser tomada lá. Além disso, ponderava que as medidas teriam de ser tomadas por figuras novas, já que ela estava muito ‘visada’ na FACOM: “*Eles acham que eu só estou indo contra essa onda machista porque a minha chapa perdeu na eleição para o DA (Diretório Acadêmico). Não escutam nada que eu falo*”. Afirmava também que a mesma coisa acontecia com a representante mais antiga do Maria Maria, já que, quando as pessoas a viam, logo pensavam: “*nossa, lá vem aquela feminista chata*”.

Mais uma vez, é possível ver que os problemas reais vivenciados pelas estudantes eram trazidos de fora. Os grupos acabavam por gastar mais tempo com debates pré-formulados, com assertivas teóricas a respeito da sociedade, do patriarcado e com questões práticas de estruturação dos grupos do que propriamente com a situação das estudantes universitárias (observei o mesmo padrão no grupo de mulheres do DCE e no Maria Maria, em reuniões que de que participei).

Questões práticas semelhantes, de estruturação interna, também são vivenciadas no MUDD*Se, bem como várias pautas burocráticas. No entanto, a não-aderência a partidos políticos dá ao grupo maior mobilidade de aliança e de ação do que têm os grupos feministas observados. Além disso, a restrição dos objetivos a questões práticas e pontuais, que digam respeito ao machismo e à homofobia, dá maior operacionalidade ao grupo: não é preciso discutir patriarcado, muito menos pensar em derrubar o capitalismo.

Não pretendo fazer aqui uma crítica aos grupos partidarizados, e é claro que pautas objetivas eram tratadas por eles – como a ausência de creches para mães universitárias e possíveis formas de cobrar isso da reitoria, por exemplo. No entanto, enredadas em discussões partidárias, as estudantes apresentavam clara dificuldade em tocar projetos em conjunto com outros grupos.

Exponho, por último, um caso narrado pela estudante de Serviço Social, para exemplificar, mais uma vez, como as estudantes chegavam com demandas urgentes, esperando uma posição de apoio daquelas que formavam os grupos de mulheres:

Ela contou que trabalhou em um dos melhores hospitais que trata casos de AIDS na cidade, dizendo que eles eram extremamente despreparados para receber os transexuais. “Não estou sendo preconceituosa”, acrescentou ela, “gays não eram a maioria dos pacientes que chegavam... Eram cerca de 10%. Entre eles, uma minoria era de transexuais. Mas era uma demanda que chegava... E aí? Era necessário atendê-los”.

Ela relatou o caso muito triste de uma mulher que foi obrigada a dormir na enfermaria masculina por ter nascido homem. “Ela era muito ridicularizada e sofria preconceito de todos os lados. Com ‘peitão’ e ‘bundão’, ela ainda tinha a voz um pouco grave. O quarto dela ficava em frente a quatro unidades de polícia e ela contou pra mim que, uma vez, um policial entrou no seu quarto às 3h da manhã e, quando ela acordou e se pôs alerta, ele inventou uma desculpa qualquer e saiu”.

A assistente social contou que foi discretamente (“na boa”) pedir ao enfermeiro que a chamasse pelo nome que ela preferia e que ele respondeu de forma muito grosseira: “Quem é você? Qual a sua função aqui dentro?”, e enviou um relatório à direção do Hospital. Segundo ela, com a direção a conversa já seria em relação à política do hospital de chamar os pacientes sempre pelo nome da identidade. No entanto, ela nem teve chance de falar, pois a diretora do hospital a recebeu “com quatro pedras na mão”, dizendo que ali dentro ele seria chamado pelo nome da identidade e que o “‘nome de guerra’ dele, ele terá que usar lá fora”.

Segundo o relato, é evidente a concepção moralista e excludente acerca da transexualidade por parte da direção do hospital. Embora a direção não esteja vinculada à UFJF, a situação de desamparo que a profissional experimenta para lidar com as questões relativas à transexualidade, no ambiente do hospital, explicita as dificuldades que os formandos da UFJF têm de enfrentar no mercado de trabalho. Isso porque essa situação reitera a deficiência da Universidade no que diz respeito a preparar os profissionais para lidarem com a diversidade sexual em suas carreiras.

Cabe salientar que quando escrevo, em dezembro de 2013, o coletivo de mulheres do DCE ainda existe e ainda não escolheu um novo nome. Até que seja escolhido, elas trabalharão apenas como o nome “Coletivo de Mulheres”, já que, na eleição de 2013, a chapa da ANEL perdeu a Gestão do DCE para a da UNE (PT). Além disso, como era de se esperar, atividades conjuntas entre o DCE e o Maria Maria não foram observadas na universidade.

2.2.2 Ato público contra o estupro da caloura que “pediu pra ser estuprada”: rixas, rachas e outros entraves que a partidarização impõe às pautas feministas na universidade

Na noite de 14 de abril de 2012, um fato, no mínimo lamentável, marcou a história da UFJF. Em uma festa dos alunos do curso de Artes e Design uma caloura foi

encontrada por uma amiga “*em estado deplorável*”, com arranhões nos braços e nas pernas e esperma de diversos homens pelo corpo. Encaminhada ao Instituto Médico Legal, a menina, de 17 anos, foi socorrida e o laudo, confirmado: ela havia sido estuprada. Houve um alvoroço na semana seguinte ao ocorrido e o DCE, os coletivos feministas da UFJF (Maria Maria e Terra Roxa) e os Centros Acadêmicos de alguns cursos soltaram notas de repúdio na internet. A reitoria da UFJF também emitiu nota³³, mais curta, na qual apenas “lamentava o fato” e sublinhava não ter qualquer responsabilidade em relação ao ocorrido.

É interessante perceber que a nota de repúdio veiculada pelo DCE sublinha tanto a questão do machismo quanto da segurança pública e iluminação no campus. A nota veiculada pelo coletivo feminista Maria Maria tematiza em especial o machismo e a violência contra a mulher, sublinhando que tratar o assunto como caso de segurança pública é mascarar ainda mais o problema da dominação masculina. Ambas as notas, no entanto, apresentam uma diferença gritante em relação à nota da reitoria da UFJF, que apenas ressalta não ter nada a ver com o caso e não trata a violência contra a mulher nem a segurança pública no campus.

A nota veiculada pelo DCE lamenta a posição da reitoria em face do ocorrido e a do Maria Maria não toca no assunto, mas critica tanto a UFJF quanto o DCE, quando salienta que tratar o caso como questão de segurança pública é corroborar a exclusão.

Só onze dias depois da festa em que ocorreu o estupro, o DCE, o coletivo Maria Maria, membros do MUDD*Se, e do coletivo Semeando³⁴ juntaram-se em ato público em frente ao restaurante universitário (RU) para protestar contra o machismo e a violência contra a mulher dentro do campus universitário. O ato, no entanto, só não foi menos lamentável que os fatos ocorridos durante a festa no instituto de Artes e Design. O número de alunos que protestava em frente ao restaurante era bastante reduzido, e o grande volume de alunos que passava olhava a manifestação com desdém. Diversas vezes puderam ser ouvidos comentários como: “*Pô, a menina pede pra ser estuprada e depois ainda fica esse bando de baderneiros aqui tumultuando*”.

Os representantes do DCE portavam um megafone, através do qual expressavam seus pontos de vista e sua indignação: “*o estupro existe não é porque a vítima está bêbada ou vestida com roupas curtas, o estupro existe porque existe estuprador, por causa do machismo da sociedade, onde alguns homens pensam que têm o direito de se aproveitar do corpo de uma mulher se ela estiver em situação vulnerável*”.

³³ Todas as notas mencionadas encontram-se disponíveis nos anexos deste trabalho.

³⁴ O coletivo Semeando é um grupo juiz-forano que defende a legalização da maconha e também trata outras questões que digam respeito à liberdade individual.

Enquanto era dito no megafone que “...mulher não é objeto sexual”, dois estudantes passaram encarando um dos manifestantes, e um deles disse: “é objeto sexual, sim!”. O manifestante não ignorou os comentários e continuou a encará-los. Ele chegou mais perto da dupla, que também avançou, até o ponto em que o manifestante esbarrou com o ombro em um deles. O princípio de briga foi logo abafado por outros manifestantes, que colocaram-se entre os rapazes. Todos ficaram nervosos com o ocorrido e uma estudante que estava na manifestação falou: “A gente fazendo uma manifestação por paz no campus... Já pensou se sai briga aqui, que feio?”.

A local imprensa noticiou um “suposto” estupro, e a reportagem veiculada pelo jornal de maior circulação na cidade (Tribuna de Minas) parecia criticar a vítima, ao dizer que ela “‘só’ desconfiou que poderia ter sofrido abusos quando acordou com arranhões e desconforto em algumas regiões do corpo”.

A organização do ato público, ocorrido no dia 24, que também foi noticiado³⁵, fez irromperem as tensões latentes à militância na UFJF. Integrantes do coletivo Maria Maria sentiram-se invisibilizadas pela gestão do DCE e acusaram suas integrantes de oportunistas, nas páginas sociais fechadas do coletivo feminista na Internet:

Meninas, como foi o Ato no RU? Outra coisa, a W comentou comigo q o DCE ta querendo montar um coletivo feminista. E para confirmar, o papel q eles distribuíram no RU chama as pessoas para uma reunião amanhã, quinta, as 16h30 na Letras. Acho que TODAS nos temos q ir nessa reunião e meter o pau. Falar q na uf já tem coletivo feminista, dois núcleos da MMM, etc. E que é muito ruim o DCE ser oportunista nesse momento (caso Iad) p fazer isso e aparelhar o debate p ganhar pessoas p nel. O debate feminista é para além do Movimento Estudantil, de DCE... É um debate muito caro para ser tratado assim. Se o DCE quiser, ele pode ter pasta de diretora de mulheres e tal... Mas coletivo não! E como eles querem falar q tem debate, quando a única quem deu entrevista sobre o caso Iad foi o F, um homem. E sendo q a gestão do DCE tem no mínimo metade de mulheres. Até hj só um homem responde pelo DCE, o F. Nas atividades sempre é dele a fala. E vêm me dizer a têm debate!!! Tô meio q puta com isso. Pensei nisso inicialmente, o a acham? Temos que ver isso rapido, para q não se concretize esse absurdo

A acusação na Internet ajudou a esclarecer a hostilidade entre os dois grupos durante o ato. Havia uma tensão por parte dos grupos, que ficavam sempre separados, mesmo em meio às piadas e deboches dos outros estudantes que passavam.

2.2.3 O MUDD*Se no contexto da UFJF: o contato com outros grupos militantes

Os dados etnográficos trazidos até aqui são suficientes para perceber o quão diferente é o MUDD*Se de outros grupos que tratam as questões de gênero, dentro da

³⁵ As notícias completas encontram-se disponíveis nos anexos deste trabalho.

universidade. O bipolo³⁶ partidário que há muito estrutura as relações no DCE, e divide feministas entre o Maria Maria (PT) e o DCE (PSTU)³⁷, é sentido pelo MUDD*Se apenas na forma de tensão. Dentro do MUDD*Se, essas duas forças são vencidas por um terceiro vetor: o horror a partidos políticos dentro da universidade: *“Colocar o nome da ANEL ao lado da logo do MUDD*Se pode ser perigoso porque essa é uma marca grande e ela fica associada na cabeça das pessoas”*

A simpatia, distribuída àqueles que oferecem apoio ao MUDD*Se não esconde a premissa de não-aproximação com partidos políticos – ela é, constantemente, verbalizada, sem constrangimentos, como exemplificado acima. Nas etnografias e anexos apresentados, fica demonstrado como o coletivo Maria Maria e a gestão do DCE, de 2012, têm muito mais em comum entre si do que com o MUDD*Se. Talvez por isso mesmo eles apresentem tamanha tensão quando em contato um com o outro, em face da relação tranquila que ambos têm com o MUDD*Se.

A premissa de não aceitar partidos políticos, no entanto, é apenas uma das muitas diferenças entre o MUDD*Se e esses dois grupos. Desde seu surgimento, em 2011, o MUDD*Se experimenta algum isolamento, aproximando-se dos outros grupos apenas quando necessário. Como já foi explanado, nasceu por inspiração em um coletivo de fora da Zona da Mata (o GUDDS), com apoio, ou de fora das cercas da universidade (MGM), ou de dentro dos núcleos de pesquisa (Núcleo de Pesquisa em Psicologia Social). O espaço público da universidade é ocupado, pelo grupo, com mais timidez, com certo medo da homofobia (os integrantes dizem se sentir mais confortáveis no ICH do que em outras partes da universidade). O enfoque dos estudantes, componentes do MUDD*Se, sempre foi a universidade e os universitários, exatamente porque entendem a universidade como espaço de muita violência homofóbica.

³⁶ “Bipolo” é uma simplificação. Na verdade, há pelo menos duas correntes do PT com alguma força política dentro da universidade, “O Trabalho” e “Democracia Socialista” (DS). Há também um grupo do PCdoB com peso político considerável nas eleições do DCE. Além disso, existem alguns integrantes do PSOL espalhados por movimentos da universidade e, embora sua força política seja difícil de mensurar, parece errado desconsiderá-la. De qualquer forma, é entre a corrente majoritária do PT (DS), representada pela UNE (União Nacional dos Estudantes) e o PSTU, representado pela ANEL (Associação Nacional dos Estudantes Livres) que a maior tensão está presente. Embora em nível nacional PSTU e ANEL sejam instituições distintas, sendo a ANEL maior que o PSTU, em Juiz de Fora seus membros coincidem bastante, sendo a maioria dos estudantes da ANEL ligada ao PSTU.

³⁷ É importante salientar que aqui, mais uma vez, incorro em simplificação do cenário político da UFJF. Existe outro coletivo feminista, composto marcadamente por estudantes do Serviço Social, o Terra Roxa, que também é alinhado à Marcha Mundial das Mulheres. Existe, ainda, o Enegrecer, que é um coletivo que luta especificamente pela causa negra na UFJF e tem protagonistas mulheres. No entanto, no presente trabalho, apenas encontros entre o Coletivo de Mulheres do DCE 2012 e do Maria Maria são suficientes para abordar a questão das diferenças epistemológicas que permeiam os grupos.

Além disso, é imprescindível destacar que as noções de “sujeito” e de “mulher”, presentes no MUDD*Se, são radicalmente diferentes daquelas presentes nos outros grupos. Enquanto o DCE e, talvez ainda mais marcadamente, o Maria Maria, trabalham com noções estanques de mulher, o MUDD*Se carrega consigo o sujeito desnaturalizado, desconstruído, que transita pelas diversas categorias sem que nenhuma delas possa corretamente representá-lo.

Além disso, o contexto marcadamente conservador dessa Universidade contrasta fortemente com o questionamento de identidades e com a busca por uma libertação mais radical da sexualidade. Os próprios alunos da universidade fazem grupos reacionários para desafiar os militantes. Na UFJF, foi criado o grupo “João João, homens parados”, um blog “humorístico” que ridicularizava as mulheres e os homossexuais e defendia o direito a ser machista dentro da Universidade. Esse grupo foi criado antes de 2011, e portanto, antes da criação do MUDD*Se, em clara sátira ao “Maria Maria, mulheres em movimento”, grupo feminista mais antigo da UFJF. Cabe salientar que o blog continha agradecimentos ao apoio de professores. Em Viçosa observou-se um fenômeno semelhante, com o grupo “Calcinha nos Dentes” opondo-se ao “Primavera nos Dentes”, grupo universitário pela diversidade sexual mais antigo do estado de Minas Gerais.

Abaixo, transcrevo a etnografia de reunião do Maria Maria, em que uma integrante do MUDD*Se está entrando no coletivo feminista e começando a participar dos debates. Ao longo da reunião, a diferença entre noções de sujeito e de movimento social de ambos os movimentos fica clara:

Abrindo as janelas da sala, em uma conversa bastante informal, eu pude ouvir um pouco acerca do que as novas integrantes do Maria Maria pensavam a respeito do estupro ocorrido na festa de Artes e Design. Para o meu espanto, L começou com: *“Olha, eu não estou culpando a menina, não acho que estupro seja justificável, mas...”*. Procurei disfarçar a minha surpresa ao ouvir L contando que conhece algumas pessoas do convívio da menina e que é verdade que ela realmente andava sempre bêbada nas festas. Depois, quando a integrante mais antiga do grupo chegou, apresentou-se e explicou que as outras duas integrantes eram novas no grupo. Percebi que ela ficava sempre visivelmente tensa quando L falava, interrompendo-a de tempos em tempos para corrigir alguma coisa.

Depois, chegou também uma estudante do curso de História, Ji, que ia à reunião pela primeira vez, como ela mesma disse no início do encontro, quando cada uma das mulheres se apresentou ao grupo. A integrante mais antiga do Maria Maria presente na reunião, W, apresentou-se e falou que o grupo se alinhava à Marcha Mundial das Mulheres.

De forma mais sistematizada, uma das novas integrantes do Maria Maria explicou esses mesmos tópicos, preocupando-se em fornecer datas e locais.

Ambas buscaram deixar claro que a Marcha é muito diversa e abriga mulheres das mais diferentes classes e partidos. Elas preocupam-se também em colocar que o capitalismo e o patriarcado são os responsáveis primeiros pelo tipo de opressão que se encontra hoje – as mulheres alimentam-se mal e isso seria a causa primeira de problemas de saúde.

A elucidação dos princípios da Marcha Mundial das Mulheres, como norteadores do movimento, traz à tona questões já abordadas anteriormente. Em primeiro lugar, salienta o pertencimento a determinado conjunto de princípios partidários como anterior às questões presentes na própria universidade. Novamente, é importante lembrar que isso não constitui crítica ao movimento, até porque, por si só, a aderência a tais princípios não inviabilizaria a militância estudantil. Porém, busco salientar o fato de que, muitas vezes, as militantes acabam por colocar tais princípios como anteriores aos debates promovidos, sendo a conformação a esses princípios necessária como ponto de partida para pensar os conflitos vivenciados na universidade – como se só fosse possível traçar estratégias locais após concordarem sobre determinadas questões. Tal postura, naturalmente, acaba por dividir as estudantes e enfraquecer as pautas feministas dentro da universidade³⁸.

É a essa segregação por sigla partidária que o MUDD*Se se tem mantido imune – não sem esforço – ao longo desses três anos: *“Não queremos entrar no meio de questões ANEL X UNE”*.

Dentro do MUDD*Se, não há um ideal geral de sociedade, de sistema de produção ou de representatividade a ser seguido ou defendido. Não há luta para além das pautas específicas de reconhecimento de direitos no que diz respeito ao gênero, ao livre exercício da sexualidade e ao combate ao machismo.

Essa posição permite que o MUDD*Se, bem como outros grupos de diversidade sexual observados, seja composto por estudantes com amplas diferenças no que diz respeito às ideologias e orientações partidárias. Na RUDS, como será explicitado mais adiante, esse ponto fica ainda mais claro ao observador. O respeito à diversidade de opiniões aparece como fulcral à rede. Um dos princípios básicos que permite a manutenção da RUDS é exatamente a divergência de ideias entre os grupos que a compõem.

Uma integrante do GUDDS, J, que se mudara para Juiz de Fora para cursar mestrado em psicologia e agora é membro ativo do MUDD*Se, havia dito, através de uma página de relacionamento na internet, que estaria presente na reunião do Maria Maria. Eu havia visto uma crítica no grupo fechado do MUDD*Se na internet à política do Maria Maria de proibir a participação de homens nas reuniões. Essa crítica trazia embaixo um comentário, assinado pela militante em questão, onde ela dizia não ter culpa por essa política do Maria Maria. J dizia que havia sugerido às Marias abrirem a participação a todos que se interessassem, mas elas não haviam aceitado a sugestão. Eu não imaginava, no entanto, a revolta da estudante de psicologia com a situação.

Quando ela chegou à sala, a reunião já havia começado. Estávamos todas sentadas em roda, e alguém (provavelmente L) se pronunciava enquanto ela entrou, falando alto e interrompendo: *“Nossa, cheguei atrasada, mas...”*. Todas fizeram silêncio e

³⁸ Maria Fernanda Teixeira Santos (2011).

olharam para ela. Ela largou a mochila em cima da cadeira e saiu novamente, ainda falando. Após um momento de silêncio, continuamos com a reunião. J tinha ido ao banheiro e logo voltou, falando novamente. Sentou-se, ligou o netbook e perguntou o que tinha perdido.

W – que tinha revirado os olhos e soltado o ar dos pulmões, rispidamente, quando J largou a mochila sobre a cadeira e saiu da sala – procurou refazer em sua expressão um ar simpático, mas foi L quem falou. Também foi L quem respondeu à grande maioria das interrupções e questionamentos repentinos de J, aparentemente porque acreditava que estava no importante papel de informar. Ao contrário, W, antiga no movimento, parecia estar mais do que habituada aos discursos que divergiam da linha do Maria Maria e fornecia respostas prontas aos questionamentos.

Desde que entrou na sala, não tenho como saber se de forma proposital ou não, J chegou para abalar. Abalar o que estava colocado, questionar o conceito de mulher, reivindicar discussões e debates que não eram feitos, tudo isso de forma direta. De forma indireta, ela parecia querer abalar também a postura, muito ereta, das participantes, quando sentava curvada e colocava os pés com frequência em cima da cadeira, apoiava o cotovelo na mesa e virava-se a toda a hora. No vocabulário, qualquer ouvinte desavisado teria um sobressalto com a enorme diferença entre aquelas que, quase de maneira formal, explicavam sobre movimentos políticos e aquela que gritava: “*É a buceta o que define alguém como mulher? Uma transexual tem buceta! E aí? Como vocês vão impedir a participação dela?*”.

E eis o ponto central da diferença das representações de gênero entre os grupos, ou melhor, entre as representações de mulher das integrantes do Maria Maria e as representações de gênero do MUDD*Se, já que a segunda categoria – gênero – só é usada expressivamente no MUDD*Se. O Maria Maria é um grupo de mulheres, e a questão colocada pela estudante de psicologia – “*É a buceta o que define alguém como mulher?*” – resume perfeitamente a principal divergência entre as noções de sujeito dos dois grupos.

Ao trabalhar "mulher" como uma categoria da natureza, o Maria Maria acaba por reafirmar a noção naturalizada da divisão entre mulheres e homens como seres distintos, *em consequência de* uma composição biológica binária, *anterior* às construções culturais. Os integrantes do MUDD*Se, por outro lado, por terem como base a diversidade sexual, priorizam as experiências individuais (mutáveis) para categorizar os indivíduos. A questão da transexualidade, na pergunta da integrante do MUDD*Se, é um bom exemplo, porque demonstra que até o corpo (base biológica) é mutável.

Judith Butler propõe uma reflexão acerca dos problemas trazidos pelo feminismo ao presumir “mulheres” como uma categoria definida (BUTLER, 2010). A categoria “mulheres” pareceu necessária, em certo momento, ao feminismo, já que as mulheres eram politicamente mal representadas, em condições culturais difusas, ou simplesmente não-representadas (BUTLER, 2010). Essa categoria, no entanto, é criticada pela autora, em função do processo de exclusão em que se baseia: “*A crítica feminista também deve entender como a categoria das ‘mulheres’, o sujeito do feminismo, é produzida e reprimida pelas mesmas estruturas de poder por intermédio das quais busca emancipação*” (BUTLER, 2010, p.19).

Isso porque a construção política do sujeito está vinculada a objetivos de legitimação e exclusão – operações políticas ocultas e naturalizadas por uma análise política que toma as estruturas jurídicas como seu fundamento. (BUTLER, 2010)

Ao propor suas críticas a certas políticas feministas, Butler não propõe recusar a política representacional (sublinhando que talvez isso sequer fosse possível). Ela sugere uma crítica às categorias de legitimação dos sujeitos dentro dos próprios movimentos. (BUTLER, 2010) Ou seja, seria necessário lembrar que “não há necessidade de existir um ‘agente por detrás do ato’, mas que o ‘agente’ é diversamente construído no – e através do – ato” (BUTLER, 2010, p.205).

É possível perceber que o discurso feito pela estudante de psicologia, integrante do MUDD*Se, durante a reunião com integrantes do Maria Maria, está em consonância com a proposta de Butler, no sentido de não presumir os sujeitos para quem as reivindicações seriam feitas. Antes disso, há uma negação de que as categorias utilizadas na militância política tenham correspondência no “mundo real” e, mais especificamente, na subjetividade dos sujeitos: “*É a buceta o que define alguém como mulher? Uma transexual tem buceta! E aí? Como vocês vão impedir a participação dela?*”.

De modo geral, a resposta das Marias a essa pergunta foi que transexuais sofrem preconceito, sim, mas é um preconceito diferente daquele sofrido pelas mulheres. Segundo elas, isso não podia ser negado e, em última instância, seria necessário às transexuais buscar um grupo de transexuais. Quanto à orientação sexual, por paradoxal que pareça, elas afirmavam que, o Maria Maria, assim como a Marcha Mundial das Mulheres, aceitava tão bem a diversidade de orientações que não se falava no assunto – como se, entre elas, as lésbicas fossem tão bem aceitas que nem precisariam declarar serem lésbicas³⁹.

Ao final de longas explicações de por que travestis eram diferentes das mulheres, de por que homens seriam uma ameaça às reuniões, a mais antiga do grupo, W, virava-se a J e perguntava: “*Esclareceu esse ponto?*”. W queria seguir com a reunião e, ao mesmo tempo, deixava claro que havia uma hierarquia entre quem tinha dúvidas e quem explicava, quem sanava essas dúvidas, esses desentendimentos.

Ou seja, qualquer uma pode entrar no grupo, mas a possibilidade de mudança dos preceitos que guiam o Maria Maria é nula. Então, ou você entende e se adapta, ou deve deixar o grupo⁴⁰.

Quando a discussão chegava a tal ponto que eu começava a pensar se haveria a possibilidade de elas partirem pra agressão física, J começava um discurso que divergia totalmente da postura que tinha: “*Olha, gente, desculpem se atrapalhei, eu não quero ser a chata aqui, mas acho que essas questões precisam ser debatidas*”. E, diante disso, a expressão de rancor da Maria mais antiga se desfazia e, em sua

³⁹ Aqui, novamente, está refletido um histórico de emudecimento das pautas lésbicas nos movimentos de mulheres.

⁴⁰ É importante salientar que essa foi a conclusão que tirei da observação de apenas UMA reunião, de modo que não se deve concluir daí que o grupo tenha permanecido sempre com preceitos inalteráveis, mas, apenas que, na reunião observada, ficou claro que as integrantes não estavam dispostas a rever conceitos.

boca, esboçava-se um sorriso: *“De forma alguma, esse é um local para o debate mesmo, é para isso que estamos aqui”*.

Eu não consegui perceber se J realmente não entendeu que elas não estavam dispostas a abrir mão da política de ter apenas mulheres nas reuniões – e, portanto, não estava havendo diálogo – ou se, entendendo isso, ela resolveu simplesmente incomodar. O fato é que ela continuou. E mais algumas vezes a conversa deu a mesma volta: *“Transexuais têm buceta? O que é ser mulher?”*, de um lado e, *“Transexuais devem buscar grupos de transexuais.”*, de outro.

Para confirmar as minhas suspeitas de que ela estava sendo mais honesta⁴¹, e certamente mais aberta do que as outras, L chegou a falar: *“Honestamente? Eu nunca conheci uma transexual. Nós nunca tivemos essa questão. Acho que, no dia em que aparecer uma querendo entrar no grupo, aí a gente pensa nisso”*.

W parecia preocupada com que as outras, mais novas na militância, fossem “contaminadas” pelas ideias da estrangeira e, quando a conversa tomava um rumo que ela não aprovava, corrigia e lembrava os preceitos do Maria Maria. Como novatas, me parece mesmo de se esperar que as estudantes que tentavam aderir ao Maria Maria aceitassem bem todas as intervenções da colega veterana. Era, então, entre a Maria antiga (W) e a integrante do MUDD*Se (J) que a tensão estava mais aberta.

Em um dos momentos, quando se questionava em que estariam fundadas as diferenças de gênero, surgiu o assunto das teorias *queer*. A Maria mais antiga aproveitou para reiterar algo que ela já tinha dito: o Maria Maria já é *queer*, porque aceita uma enorme gama de diversidade, e nem questiona a respeito da orientação sexual, de tão múltipla que pode ser a identidade de alguém lá dentro.

As coisas foram-se desenrolando de tal forma que preferi contentar-me com o fato de que, se não haveria diálogo, pelo menos também não haveria agressões físicas. E a reunião acabou sem as representantes do Maria Maria conseguirem findar as pautas previstas. *“Tudo bem, porque foi um momento importante de discussão e debate, essas discussões precisam ser trazidas para esclarecer a todas”*, disse a integrante mais antiga do Maria Maria, W, com satisfação por estar cumprindo esse árduo papel de “dialogar” com outras estudantes.

Como foi dito, a diferença entre os sujeitos defendidos pelos grupos é elementar. Quando J pede que as estudantes definam o que é mulher, inquirindo se o órgão sexual seria, de fato, o ponto fundamental dessa definição, tal diferença fica explícita. Os sujeitos que os integrantes do MUDD*Se defendem não se definem pela anatomia do corpo, nem pelo comportamento: são sujeitos trazidos da academia, das leituras de Foucault,⁴² os sujeitos em corpos abjetos, de Butler⁴³, mas também são sujeitos conhecidos na prática. Os membros do MUDD*Se estão habituados ao convívio com travestis, conhecendo inclusive transexuais gays⁴⁴ (vítimas de preconceito mais acirrado do que os transexuais heterossexuais), além de

⁴¹ Digo mais honesta no sentido de que estava respondendo espontaneamente às perguntas, enquanto as outras, por outro lado, estavam tão habituadas à discussão que pareciam sempre responder com um discurso pronto.

⁴² Cf. FOUCAULT, 1997.

⁴³ Butler não dá exemplos claros do que seriam os corpos abjetos. São corpos que transgridem fortemente as normas, ao ponto de não serem inteligíveis nas categorias existentes. Um travesti não necessariamente se enquadraria nessa categoria. Abjeto representa tudo o que é sujo (porque desestabiliza até subversões da norma), incompreensível e que não pode ser definido. (Cf. BUTLER, 2013, 2010).

⁴⁴ Para compreender o significado das identidades assumidas em contextos políticos, observar a discussão do capítulo 3. Em consonância com os argumentos de Butler (2010), não é necessário abrir mão da política representativa, mas trazer para dentro dela uma crítica das identidades defendidas: elas criam (produzem, engessam, excluem) sujeitos mais do que simplesmente “representam” indivíduos preexistentes. Por isso, é necessário ter em mente que “transexual gay”, ou mesmo “lésbica” são identidades assumidas pelos sujeitos para a militância política e não precisam ter uma correspondência exata com a subjetividade do indivíduo.

travestis ainda em processo de mudança de sexo, mais estranhos ao olhar habituado à heteronorma. Como já foi dito, uma das integrantes do MUDD*Se é transexual.

A lacuna entre as noções de “mulher” do Maria Maria e do MUDD*Se é, hoje, intransponível. Na medida em que um grupo (Maria Maria) tem tal concepção como natural e, por isso, insuperável, imutável, o outro (MUDD*Se) prioriza as múltiplas vivências diárias como determinantes das (efêmeras) identidades dos sujeitos. Por isso, enquanto, para o Maria Maria, o significado de mulher nem precisa ser debatido, já que é “dado” da natureza, para o MUDD*Se esse significado é compreendido como necessariamente mutável.

Para Butler (2010), o gênero é vivido sempre como performance. Isso tanto para travestis quanto para homens heterossexuais, por exemplo. O gênero é uma repetição estilizada, descontínua, de práticas, cuja continuidade só existe no olhar que busca classificar o mundo:

Gênero não é um substantivo, mas tampouco é um conjunto de atributos flutuantes, pois vimos que seu efeito substantivo é performativamente produzido e imposto pelas práticas reguladoras da coerência do gênero (...). Nesse sentido o gênero é sempre um feito, ainda que não seja obra do sujeito tido como preexistente à obra (BUTLER, 2010, p.48).

Nesse ponto, Butler relembra Nietzsche, para quem *“não há ser por trás do fazer, do realizar e do tornar-se; o ‘fazedor’ é uma mera ficção acrescentada à obra – a obra é tudo”* (NIETZSCHE apud BUTLER, 2010, p.48).

Esse sujeito em constante “fazer-se” diverge da concepção de sujeito comumente afirmada pela militância política, que necessita delimitar populações-alvo para determinadas demandas. Como afirma De Lauretis (1994), há aporias que devem ser consideradas inerentes aos movimentos. A continuidade da busca pelo respeito à diversidade sexual depende da manutenção (e não da superação) da contradição entre os sujeitos fixos da militância e a multiplicidade de experiências dos indivíduos reais, bem como da reinvenção diária de formas para lidar com ela.

CAPÍTULO 3

Construção de marcadores sociais da diferença: casos emblemáticos do campo

No presente capítulo, casos específicos são descritos na tentativa de compreender mais profundamente peculiaridades da militância por diversidade sexual nas universidades. Primeiramente, três casos de violência, que ocorreram durante a décima edição do décimo Encontro Nacional Universitário de Diversidade Sexual (X ENUDS). Duas questões são propostas: há violências encaradas com maior banalidade do que outras? A hierarquia que se instaura nesses casos pode ser considerada hierarquia de gênero?

Na sequência, cito um trecho do caderno de campo em que uma integrante do MUDD*Se comenta sobre o processo de redesignação sexual pelo Sistema Único de Saúde (SUS). Nesse fragmento, é possível ver os marcadores de sexualidade e classe social interagindo. Antes, porém, uma vez que o pensamento teórico sobre corpo, nas ciências sociais, será de grande auxílio no entendimento da transformação vivida por essa integrante, trago uma breve reflexão sobre o assunto, utilizando marcadamente trabalhos de Csordas (1994; 2008). Por fim, faço uma reflexão acerca de uma frase muito ouvida em campo – “viado gosta é de festa”.

A partir desses casos, pretendo dar vida aos contornos do movimento, que foram esboçados nos capítulos I e II. Após as descrições do que é o MUDD*Se – quando surgiu, quais os objetivos de seus fundadores, quais as relações que trava com outros grupos, etc. –, pensar em exemplos práticos das situações vividas diariamente pelos movimentos, ajuda a compreender as participações políticas desses estudantes como dinâmicas, assim como as múltiplas vivências no que tange à sexualidade e à identidade.

3.1 Violências no ENUDS: entraves à construção dos movimentos

3.1.1 Ana: transexual lésbica excluída por lésbicas CIS

O caso que será apresentado a seguir ocorreu durante a décima edição do ENUDS, em 2012, na cidade de Seropédica/RJ, e ilustra a dificuldade dos movimentos de diversidade sexual em combater preconceitos mesmo internamente, já que mostra um episódio de transfobia ocorrido dentro do Encontro:

Ana⁴⁵ é uma transexual lésbica que não se enquadra em nenhum padrão de beleza estabelecido: conserva algumas feições masculinas, não é magra e tem postura

⁴⁵ O nome foi trocado para preservar a identidade da participante.

bastante arqueada. A tinta que colore os cabelos um pouco compridos (quase até o ombro) está bastante desbotada. Na noite do dia 16/11/12, estou sentada na entrada de um dos corredores, cujas salas são tomadas por barracas dos participantes do ENUDS. Ana chega aborrecida:

- *Nossa, ter que ouvir certas coisas dentro do ENUDS acaba comigo... Estou muito chateada. É cada uma que a gente tem que aguentar. As pessoas são preconceituosas dentro do ENUDS!*

Ela está sentada à minha frente, tecendo essas reclamações, quando passa uma mulher bastante jovem:

- *E aí? O que é que tá pegando?* - ela fala baixo para Ana enquanto passa, e continua andando.

- *O que está pegando são as suas amigas!* - Ana responde alto, olhando para ela, de modo que a moça, que já está fora do prédio, retorna.

- *Por quê? O que é que rolou?*

- *Ora, o que rolou foi que eu estava falando com suas amigas e uma delas disse pra mim: 'sai pra lá que eu não gosto de homem'. Ela falou 'eu não gosto de homem'! Poxa, lidar com esse tipo de coisa lá fora eu tô acostumada. Mas aqui? Dentro do ENUDS?*

- *Sabe o que é? Algumas de nós não estão acostumadas com transexuais lésbicas, sabe?*

É interessante notar que chamar a transexual de “homem” não foi um xingamento qualquer. Em uma sociedade cujos padrões estéticos engendram minuciosas regras, há uma gama muito grande de adjetivos que podem ser utilizados para ofender qualquer pessoa. Não foi, portanto, à toa que escolheram chamá-la de “homem” – as lésbicas em questão escolheram o órgão sexual da *trans* justamente para colocar em dúvida a legitimidade da identidade de gênero dela. Embora certamente defendam o direito à lesbianidade, elas desrespeitaram a transexualidade, e isso é reflexo direto das segregações que o ENUDS abriga, embora não mencione.

Esse episódio é especialmente interessante porque envolve dois grupos menores em relação à conhecida hierarquia que permeia organizações e encontros LGBT⁴⁶ (FACCHINI, 2006) – o choque em questão se dá entre um grupo de lésbicas e uma transexual. Não pretendo colocar os dois grupos em posição de igualdade, até porque é indisputável o fato de que uma transexual lésbica se insere em um grupo muito mais invisibilizado nos movimentos. Porém, o ocorrido é conveniente para pensarmos que os conflitos são, frequentemente, bem mais complexos do que se imagina.

Na noite seguinte ao caso de transfobia, Ana fez uma intervenção. Foi chamada ao palco durante uma das mesas do evento e entrou completamente nua, só com um nariz de palhaço cobrindo o pênis e um cartaz pendurado no pescoço. (Anexo I) Nele, podia ser lida uma tabela de preços. Em lista, estavam: “*masturbação, 'rapidinha', sexo anal,...*” Com preços crescentes.

Ela entra declamando uma poesia**.

Ao final, rasgou o cartaz e deixou à mostra o peito, com o desenho de um coração, que antes o cartaz escondia. (Anexo II) Então, deitou-se no chão, repetindo a última

⁴⁶ Geralmente (e também dentro do ENUDS), os homens gays dominam a cena política LGBT. Para discussões a respeito, cf. PINAFI, 2010.

estrofe do poema: “arranca-o, arranca-o, arranca-o [o coração]”. Depois, ela se retirou do palco e voltou para compor a mesa, ainda nua.

**Chamou atenção o trecho: “*Eu também me apaixono, também sonho em me casar na igreja*”.

Abaixo, outro trecho da poesia lida por ela durante a intervenção, extraída do blog pessoal de Ana:

Os meus seios, inventados por mim mesma, não satisfaziam a vontade alheia de não permitirem EU parecer mulher. Travesti filho da puta! Projeto de gente de merda, bichona esquisita! Coisa ruim! Filhote de cruz, credo ‘benza Deus’! Meu caralho! Os seios que eu não tinha não me traduziam feminina como eu quisera. Ana Dulci, é o nome da coisinha? Ana Dulcinéia de Quixote?! Há há há... grande bisca, isso sim. Isso é falta de pegar num cabo de inchada [sic].

A poesia que Ana leu durante a intervenção feita no espaço acadêmico traduz o bizarro, o inaceitável – a percepção dos outros sobre ela, em sua própria ótica. A intervenção serve para pensarmos os limites impostos à aceitação de uma diversidade sexual amorfa, mesmo por um movimento que tenta mostrar-se como acolhedor de todas e todos. Ao contrário, os movimentos de diversidade sexual também esbarram ainda no problema que Facchini (2006) aponta nos grupos LGBT. O que permite a união de militantes em uma “sopa de letrinhas”, na qual cada indivíduo busca defender direitos de seu subgrupo, é quase que exclusivamente a condição de marginalidade. Na medida em que conquistam direitos – e, especialmente, visibilidade – há uma tendência de distanciamento desses subgrupos. Alguma coesão só é visível enquanto a supremacia do homem gay permanece hegemônica – já que invisibiliza os outros subgrupos – e enquanto há forte homofobia externamente aos grupos – uma “causa”, pela qual todas e todos precisam mobilizar-se.

Nos grupos de diversidade sexual, essas segregações não se dão apenas pela preferência de determinados parceiros sexuais, como já foi dito. A sexualidade se constitui de forma múltipla, a partir de diversos dispositivos arranjados de forma complexa, e não mais simplesmente pelo sexo biológico da parceira ou do parceiro. Dessa forma, há uma multiplicação de possibilidades, das práticas sexuais e dos comportamentos não ligados ao sexo – tanto dos que se enquadram em determinada categoria, dado que agora elas estão mais flexíveis⁴⁷, quanto daqueles e daquelas que não se encaixam em categoria nenhuma.

Isso significa que, na verdade, pode existir maior número de clivagens separando o que é aceito moralmente do que não é – práticas masoquistas, poligamia, a transexualidade e a bissexualidade podem ser encaradas, por muitos, se não como totalmente inaceitável, como

⁴⁷ Em tese, seria facultado a uma “lésbica” gostar de qualquer tipo de música, usar qualquer tipo de roupa, sem ter a identidade “lésbica” colocada em questão por outras(os) militantes.

estranhas, artificiais ou mesmo como doentias. Quando não há um consenso pré-estabelecido dos comportamentos praticáveis e dos não-praticáveis, fica a critério de cada indivíduo fazer essa distinção, como pode ser exemplificado neste fragmento da conversa de duas mulheres, que escutei durante o trajeto entre dois espaços do X ENUDS: *Eu e o meu marido temos um relacionamento ótimo. Muito aberto. Fazemos de tudo. Tudo mesmo. Assim, menos aquelas coisas nojentas, né, aí não... E sadomasoquismo, essas coisas esquisitas, também não.*

A mulher que está falando não diz que faz “muita coisa” ou “quase tudo” com o marido. Ela diz que faz “tudo”. E, no entanto, exclui as práticas sadomasoquistas e as “coisas nojentas” do “tudo”, colocando-as em uma área invisível, ilegítima, da sexualidade. Para ela, “diversidade sexual” não inclui esses dois tipos de práticas – o segundo não estando bem definido ou explicitado: o que seriam “coisas nojentas”? Certamente essa assertiva também é variável para as diferentes pessoas que compõem o evento.

Cabe lembrar também que a expressão “putaria” é empregada muitas vezes em referência à prática sexual de mais de duas pessoas, mesmo em momentos em que ela está sendo defendida. *“A gente quer direitos, mas a gente quer putaria também”*, foi possível ouvir, quando o assunto era o sexo-a-três, durante uma das reuniões do MUDD*Se, como já relatado.

As dificuldades na construção de um sujeito político no Encontro Nacional Universitário de Diversidade Sexual (ENUDS) ganham contornos ao longo do presente capítulo. Lidar com a ideia de diversidade é sempre problemático – o que não quer dizer que tais movimentos não tenham avançado nas conquistas no que diz respeito à sexualidade. No entanto, é impossível fechar os olhos para o fato de que, embora proporcione benefícios, optar por um termo amplo (“diversidade”) traz consigo sérios problemas – o esforço de não categorizar e, assim, não engessar ou limitar as práticas dos sujeitos (BUTLER, 2003) deixa demasiado aberto o que pode ser considerado ou não como “diverso”, permitindo a cada membro do ENUDS excluir pessoas da categoria do que é “aceitável” ou não.

3.1.2 Duas estudantes molestadas na casa de banho

À noite eu estava com alguns militantes do Espírito Santo quando outra participante chegou, perguntando:

- Vocês viram que absurdo o que aconteceu com a Ana? Nós temos que fazer alguma coisa! Vamos fazer uma intervenção amanhã! Esse tipo de coisa não pode acontecer!

Eu concordei com ela e perguntei se sabia algo a respeito de outro episódio de violência que teria ocorrido na noite anterior. Na casa de banho, quando duas militantes que estavam no chuveiro foram abordadas por um homem, que entrou e masturbou-se diante das duas. Elas não reagiram e, assustadas, esperaram até ele ir embora. ‘Provavelmente ele era de fora do evento’ era o que todos diziam, ‘era mais

velho e estava mal vestido, de chinelos’, e, em tom mais baixo, com variável desconforto: ‘era negro’.

A participante ignorou minha pergunta e afastou-se, visivelmente irritada, dizendo que algo tinha que ser feito a respeito do que havia acontecido com a transexual lésbica.

O caso descrito acima não evidencia apenas uma hierarquia entre diferentes tipos de violência: a identitária (da transexual), que causou grande comoção e teve a repercussão, e o abuso sexual sofrido por duas mulheres, mais rapidamente banalizado pelas e pelos participantes. Evidencia também o perfil dos participantes do ENUDS, segundo eles próprios: são bem vestidos, brancos, jovens.

3.1.3 Briga de marido e mulher

Cabe ainda expor mais um caso de violência contra a mulher, ocorrido durante o X ENUDS. Antes de chegar ao nosso conhecimento (geralmente em mais de uma versão), os casos de violência aparecem como fofoca. O caso de Ana foi exceção, já que, por acaso, ouvi diretamente dela o que tinha acontecido e presenciei parte da discussão com a amiga daquela que a teria destrutado.

De qualquer modo, o caso que narro aqui chegou a mim, a princípio, apenas de forma muito vaga, por um integrante do MUDD*Se. Mais tarde, outro integrante (que dormira em uma barraca muito mais próxima ao local do ocorrido) nos esclareceu os fatos, tal qual ele pôde ouvi-los:

O estudante da UFJF, que estava dormindo no corredor acima e em frente ao nosso, falou que ouviram pela manhã uma mulher gritar no quarto do fundo: ‘Pára com isso! Pára com isso! Me deixa passar! Eu vou gritar!’ Só que estavam todos dormindo e mal acordavam com aquilo. O estudante ficou assustado e pediu ao rapaz que dormira com ele que fosse ver o que era. O rapaz, sem abrir os olhos direito, disse que não deveria ser nada. O barulho teria cessado por alguns instantes e depois recomeçado, mais alto: ‘Pára com isso! Me larga! Me larga! Eu vou gritar! Me solta!’. Só então todos correram pra acudir.

- Parece que eles se conheciam. Não sei se eram amigos, namorados, ou algo assim.

Casos como esses dois, de violência contra a mulher, causavam comoção variada. O episódio da garota que apanhou do namorado, assim como o das duas participantes molestadas nas casas de banho, causou menos comoção entre os participantes do evento do que o caso de Ana. A violência aqui é silenciada, o que reifica as hierarquias de gênero que os movimentos de diversidade buscam implodir. Caberia refletir por que determinados tipos de violência contra a mulher aparecem como mais banais. A identidade fixa insiste em permanecer, demonstrando como, em casos de violência, as posições hierarquizadas de gênero estão muito presentes.

Ouviam-se também conselhos para que ninguém, “especialmente mulheres”, fossem desacompanhadas até o local onde ocorriam as “culturais” (festas), porque o local era distante e mal iluminado. A preocupação com a segurança multiplicava igualmente as recomendações, estranhamente desacompanhadas de uma visão crítica do cerceamento da liberdade feminina, para que mulheres não andassem sozinhas pelos prédios do encontro. Com efeito, chamou-me muito a atenção o fato de que as pessoas reproduziam esses conselhos sem jamais tocarem no assunto de haver maior limitação de circulação às mulheres – e pessoas que mais se parecessem com elas – entre os espaços do evento. Tais comentários apenas reforçavam as desigualdades entre os gêneros – o que constitui um paradoxo para os movimentos de diversidade sexual, pois há lugar muito bem definido para homens e mulheres nas relações sociais observadas. Há uma desigualdade de poder enorme – e o discurso de fluidez acaba se perdendo nas experiências vivenciadas.

Embora houvesse um discurso de equidade, considerar que o perigo das casas de banho, à noite, “é pior ainda para as mulheres”, o fato de que circular pelo espaço da UFRRJ “é pior ainda para as mulheres”, de apanhar do companheiro, de ficar embriagada “é pior ainda para as mulheres”, soavam como naturalizantes. Isso porque não havia uma indignação nas falas – no estilo “pelo menos *aqui dentro* isso não pode acontecer” –, como no caso Ana.

Retomando os exemplos que citei aqui, a violência contra a mulher aparece em diversas situações: entre conhecidos, em uma aparente versão de violência doméstica; entre desconhecidos, com abuso sexual dentro da casa de banho; entre um grupo de lésbicas e uma transexual homossexual, no formato de violência identitária; e na forma de uma supressão admitida da liberdade de ir e vir feminina. Esses exemplos demonstram a complexidade dos desafios encarados pelos estudantes que participam do encontro. A desnaturalização e o combate às violências só podem ser pensados após compreender-se o quanto elas são heterogêneas e tomam diferentes formas em cada situação.

A busca pela desconstrução de estereótipos é, dessa forma, mais do que uma pauta que dá face ao grupo; é pré-requisito para o combate às violências de gênero mais cruéis que se estabelecem: quando é negado ao indivíduo o direito ao reconhecimento de sua sexualidade, dentro do movimento de diversidade sexual; quando é negado o direito de ir e vir; quando a violência se estabelece como forma de convivência na vida conjugal, etc.

A intervenção que Ana faz ilustra tais tensões, no caso da identidade: há um limite diferente, para cada indivíduo, do que é aceitável ou não dentro dessa diversidade. Daí deriva a necessidade de um trabalho constante de desconstrução de estereótipos dentro do encontro, de modo que o ENUDS funciona não só como ponto de apoio para troca de experiências de

grupos militantes de regiões distantes do Brasil, mas também como espaço de formação desses militantes. Fica claro ainda que esse trabalho – de despatologizar a pansexualidade, o sadomasoquismo, a homossexualidade transexual, por exemplo – é uma tarefa constante daqueles que constroem o Encontro.

Algo mais a se notar é a diferença entre esse trabalho dentro do Encontro e o trabalho de inclusão que é feito pelas ONGs, que geralmente utilizam apenas identidades fixas (LGBT). Não há dúvidas de que é positiva a criação de um ambiente que permita ao sujeito múltiplos arranjos de sexualidade, comportamento ou construção identitária. Ainda que o maior número de clivagens possa funcionar como caminho para a segregação, ele pode, igualmente, ser vetor de flexibilização das fronteiras, que podem se tornar mais porosas.

A multiplicação das práticas e a diversificação do que é aceito (e do que não é) entre os indivíduos contribui para criar espaços onde é possível transitar, subverter e reinventar práticas. É importante, todavia, ter em mente (1) a dificuldade de retirar por completo a figura do “bizarro”, do inaceitável, do campo das práticas sociais, sendo ela continuamente deslocada; e (2) a dificuldade de desnaturalizar as violências mais comumente encontradas na sociedade, como as diversas formas de agressão contra a mulher, há muito banalizadas culturalmente.

3.2 Corpo em transformação no MUDD*Se: transexualidade na universidade

Csordas (1994) julga que a perspectiva do *embodiment* é crucial para o avanço das pesquisas que pretendem dar conta do corpo humano como ferramenta e substância da construção cultural. Segundo ele, “nossos corpos nem sempre foram vividos como objetificados, pois originalmente não são objetos para nós. Ao invés disso, são a base de processos perceptivos que *terminam* em objetificação” (CSORDAS, 1995, p. 7).

As noções de representação e linguagem também são fortemente criticadas, mas não abandonadas. Csordas (1994) propõe substituir “representação” por “ser no mundo”⁴⁸, porque, conforme diz, o segundo termo capta melhor o imediatismo da experiência corporal dos indivíduos. É o processo de percepção dos indivíduos e das sensações (dos e nos seus corpos) que vai ser a chave para pensar o *embodiment*.

A grande contribuição de Csordas (1994; 2008) é não deixar de lado o aspecto cultural ao abordar as sensações dos corpos durante rituais religiosos de cura. Ele busca demonstrar a responsabilidade da cultura nas reações individuais, resgatando o conceito de

⁴⁸ No original, “being-in-the-world”.

habitus, tal qual usado por Bourdieu (apud CSORDAS, 2008). A autonomia do sujeito não é negada (já que cada experiência é única e pode ser sentida de forma particular pelos indivíduos), mas é a cultura, pelo *habitus*, que vai criar uma “reserva de significado pré-objetivo” (CSORDAS, 1994, p.10), acionada em um plano pré-consciente:

as disposições do *habitus* são manifestadas em comportamento ritual. Por serem compartilhadas em um nível abaixo do consciente, elas são inevitavelmente confundidas e o princípio de sua produção é identificado com Deus e não com o corpo socialmente informado (CSORDAS, 2008, p.124).

O autor lembra a “natureza corporificada da mente” (LEDER, 1990 *apud* CSORDAS, 1994) para sublinhar que tanto corpo quanto mente podem ser construídos como objeto ou como sujeito. A percepção do corpo como a fonte da subjetividade e da mente como o *locus* da objetificação é o caminho para uma crítica da representatividade que vai aliar o simbolismo à dimensão existencial humana. Assim, seria necessário evitar “representar” e buscar “evocar” (CSORDAS, 1994).

Na linguagem, há um processo semelhante. Discordando de Derrida, para quem nada há para além do discurso (a realidade é feita no discurso e não existe fora dele), Csordas argumenta que a “linguagem dá acesso ao mundo da experiência até onde ela [a experiência] alcança, ou é trazida pela linguagem”. Ou seja, “a linguagem é, ela mesma, uma forma de ‘ser no mundo’” (CSORDAS, 1994, p.11). Citando Heidegger, desvela os limites da linguagem interpretada apenas como representação: “a linguagem não apenas representa ou faz referência, mas ‘revela’ o nosso ‘ser no mundo’” (CSORDAS, 1994, p.11).

As noções de gênero e corpo como construídos culturalmente, nas relações entre os seres humanos, são fundamentais para compreender o MUDD*Se enquanto objeto de análise. O trabalho de Maluf (2002) é exemplo da aplicação dos conceitos supracitados em sua forma contemporânea. A autora discorre sobre o personagem Agrado, do filme de Almodóvar “*Tudo Sobre minha Mãe*”, mostrando, como diz Csordas (1994, p.2), “que o corpo não é uma constante em meio a um fluxo, mas o epítome desse fluxo”.

Em uma das cenas do filme, Agrado está em um palco, contando sobre as cirurgias plásticas que já fez. Com bom humor, conta quanto dinheiro gastou em cada cirurgia: nádegas, coxas, nariz, queixo, rosto, seios. Agrado define como sua essência a transformação. Ela não diz sempre ter sido uma mulher, cujas intervenções cirúrgicas serviram para adequar o corpo ao que ela “sempre foi”, como uma “verdade escondida”. Ao contrário, Agrado enfatiza a transformação corporal, resultante de seu poder de agência, como característica que a define. Assim, seu corpo aparece como fabricado e não como um corpo substantivo (Maluf, 2002, p.145-6) – aí está o *embodiment* de que fala Csordas (1994).

Segundo Maluf (2002, p. 146-7), o corpo de Agrado é “corporalidade, veículo e sentido de sua experiência (...), objeto e desejo ao mesmo tempo”.

É justamente no processo de auto-produção que Agrado localiza a autenticidade de seu corpo. Nas palavras de Maluf (2002, p. 146): “Ao dizer que o que tem de mais autêntico é o silicone, Agrado está revelando que o ‘autêntico’ nela é justamente o produto de sua criação, da intervenção de seu desejo, de uma agência própria”.

Das três transexuais que tiveram contato com o MUDD*Se, uma me foi apresentada como mulher, e pertencia à ONG juiz-forana MGM; outra, em processo de transformação, participava de alguns eventos sobre sexualidade e estava tendo seus primeiros contatos com a militância política. Marcele, a terceira, do “núcleo do MUDD*Se” desde que o grupo foi fundado, começou o processo de feminização no segundo semestre de 2013 e, portanto, quando eu já havia encerrado a pesquisa de campo e não encontrava integrantes do grupo senão esporadicamente, pelos corredores e espaços de vivência da universidade.

Ela foi apresentada a mim como Marcelo, ainda em 2011. Fundadora do MUDD*Se, Marcele cursou psicologia na UFJF e começa o mestrado na mesma área, em 2014. Tímida, ela fala baixo, mas muito animadamente, quando o assunto são as mudanças em seu corpo. Se orgulha dos contornos que conquistou em apenas dois meses de ingestão de hormônio. Quando eu soube da novidade da sua mudança de nome, perguntei a ela por que não optou por Marcela, e a resposta foi: “*Marcela é muito feminino, a ideia era exatamente quebrar um pouco essas dicotomias*”.

Ao tratar sobre identidade, Butler questiona o que alicerça a pressuposição de que identidades seriam idênticas a elas mesmas, persistentes ao longo do tempo, unificadas e internamente coerentes (BUTLER, 2013). Tais pressuposições estendem-se também aos discursos sobre “identidades de gênero”. Nesse percurso teórico, Butler desvela a opressão que as categorias identitárias podem exercer. Quando são escondidos os processos ontológicos de construção das identidades, elas são tomadas como reflexo da natureza dos seres – estes últimos, forçados a se enquadrar em termos que, a princípio, seriam usados para sua libertação.

Recentemente, Marcele publicou em sua página pessoal, em rede social na internet, relato em que demonstra a importância do resgate da ontologia de características:

DESABAFO:

SIM, eu sou uma pessoa trans.

NÃO, eu não sou (e nunca fui nessa vida) um menino que virou menina. Eu apenas nasci com um corpo que significaram (de forma simbolicamente violenta) como um menino e decidiram aspectos relevantes da minha vida com base nisso.

SIM, vivi uma vida incompleta por muitos anos, o que justifica a alcunha de "menino quietinho e na dele". Na verdade, era uma menina infeliz com a vida medíocre e cheia de barreiras que a comprimiam, a impediam de VIVER.

NÃO, eu simplesmente não suporto ser tratada no masculino e odeio o nome que me empurraram goela abaixo. Ele não me representa e ouvi-lo me causa uma sensação horrível indescritível.

SIM, eu posso suportar vc confundir meu nome algumas vezes, MAS perceberei cada uma dessas confusões e isso me deixará mal, isso é inevitável.

NÃO, o fato de eu ser trans não te dá o direito de me chamar pelo nome que me sinto mais confortável SÓ quando vc estiver à vontade ou bem.

SIM, esse desabafo é necessário para que as pessoas sabiam lidar melhor comigo e me chatear menos... (Marcele, 21 de outubro de 2013)

O “Desabafo” de Marcelle ilustra a situação peculiar dos grupos de diversidade sexual, citada ao longo deste trabalho: a desnaturalização do corpo e das relações de gênero está presente dentro dos movimentos – isso porque seus integrantes são universitários e estão em contato com os autores citados ao longo deste trabalho.

A noção de sexualidade construída no discurso (FOUCAULT, 1999), servindo à manutenção de um poder (FOUCAULT, 1999; BUTLER, 2010), está presente no movimento social, pois está presente também no dia-a-dia dos sujeitos. Quando diz que não é (e nunca foi) “um menino que virou menina”, Marcelle não se coloca como uma eterna menina/mulher, mas procura desconstruir as ideias tanto de homem quanto de mulher. Assim como a personagem Agrado, Marcelle privilegia a transformação em processo e evita essencializações.

Ao falar que nasceu “com um corpo que *significaram* como um menino”, Marcelle explicita o caráter arbitrário das relações de gênero. E mais, esse corpo foi significado “de forma simbolicamente violenta”.

É possível perceber aí o reconhecimento de uma dimensão simbólica das relações hierárquicas de gênero, tal qual Scott (1990) postula, e do poder foucaultiano, entranhado nas mais finas condutas dos seres humanos, exercido nas micro-relações. É possível também perceber a ideia de *embodiment*, de Csordas (1994): o que vale é o processo de construção, ou, como diz Maluf (2002, p.148):

Justamente os aspectos que mais sobressaem na reflexão sobre a experiência *transgender* estão ligados ao caráter artificial do gênero, ou seja, de sua fabricação cultural, social e política. É também a experiência da margem que tem possibilitado uma reflexão

Csordas (1994) e Maluf (2002) parecem ser a melhor base para análise do “Desabafo” de Marcelle. Isso porque a ideia de corpo abjeto de Butler (2010) não condiz com

a estudante. Embora experimente preconceitos derivados de sua condição de transexual, a juiz-forana é branca, universitária formada, em vias de começar uma pós-graduação. Não é possível pensar transexualidade “descolada” de outros marcadores sociais. A branquitude, o fato de morar com os pais e a condição universitária colocam Marcele numa posição bastante privilegiada, quando comparada a outras transexuais ou mesmo a pessoas *cis*⁴⁹.

A estudante contou ter-se surpreendido com a quantidade de pessoas que demonstraram reações positivas em relação ao seu processo de mudança: *“Acho que aqui, na universidade, no Instituto de Ciências Humanas, as pessoas têm a cabeça um pouco mais aberta. Receberam-me de braços abertos. Até fora da universidade, as reações foram muito melhores do que eu esperava”*

Perguntei se o contato com o psicólogo do SUS havia sido muito difícil. *“Ouvi falar, no Enlaçando Sexualidades⁵⁰, que não basta ser você mesma, é necessário atuar para enquadrar-se no ideal de ‘mulher’ do psicólogo”*, eu disse.

Pra mim não foi difícil. Acho que porque eu disse que era formada e já havia sido aprovada no processo de seleção do mestrado na Universidade Federal. Ele fez pouquíssimas perguntas: Vai fazer mestrado? Não trabalha? Está morando com seus pais? Ok, então.

Já a menina que foi comigo teve uma entrevista bem mais longa. Quem está na universidade, especialmente em universidade federal, tem essas vantagens.

Fica evidente que a vantagem socioeconômica de Marcele sobre a amiga contribui para a conquista de direitos, enquanto transexual, pelo Sistema Único de Saúde. Desse modo, está claro que a vivência da transexualidade e o “*embodiment*” de sujeitos que participam dos movimentos de diversidade sexual não podem ser pensados desvinculados das condições socioeconômicas que permeiam o ambiente de uma universidade federal.

Além disso, a apreensão da teoria pelo objeto é uma condição ímpar de movimentos como o MUDD*Se. É preciso cuidado redobrado, pois embora as categoriasêmicas não correspondam às analíticas, muitas vezes se parecem com elas. O desafio está em transitar entre elas e perceber a combinação de variados marcadores sociais da diferença na configuração de um movimento recente na história da militância homossexual.

⁴⁹ Pessoas cuja identidade de gênero correspondem ao sexo biológico, ou seja, pessoas que não são transexuais.

⁵⁰ Congresso que ocorre anualmente na Universidade Estadual da Bahia.

3.3 “‘Viado’ gosta é de festa”?

Na página do ENUDS (Encontro Nacional Universitário de Diversidade Sexual) em uma rede social na internet foi postada, na madrugada do dia 08 de junho de 2012, uma foto da parada Gay de São Paulo e, no centro, é possível ver um homem segurando um cartaz, com a inscrição: “*Presidenta, homossexuais não somos moeda de troca*”. Ao pé da foto está escrito: “*...isso prova que lá ainda existem pessoas que vão para reivindicar direitos, mas uma andorinha só não faz verão*” e, depois, em vermelho: “*Menos festa, mais trabalho!*”. O primeiro comentário na foto é do rapaz que a postou: “*Parada gay foi criada para reivindicar e não para festejar! Gays não irão conquistar seus direitos em quanto [sic] os mesmos que fazem da parada gay um ato político forem minoria*”. Cabe ressaltar que 27 pessoas haviam curtido o comentário apenas cinco horas após a postagem e 26 compartilharam a foto. Outro comentário foi: “*O problema é que uma pessoa, com intenções sérias, desanima ao ver aquela putaria quando chega lá...*”.

Assim, quando falam que “*Viado gosta é de festa*” (e, às vezes, completam: “*... não tem jeito*”), o consenso de necessidade de movimentação social e a angústia, fruto da busca por repercussão na sociedade, já estão dados. A prova é que, constantemente, esse lamento é seguido por alguma frase que não perderia o sentido se fosse substituída por: “*mas ir às festas é melhor do que nada*”.

No caso da luta LGBT (que gera tantas reações conservadoras), ocupar os locais simplesmente “*sendo gay*” já é, em si, um ato político. É o bom e velho “*marcar presença*”, “*mostrar pra sociedade que existimos*”, “*dar a cara a tapa*”. Esse é o primeiro paradoxo que “*Viado gosta é de festa*” engendra: um lamento por esses viados (que vão às festas) não estarem na militância, por um lado, e um consolo por esses mesmos viados terem, ao menos, “*saído do armário*” e ser possível ao movimento, quando bem organizado, mobilizá-los e, nem que seja por meio de uma festa, fazê-los ocupar os locais que se pretende ocupar.

Gays que estão dispostos a agir publicamente como gays já têm potencial para uma boa movimentação social, ainda que não participem ativamente de sua organização. Isso porque, se são os hábitos dos gays (relações tidas como promíscuas, com pessoas do mesmo sexo), que ofendem e servem de justificativa para a exclusão em relação a direitos, esses mesmos hábitos configuram boa arma para a luta política, funcionando como reafirmação do direito de praticar essas relações.

A respeito deste ponto, destaco dois exemplos. O primeiro é o caráter político que permeou a festa de encerramento da II Semana da diversidade. Os ideais do movimento

LGBT foram expressos por uma transexual integrante do Movimento Gay de Minas (ONG Juiz-forana que apoia atividades do MUDD*Se, como dito), que ficou com a palavra e fez alguns discursos durante a noite de encerramento da II Semana: *“Esse evento é para aproveitar! Aproveitar e nos respeitar. Esse é um evento de inclusão. De inclusão de minorias. Não só LGBT, mas de todas as minorias. Negros, gays, lésbicas, deficientes. Todo mundo. Então vamos aproveitar”* (Integrante do MGM, 11 de novembro de 2011).

Além disso, a ocupação de local central da Universidade para uma festa LGBT (aqui classificada dessa maneira por ter o suporte determinante da ONG MGM) foi constantemente comemorada, havendo explícita correlação entre a militância e a conquista de espaço para a festa em um local onde, até então, os gays não tinham voz.

Esse evento, no ano passado, foi lá em cima [apontando para o prédio antigo do Instituto de Ciências Humanas], naquele espaço pequenininho. Hoje tá sendo aqui, e no ano que vem vai ser ali, ó [apontando para o maior local disponível para shows na UFJF] (Integrante do MGM, 11 de novembro de 2011.)

O segundo exemplo de que a disposição para “ser gay” publicamente, por si só, já torna o indivíduo útil à militância política, é um tipo de manifestação planejada durante o Encontro da Rede Universitária de Defesa da Diversidade Sexual (RUDS Minas): o *beijaço* – vários casais homossexuais beijando-se ao mesmo tempo em determinado local, para protestar. Essa é considerada uma forma barata de fazer movimento e com o potencial de conseguir grande adesão.

Organizar *beijaços* foi uma forma de luta política comumente colocada em pauta entre os grupos participantes da RUDS. Destaco esse exemplo por ser um tipo de manifestação que demonstra caráter bastante “misto” – entre a manifestação política e a festa, possuindo elementos desta última (encontro e namoro) para tornar o evento mais palatável ao público gay. Assim, é possível atrair maior número de manifestantes.

Dessa forma, cabe salientar também a inexistência da oposição festa/militância, mas a complementaridade desses dois momentos, que formam um contínuo harmonioso na vida dos integrantes do MUDD*Se. Então, como será ainda melhor explicitado, a festa constitui-se em momento de integração dos militantes, além de interação entre os membros do grupo e outros estudantes, e produção de diferenças entre os “de dentro” e os “de fora” do grupo.

Qualquer aparência de oposição entre a festa e a militância deve-se essencialmente à primeira ser aquilo que une todos os *viados* e, a segunda, aquilo que diferencia o “nós”, *viados* militantes, do “eles”, *viados* não-militantes – segundo minhas interpretações acerca do imaginário do grupo pesquisado.

O segundo paradoxo presente em “*Viado gosta é de festa*” é relativo ao sujeito da frase e sua relação com o enunciador. Quem é o *viado*? Qual *viado* gosta de festa? Todos os *viados* gostam de festa. Isso poderia ser inferido da frase por um ouvinte desatento, que não levasse em conta o contexto no qual se fala: o da militância; e o motivo porque se fala: o da insatisfação com o baixo número de militantes em relação ao alto número de pessoas nas festas.

O que podemos perceber dessa relação entre o enunciador (integrante do MUDD*Se) e o sujeito da frase (*viado*) é que ela é ambígua e complexa e, por isso mesmo, não pretendo esgotar esse segundo paradoxo, mas apenas apontar para as questões que ele suscita. O autor da frase afirma sua identidade de *viado* – ele se considera um *viado*. No entanto, ao dizer que “*Viado gosta é de festa*”, ele está falando de si e não está falando de si ao mesmo tempo.

Ele não está falando de si no sentido de que não é ele o *viado* que *só* gosta de festa. Ele milita. Ele gosta de festa, mas não se exime de suas obrigações no campo da luta por direitos, ele “faz a sua parte”. Por outro lado, militando ele reafirma sua própria identidade como homossexual, e nem poderia cogitar afastar-se dessa imagem, sob pena de esvaziar de sentido sua participação no movimento: afinal, está lutando, em última análise, pelo direito mesmo de “ser *viado*”. Nesse ponto, o enunciador cai em forte contradição, já que sua afirmação tende a negar sua condição de homossexual. Ele é *viado*, mas militar não é “coisa de *viado*”.

Não acho que seja necessário estender-me muito sobre esse ponto no presente momento. Por ora, basta lembrar que conduzir um movimento social – concorrer a editais, ter contas a prestar, ter o nome do grupo a zelar – demanda tempo e energia que não podem ser quantificados ou previstos quando se começa o empreendimento. Dependendo, então, (1) da participação dos outros membros (alguns eventualmente desistem da empresa no meio do caminho, deixando os outros sobrecarregados); e (2) do número de problemas que surgirem após o começo das atividades, é que os integrantes do grupo saberão o volume de trabalho que têm.

Assim, os enunciadores da frase “*Viado gosta é de festa*”, que lutam pelo direito de serem aceitos como homossexuais, inclusive conquistando espaços para “festas gays”, negam sua própria condição de *viado* ao se verem obrigados a aceitar que outros aproveitem as festas, enquanto eles estão envoltos em compromissos e tarefas ligadas à conquista de espaço para sua realização.

Quando membros do grupo proclamam que “Viado (e não LGBT) gosta é de festa”, eles buscam retornar à sua condição de viado (que gosta mesmo é de festa), afastando-se da noção de, talvez, “um conservador, um certinho”, reafirmando que ele próprio não abre mão de festa.

- *Vamos fazer uma barraca do beijo?*

- *Não vai ficar promíscuo?*

- *A promiscuidade faz parte. A gente quer direitos, mas quer putaria também.*

(Integrantes do MUDD*Se durante a reunião do dia 17 de setembro de 2011, preparando a II Semana da Diversidade Sexual da UFJF)

Ele faz isso de maneira simples e direta: participando do festejo, afirmando o caráter político da festa e anunciando as formas pelas quais se identifica com aquela comunidade.

Depois de um dia inteiro de reunião, durante o III Encontro da RUDS, os participantes compraram cerveja e organizaram uma festa. A bebida e a música duraram várias horas. No entanto, a descontração da noite anterior não gerou atraso na reunião marcada para o domingo pela manhã. Quando cheguei à sala da antiga casa onde ocorria o evento, já estavam lá representantes de todos os grupos, prontos para mais um turno de discussão. A aceitação de uma noite cultural, com música e cerveja, ao final dos eventos de sábado, pareceu unânime. Por outro lado, a questão sobre o que estaria em primeiro lugar (se a festa ou a organização dos movimentos) nem precisou ser levantada, já era consenso.

Para resumir, emaranhado nos trâmites burocráticos que a militância impõe, parece que o *viado* vê seu discurso de promoção de “comportamento subversivo” em relação à heteronorma – ou em relação às normas (que, de modo geral são orientadas de uma perspectiva heterossexista) – distanciar-se de sua prática diária. Mais do que isso, ele próprio reafirma com frequência que “*Viado gosta mesmo é de festa*”, construindo uma noção de “viado” distante de sua própria vivência enquanto homossexual.

No entanto, ao buscar esmiuçar essa frase, corro o risco de ser mal interpretada. Não quero dizer que o enunciador da frase é um oportunista, manipulando os outros viados com as festas que organiza e, muito menos, que ele adere de forma artificial ao gosto por festas para poder enquadrar-se sob a sigla LGBT.

Ao contrário, o enunciador gosta, sim, de festas e não abre mão delas. Até porque, ele próprio provavelmente teve seu “ingresso” no “mundo gay” por meio das festas, e deriva daí o respeito a elas como local “sagrado”, que deve ser protegido e defendido. No entanto, busco deixar claro apenas que, ao afirmar que “*Viado gosta mesmo é de festa*”, o que está sendo dito vai muito além do “eu gosto de festa”. Aliás, “eu gosto de festa” não é dito, porque

já está dado no contexto, no “imaginário coletivo” (BRANDÃO, 2004), que todos ali gostam de festa.

Em vez disso, a mensagem que está sendo passada diz respeito a, retomando o que foi dito até aqui, (1) uma distinção entre “os que só querem saber de festa” e “os que gostam muito de festa, mas também militam”, entre o “eles” e o “nós”, tão caro à antropologia; e, (2) à afirmação de uma identidade gay, retratando o gosto por festas como essência do viado; e o próximo ponto que será abordado: (3) a afirmação dessa identidade gay como homogeneizante de uma noção de homossexualidade que esconde hierarquias, fazendo a hegemonia gay sobre os outros grupos aparecer como universalidade do “gay” como representante legítimo de todas as outras letras.

O terceiro paradoxo também é referente ao sujeito da frase: o viado. Novamente pergunto quem é o viado, mas dessa vez não para responder sobre sua militância incessante ou sua “vadiagem” nas festas, e, sim, para saber qual o “sexo biológico” desse viado. Qual o desejo sexual desse viado? Estamos falando da classe (se é que se pode chamar assim) LGBT como um todo? Estamos falando aqui do viado “clássico” – o que nasceu homem, com os privilégios da casta masculina (direito à vida pública, estímulo à independência e autonomia), que provavelmente é branco, tem um nível de renda e escolaridade mínimos e, em seus relacionamentos monogâmicos, constrói uma relação em moldes heteronormativos.

No entanto, pretende-se representar a bandeira LGBT como um todo, já que, se meu objeto diz que “*a palestra estava vazia porque viado gosta é de festa*”, ele perdeu em algum lugar as outras três letras. Onde estão as lésbicas, os bissexuais, os transexuais e travestis? Essas categorias simplesmente não estão representadas na frase. Posso afirmar isso especialmente porque é consenso entre os membros do MUDD*Se que “a noite LGBT tem muito mais viado do que lésbica”.

Entre muitos, um exemplo é o diálogo ocorrido na reunião do dia 03 de setembro de 2011, quando se comentava que, em bares, boates e shows, muitos gays podiam ser encontrados, mas poucas lésbicas. Nesse momento um dos integrantes diz: “*Claro. Isso porque, quando começam um relacionamento sério, dois gays passam a sair juntos. Duas lésbicas, ao contrário, viram ambas donas-de-casa*”; Diante do que outra integrante completa: “*É. Também porque, se sair, arruma barraco*”; E o primeiro retoma: “*Depois termina, fica dois meses em depressão e aí volta ‘com tudo’ para as festas*” (Diálogo entre dois membros do MUDD*Se na reunião do dia 03 de setembro de 2011).

É fácil perceber que a noção de “mulher, logo, dona de casa” está arraigada seja ao dia-a-dia das lésbicas (ou seja, “mulher, logo, dona de casa” não é uma associação subvertida por “mulher que *come* mulher” ou “mulher que tem a sexualidade ‘que quer’”),

seja ao interior do próprio movimento, ao reproduzir uma imagem de mulher como ser doméstico, marcadamente voltada à vida privada, distante da vida pública.

Podemos pensar no argumento de Butler (2003), apresentado no capítulo II, para melhor compreender esses sujeitos. Eles são constantemente aprisionados pelas categorias que utilizam na busca de emancipação jurídica ou política. Percebemos, além disso, que o mesmo mecanismo que opera no mundo heterossexual para a diferenciação em hierarquias com variadas formas (e possibilidades, ou não) de acesso ao poder, ainda pode ser visto operando dentro de um movimento universitário em defesa da diversidade sexual.

Digo “ainda” porque houve, nos últimos anos, uma tentativa aberta de inclusão de outras minorias sob a sigla LGBT e promoção da visibilidade dessas minorias, o que não significa que haja uma marcha inexorável para a inclusão. Muito pelo contrário. Há um esforço consciente de inclusão, convivendo com diferenciação e disputa por poder internamente aos grupos.

Não me aprofundarei nesse ponto. Por ora, basta que compreendamos que o terceiro paradoxo consiste na representação de uma grande diversidade LGBT apenas pelo segmento já reconhecidamente dominante dentro dessa categoria: o de homens gays.

3.4 Juventude e religião: categorias da militância universitária?

Há duas peculiaridades nos grupos de diversidade sexual que não foram pontuadas devidamente até aqui. Em primeiro lugar, eles surgem dentro das universidades federais – um dos motivos, fácil de ser apontado, diz respeito à noção de sujeito (advinda da academia) que esses grupos carregam. Em segundo lugar, as diferentes religiões também podem contribuir para a vivência da militância de forma diferente pelos indivíduos.

Na presente seção, trago considerações a respeito desses dois marcadores sociais de diferença. Pretendo demonstrar que, embora seja possível imaginar que eles sejam muito relevantes para compreender o dia-a-dia do movimento, seu efeito é apenas esporádico e se faz ressaltar um pouco mais somente entre membros do grupo e outros indivíduos geralmente mais “distantes”, de fora da universidade.

A categoria “juventude” parece relevante porque a própria noção de sujeito usada no grupo é a noção forjada na universidade, local frequentado por muitos jovens. Por "diversidade sexual" entende-se que as experiências dos sujeitos variam ao longo da vida e, portanto, não se aceitam rótulos fixos e imutáveis como essência dos indivíduos.

Assim, "lésbica" é uma categoria política cuja correspondência com a experiência do indivíduo varia, refletindo mais o estado atual de uma mulher relacionar-se com outra (podendo ela relacionar-se com homens, gays ou não, transexuais e travestis a qualquer momento da vida) do que uma essência do indivíduo que significaria um desejo único e repulsão por pessoas do sexo masculino. Tal noção de sujeito não essencializado, com enfoque nas experiências diárias e múltiplas dos indivíduos, é forjada no seio da academia.

Com a noção de "diversidade sexual" construída nas faculdades, também a militância em defesa da aceitação dessa diversidade na sociedade tem seu principal ponto na universidade.

No entanto, há mais um motivo crucial que pode ser apontado para o surgimento dos grupos de diversidade sexual se dar dentro das universidades. Marialice Foracchi (1965) faz um estudo aprofundado acerca do jovem e seu engajamento em movimentos políticos:

A resposta possível e a resposta adequada á indagação inicial – porque o jovem estudante se engaja numa ação de conteúdo radical – devem ser procuradas e formuladas nos limites da própria condição social do estudante, isto é, nas fronteiras do seu vinculamento e envolvimento ao sistema que o produz. É enquanto projeto profissional, é, enquanto categoria transitória, ciente de sua transitoriedade e convencida, por isso mesmo, que sua razão de ser é o seu projeto e que a carreira é o seu projeto que o estudante pode desvendar, no ato de superação de sua própria condição restrita os caminhos da emancipação, como meta e como destino. (FORACCHI, 1965, p. 172)

Assim, à medida em que tenta alargar suas próprias possibilidades de vivenciar o mundo – alargando, por definição, as possibilidades de ação no mundo –, o jovem traça metas que envolvem o engajamento em ação de conteúdo radical.

Desse modo, a autora analisa as condições necessárias para a dedicação ao movimento social, representadas pela juventude enquanto processo (FORACCHI, 1965) no qual o jovem se torna estudante. Esse processo prevê condição de estabilidade mínima na família, ou onde estiverem os “laços de manutenção” do jovem. Além disso, é durante esse processo que se espera que o jovem tome posição em relação às condições de classe e normas sociais que, enquanto estudante, consegue vislumbrar.

Isso não significa dizer, é claro, que *somente* jovens engajam-se em lutas políticas e, muito menos, que *todos* os jovens o façam. Há velhos “conservadores” assim como jovens “reacionários”. O importante é perceber que, o que definirá a juventude é mais os tipos de relações e vivências nos quais os jovens estão envolvidos e menos a idade em que se encontram. No entanto, a idade traz muitas possibilidades de vivenciar experiências em comum para jovens de situação econômica semelhantes, em contextos similares.

Importa compreender, portanto, que há pelo menos duas tendências teóricas no que diz respeito ao tema da juventude nas Ciências Sociais, sendo uma generalista e outra que tem foco nas experiências diárias dos indivíduos. Há uma clara diferenciação entre essas duas correntes dentro das Ciências Sociais e, como aponta Santos (2011), uma divisão entre autores que aceitam uma espécie de sincronia entre as fases da vida de um indivíduo e sua idade – com forte similaridade entre as juventudes de diferentes gerações –, e autores que encaram essas fases a partir das experiências vividas.

A corrente generalista parte da premissa de que há uma descontinuidade entre as gerações, e frequentemente aparece associada à noção de uma juventude transformadora, com capacidade de catalisar processos sociais. Assim, é comum que durante momentos em que o cenário político propicie mobilizações sociais – momento ideal para eclosão de movimentos jovens – essa corrente ganhe força. Foi o que aconteceu, por exemplo, durante os anos 60 e 70 (SANTOS, 2011).

Em oposição à corrente generalista, os estudos que concebem a juventude a partir das experiências consideram que o simples pertencimento a determinada geração não seria suficiente para pensar o comportamento dos indivíduos. A juventude seria determinada, também, pelo pertencimento a grupos sociais e culturais específicos (CARDOSO & SAMPAIO, 1995 apud SANTOS, 2011). Desse modo, a juventude aparece mais como um processo do que propriamente como uma categoria. Segundo Machado Pais (1990, apud SANTOS, 2011, p. 44), “a juventude é vista em termos de uma sequência de trajetórias biográficas entre a infância e a idade adulta”. Ainda segundo esse autor, seria necessário separar “acontecimentos históricos, que pautam a evolução das estruturas sociais, e acontecimentos individuais, que balizam os diferentes percursos constitutivos de uma trajetória biográfica” (PAIS, 1990 apud SANTOS, 2011, p. 44).

Embora, ao analisar um grupo universitário, seja interessante pontuar a noção de juventude como processo, já demonstrei que, no caso do MUDD*Se, são os cursos de graduação marcadores mais frutíferos para compreender as diferenciações dentro do grupo. Ainda assim, as reflexões de Foracchi (1965) são úteis no sentido de pensar sobre as condições desses jovens para a participação política. A autora participa da segunda corrente e sugere que a juventude é um processo durante o qual o indivíduo busca estabelecer-se. Há uma expectativa acerca do que virá, e espera-se que o jovem assuma uma posição em relação a várias questões sociais, bem como a sua situação profissional e de classe.

Essa visão contribui para pensar o papel da militância estudantil na juventude. Autores que estudam a juventude como processo, frequentemente elegem o pertencimento a

certo estilo musical para pensar especificidades da vivência do jovem. No entanto, a militância política também marca a experiência da juventude de forma profunda, especialmente a militância por diversidade sexual. Isso porque, nela, trata-se um tema especialmente estigmatizante⁵¹ que perpassa toda a individualidade dos estudantes.

Há, em alguma medida, um clamor por opor-se à norma (à heteronorma, no caso dos grupos de diversidade sexual). Nesse sentido, a militância acontece como manifestação dessa oposição. O pertencimento a um grupo, o desenvolvimento de trabalhos junto à comunidade e à sociedade e, principalmente, o reconhecimento conquistado por esses trabalhos, contribuem para o processo de amadurecimento do jovem.

Quando perguntei a um dos integrantes do MUDD*Se se iria ao Congresso da ANEL, no Rio de Janeiro, ele respondeu entusiasmado: *“Nem acredito que minha mãe me deixou ir! Nossa, eu não esperava! Porque eu ainda sou muito filhinho de mamãe, sabe?”* A partir daí, podemos pensar: o que move esses estudantes? Há algo além do ideal de igualdade de direitos para as diferentes orientações sexuais?

Se eles entram no grupo por motivações ideológicas, permanecem nele, em grande medida, pelas relações sociais. É fácil de perceber esse ponto, pois há uma relação bastante cordial, pessoal, muitas vezes de amizade, entre os membros. Eles podem não estar “em busca de” relações sociais, mas são elas, as experiências práticas, cotidianas, as responsáveis pela motivação desses jovens em continuar no grupo. Assim, no dia-a-dia, tais relações aparecem como tão motivadoras quanto – ou mais motivadoras do que – os ideais sociais que orientam o movimento.

Após pensar “juventude”, o marcador “religiosidade” pode parecer importante. Mais uma vez, é um diferenciador que só atua de forma relevante em momentos esparsos, embora algumas vezes um pouco mais abruptos do que aqueles marcados pela juventude, como será demonstrado.

“Religiosidade” diferencia membros do MUDD*Se de grupos de indivíduos de determinadas religiões, especialmente em momentos de militância na cidade de Juiz de Fora. Dentro da Universidade, em reuniões entre membros do MUDD*Se, pode haver divergências em relação a esse tema, mas nunca presenciei qualquer discussão minimamente demorada sobre religião. O que ocorre, geralmente, é apenas uma citação a esse respeito: *“eu já fui a igrejas, mas não acredito muito”*; *“eu sou agnóstica, acho”*; *“eu sou ateu”*; *“sou católico*

⁵¹Becker, Outsiders.

não-praticante”; “*eu tenho a minha fé e não acho que a posição da igreja católica de hostilizar homossexuais possa afetá-la*”.

Uma vez, ouvi: “*não sei como há pessoas que estudam todos esses autores, que observam a história e continuam tendo fé*”. “*Eu também não*”, respondeu outro estudante. Dois integrantes do MUDD*Se que já haviam dito ter determinadas crenças se entreolharam, mas a conversa não teve continuidade.

Fora das reuniões, no entanto, junto à comunidade juiz-forana, essa situação é vivenciada com um pouco mais de tensão. Durante uma parada do orgulho gay, em Juiz de Fora, alguns evangélicos distribuíam folhetos com inscrições do tipo “*you can be forgiven if you repent and seek the cure*”. Uma das integrantes (que, inclusive, declara ter religião) disse indignada: “*que ódio desse cara! Eu não vou na igreja dele dizer pra ele virar viado!*”

Outro momento relevante foi vivenciado durante a I Conferência Municipal de direitos LGBT, promovida pelo MUDD*Se. Segundo os integrantes, um “*crente apareceu lá e ficou falando um monte de coisas fora de propósito. Depois, cada um que falava ‘dava uma carcada’ nele. Aí ele foi ficando quieto*”. Esse episódio gerou estresse entre os estudantes, inclusive em outros momentos, como durante a organização da mesa de religiosidades da II Semana de Diversidade Sexual: “*eu tô com medo que aquele cara da conferência encha um ônibus de crente e leve lá pra atrapalhar a gente*”. Apesar dos risos que se seguiram, demorou-se a conseguir um voluntário, dentro do grupo, para mediar a mesa.

Deste capítulo, é importante perceber que, embora religião e juventude sejam marcadores importantes, são, sobretudo, os diferentes cursos de graduação que acabam por diferenciar os membros no dia-a-dia do movimento. E, além das diferenciações que acontecem *entre os membros* do grupo, é preciso pensar como membros do MUDD*Se se diferenciam de estudantes que fazem parte de outros grupos militantes dentro da UFJF, como será visto no próximo capítulo.

CONCLUSÕES

Política de coalizões entre corpos nem tão abjetos assim

O presente trabalho observou o dia-a-dia de um movimento que defende a diversidade sexual em ambiente universitário, o MUDD*Se, da UFJF. Dividiu-se em cinco partes: uma Introdução, três capítulos e a presente conclusão. Na introdução, foi possível observar um breve resgate acerca de como têm sido feitos trabalhos de campo em antropologia desde Malinowski, bem como questões enfrentadas pela antropologia urbana. Depois, narro o trabalho de campo com o MUDD*Se, bem como alguns dilemas enfrentados para o acesso aos dados necessários à pesquisa.

No capítulo I, a história dos movimentos LGBT é resgatada com a ajuda de autoras como Facchini (2006; 2012) e França (2011). Nele, compreendemos que os grupos de diversidade sexual só aparecem na luta por libertação sexual muito recentemente no Brasil, nos anos 2000. Esses grupos têm como eixo central duas críticas às ONGS (até então dominantes no cenário político): a organização interna, mais horizontalizada; e as concepções de “homem”, “mulher”, “lésbica”, questionadas e desnaturalizadas.

Em primeiro lugar, foi pontuado que a oposição às ONGs LGBTs já estabelecidas no cenário político é um eixo importante da construção das identidades dentro do grupo: a negação de hierarquias e a afirmação de um sujeito que não se esgota em uma orientação sexual imutável são práticas que os estudantes defendem enfaticamente. A busca por independência em relação a essas ONGS e a partidos políticos ou quaisquer outras instituições é o principal norteador da identidade desses estudantes, enquanto membros do grupo. A recusa à vinculação do nome de grandes entidades de apoio aos estudantes (como a ANEL e a UNE) sempre perpassou as discussões do grupo. No MUDD*Se, o principal eixo diferenciador entre aqueles que participam do grupo são os cursos de graduação e institutos frequentados e não a orientação sexual de cada estudante.

Esclarecidos esses três primeiros pontos – oposição às ONGS, busca por independência do grupo e a diferenciação dos estudantes por cursos de graduação – torna-se imperativo pensar na principal tensão que essas identidades vivenciam. A militância política utiliza categorias que a academia desconstrói. Essa contradição entre militância e academia que, antes dos anos 2000, era vivenciada entre diferentes instituições (ONGS e Universidades), passa para dentro de um só grupo, impregnando as subjetividades dos indivíduos que o compõem. Nos grupos de diversidade sexual, um mesmo sujeito encarna o

acadêmico em formação e o militante político. Isso significa que tal contradição – de criticar as categorias com as quais se trabalha no dia-a-dia – é inerente aos grupos de diversidade sexual, tal como foi exemplificado ao longo dessa dissertação. Os participantes da RUDS sublinharam, durante um dos encontros supracitados, que essa era a maior afinidade entre os grupos da rede.

Na Rede Mineira, são as tensões vivenciadas (por esse duplo caráter acadêmico-militante e também pelo contato com instituições análogas – prefeituras, grupos de pesquisa, ONGs, partidos políticos, etc.) aquilo que os diferentes grupos que compõem a rede têm em comum. Sendo assim, trocam experiências sobre como vivenciar a militância nas universidades em diferentes cidades sem pretender que os participantes de diversos grupos tenham idênticas noções acerca do que é ser “homem”, “mulher”, “lésbica”, “travesti”, “estudante” ou “militante”.

O capítulo II teve como foco o grupo pesquisado – MUDD*Se – no contexto da UFJF, em suas dinâmicas e relações com outras instituições. Após compreender a construção e organização do grupo, entramos em questões mais subjetivas: como, no dia-a-dia, opera-se com as noções de “lésbica” e “mulher”, por exemplo, de uma forma a reiterar (ou não) a naturalidade dessas categorias. Ou seja, como os membros transitam de noções identitárias “rígidas” para noções identitárias cuja representatividade das categorias está sempre em questão?

Embora seja possível ver estereótipos sociais de categorias LGBT operando (como quando Pâmela ri e retira o comentário que fizera sobre ser “lésbica ativa”), a busca diária é por maneiras de subvertê-los. E o sucesso nessa busca é, por definição, limitado. Quando estudantes dizem que deve ir a FUNALFA uma mulher com decote, *“porque lá tem um velho babão”*, é possível ver o grupo operando com o machismo, em tentativas de subvertê-lo.

O contexto marcadamente conservador da UFJF – isso quando tratamos de outros grupos militantes, dos estudantes e, principalmente, das pró-reitorias e da reitoria – não difere de relatos de outros grupos que pertencem a RUDS ou mesmo de relatos de grupos mais distantes de Minas Gerais, durante o encontro nacional (ENUDS). Tal contexto é, em parte, entrave aos trabalhos dos grupos e, em parte, a propulsão para que continuem ativos.

É interessante observar como o MUDD*Se se mantém (não sem esforço) alheio às disputas partidárias que permeiam a militância estudantil dentro na UFJF, já observada por Maria Fernanda Teixeira Santos (2011). O grupo busca ter adeptos de todos os partidos, no sentido de ter apoio em qualquer chapa que vença no DCE, bem como deixar algumas

questões fora do grupo: qual modo de produção o Brasil deveria adotar não é uma pauta do MUDD*Se. A busca é pela aceitação de diversas orientações sexuais e identidades de gênero, o que, por si só, exclui determinados partidos e grupos da possibilidade de parceria. Para além disso, qualquer segregação serviria apenas para dividir forças que podem ser somadas.

No capítulo III, temos exemplos mais claros acerca das dificuldades em tentar expurgar violências de gênero. A forte banalização da violência contra a mulher foi entrave observado no Encontro Nacional de 2012, bem como a violência simbólica contra a transexual lésbica (chamada de “homem” por mulheres lésbicas cisgêneras). A tentativa de quebra de estereótipo do *“Viado que só gosta de festas”*, concomitante mesmo ao reforço dessa ideia, também foi observada no capítulo III.

Do mesmo modo, a transexualidade dentro do MUDD*Se como um tipo especial, já que seletivo, de transexualidade foi sublinhada no capítulo III. Longe de dizer que a transexualidade de pessoas brancas ou pardas, com o prestígio de estudar em uma universidade federal é “fácil” (um adjetivo impossível para o processo profundamente doloroso de qualquer transexualidade)⁵², busquei explicitar, através de relatos de Marcele, como esse processo é vivenciado de forma diferente dentro da universidade. Uma transexual mestrandia de uma universidade federal não enfrenta as mesmas dificuldades que outras transexuais, mesmo em contato com uma instituição que se esperaria “imparcial” – a sala de atendimento psicológico do SUS.

Por fim, defendo a inoperância dos termos “religiosidade” e “juventude” dentro do grupo – essas categorias só operam quando os estudantes estão em contato com outros grupos (religiosos ou de pessoas que não se consideram “jovens”).

Do começo ao fim deste trabalho, é perceptível que não há a possibilidade de leitura de marcadores sociais sem ter em conta a complexa realidade do grupo. Ou seja, não há uma forma simples de, por exemplo, ler o significado do termo “lésbica” para o grupo que não observe o contexto em que é usado – contexto esse extremamente fugaz e efêmero.

A presente dissertação pretendeu contribuir para os estudos acerca da construção de marcadores sociais da diferença nos recentes movimentos de diversidade sexual nas universidades, a partir do estudo com o grupo MUDD*Se de Juiz de Fora. É importante salientar que as observações feitas dizem respeito apenas ao grupo juiz-forano (e, em alguns momentos, a grupos mineiros), de modo que a possibilidade de inferências mais gerais a

⁵² Sugiro a leitura de *“Viagem Solitária”*, de João Nery, 2011. Segundo livro autobiográfico do autor, primeiro trans-homem operado no Brasil, lançado em Juiz de Fora, na II Semana de Diversidade Sexual, evento organizado pelo MUDD*Se.

respeito dos grupos de diversidade sexual universitários (no âmbito nacional ou internacional, por exemplo) só existirá quando este trabalho for comparado a outros estudos. De todo modo, trabalhar com apenas um grupo de diversidade sexual permite captar diversas contingências do cotidiano dos estudantes, o que enriquece as análises.

É necessário ainda, por fim, deixar claro que o desgaste que o grupo sofreu, com abrupta diminuição das atividades em 2013, levou ao seu fim. O MUDD*Se não teve fôlego para retomar as atividades e o grupo acabou em 2014. Só durante a apresentação da presente dissertação, em junho de 2014, escutei de alguns membros essa constatação: o MUDD*Se acabou. Uma reflexão que pude fazer a partir daí⁵³ é que a finitude talvez esteja implícita nesse tipo de grupo: a condição de “universitário” é passageira e, conforme os integrantes concluem os cursos de graduação, o grupo tende ao fim.

Um dos integrantes disse que havia um novo grupo sendo formado na UFJF: *“outro coletivo de diversidade sexual está sendo organizado”*. Ao que perguntei: *“Não seria melhor então, eles continuarem o MUDD*Se? Não começar do zero, mas começar a partir de um grupo que já é conhecido por outros grupos da universidade?”*. Fiquei bastante surpresa com a resposta que obtive: *“Não acho legal passarmos o nome pra frente. Não sabemos o que essas pessoas farão dele”*. Então a “morte do grupo” não se deu apenas pelo decorrer dos acontecimentos, pela conclusão do curso de graduação pelos integrantes. O fim do grupo se deu também por uma escolha explícita: os criadores do grupo não queriam “passar o nome para frente” porque não teriam o controle do que seria feito dele. Assim, o MUDD*Se acaba também por opção dos integrantes.

Dias depois, conheci o novo coletivo que estava sendo montado (coletivo Duas Cabeças). O novo grupo também tem resistência à partidarização e é composto por estudantes de diferentes cursos, incluindo alguns integrantes do antigo MUDD*Se, como Marcele. Continuidades e divergências entre os grupos constituem um objeto demasiado grande e demandariam um novo trabalho.

Por fim, em evento na Universidade de Viçosa (julho de 2014) conversei com uma integrante da RUDS que disse que a rede também acabou: *“Não fazemos mais atividades. O pessoal não conseguiu continuar após o fim do financiamento, mas alguns grupos continuam atuantes. O Batalho está ganhando força na UFOP”*.

⁵³ E agradeço à professora Cristina Dias (UFJF) salientar este importante ponto.

Próximas reflexões

Há pelo menos três outros pontos que precisam ser mencionados e que apontam sentidos nos quais este trabalho pode continuar. O primeiro diz respeito à hierarquia entre diferentes grupos de graduação dentro do MUDD*Se: cabe salientar que ela não surge no interior do grupo, mas está estabelecida para além de suas fronteiras. Essa diferença não existe apenas na UFJF ou em Minas Gerais, mas é uma política nacional do governo federal.⁵⁴ A CAPES possui pontuação diferente para pesquisa e extensão, colocando esta última como menos importante. Entre os cursos, não é segredo o privilégio das ciências exatas diante das ciências humanas em relação à disponibilização de recursos. Há uma hierarquia de prestígio que se reflete no MUDD*Se, mas que não nasce no grupo. Antes, tem suas bases assentadas muito além das fronteiras mineiras. É uma hierarquia explícita que deriva do entendimento de que o desenvolvimento de Ciência e Tecnologia para a indústria, para ampliação do consumo, enfim, para o mercado de modo geral é prioridade nacional. Assim, a possibilidade de construção e organização de alternativas à política internacional de produção para o mercado exterior é minada. Ficam em segundo plano o conhecimento para a cidadania, a investigação da cultura dos diferentes grupos brasileiros, a busca por compreensão de questões políticas colocadas por indivíduos marginalizados.

O segundo ponto diz respeito à “horizontalidade”, que perpassa o campo, bem como a presente dissertação. Esta “horizontalidade” precisa ser investigada como um dado do campo que se refere ao poder e que é criação do grupo MUDD*Se, sustentada com esforço. Neste ponto, durante minha análise, acontece a confusão de categorias nativas com a categoria êmica. Trago o termo utilizado pelos estudantes de maneira pouco crítica e pouco analisada, pressupondo que o significado dessa “horizontalidade” seja aquele que o grupo apresenta. É necessário um novo trabalho teórico com retomada dos cadernos de campo para ampliar o entendimento dessa categoria. Ao longo da presente dissertação, aponto de maneira clara como tal noção de “horizontalidade” é importante. Falta agora perceber, à luz da teoria, como este dado do campo pode ser interpretado segundo autores(as) que tratam relações de poder em grupos. O que significaria essa “horizontalidade” para além do que é estipulado pelos universitários militantes?

Por último, pode ser feito um estudo apurado, a partir do campo contido na presente dissertação, da dinâmica do grupo MUDD*Se em contato com os grupos Maria Maria e Grupo de mulheres do DCE, por exemplo, analisados à luz de teoria sobre construção

⁵⁴ Agradeço à professora Lana Lage (UENF) por salientar a importância da exposição deste ponto.

identitária relacional. Ou seja, seria possível compreender melhor a identidade dos integrantes do MUDD*Se a partir de outro paradigma teórico? Este último e terceiro ponto poderia ser relacionado ao segundo, no sentido de que as dinâmicas das relações de poder dentro e fora do grupo de diversidade sexual poderiam ser problematizadas em conjunto ao processo de produção identitária.

O presente trabalho foi importante para esclarecer a dinâmica do grupo MUDD*Se do princípio ao fim de sua trajetória. Foi importante ainda para trazer novas questões, que certamente contribuirão para o entendimento da militância universitária por diversidade sexual, objeto novo, fruto da combinação das teorias queer com a militância estudantil.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BONETTI, Alinne Lima. Antropologia Feminista: o que essa antropologia adjetivada?. In: LIMA E SOUZA, Ângela Maria Freire; BONETTI, Alinne de Lima (orgs.). *Gênero, mulheres e feminismo – Coleção Bahianas 14*. Salvador: Edufba, 2011.

BUTLER, Judith. *Problemas de Gênero: Feminismo e subversão da identidade*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.

_____. O parentesco é sempre tido como heterossexual?. *Cadernos Pagu*. Campinas, n. 21, 2003.

_____. A filósofa que rejeita classificações: entrevista [novembro, 2013]. São Paulo: *Revista Cult*. Entrevista concedida a Carla Rodrigues.

CSORDAS, Thomas. *Embodiment and Experience: The Existential Ground of Culture and Self*. Cambridge: Cambridge University Press, 1994.

_____. *Corpo, significado, cura*. Porto Alegre: UFRGS, 2008.

DAYRELL, Juarez. O jovem como sujeito social. *Revista Brasileira de Educação*. Rio de Janeiro, n.24, set./dez. 2003.

DE LAURETIS, Teresa. A Tecnologia do Gênero. IN: HOLLANDA, Heloisa Buarque de (org.). *Tendências e Impasses – o feminismo como crítica da cultura*. Rio de Janeiro: Rocco, 1994.

DEBERT, Guita Grin. A dissolução da vida adulta e a juventude como valor. *Horizontes Antropológicos*. Porto Alegre, vol.16, n.34, dez 2010.

DURHAM, Eunice R. A pesquisa Antropológica com populações urbanas: problemas e perspectivas. IN: CARDOSO, Ruth C. L. *A Aventura Antropológica: Teoria e Pesquisa*. São Paulo: Paz e Terra, 2004.

FACCHINI, Regina. *Sopa de letrinhas: Movimento homossexual e produção de identidades coletivas nos anos 90: um estudo a partir da cidade de São Paulo*. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social). Campinas: Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, 2002.

FORACCHI, Marialice M. *O estudante e a transformação da sociedade brasileira*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1965.

FOUCAULT, Michael. *Microfísica do Poder*. Rio de Janeiro: Graal, 1996.

_____. *História da Sexualidade I: A Vontade de Saber*. Rio de Janeiro: Graal, 1997.

FRANÇA, Isadora Lins. *Cercas e pontes: O movimento GLBT e o mercado GLS em São Paulo*. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social). São Paulo: Universidade de São Paulo, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, 2006.

FRANCHETTO, Bruna; CAVALCANTI, Maria Laura; HEILBORN, Maria Luiza. Antropologia e Feminismo. Antropologia e Feminismo. IN: FRANCHETTO, Bruna; CAVALCANTI, Maria Laura; HEILBORN, Maria Luiza. *Perspectivas Antropológicas da Mulher 1*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1981.

GEERTZ, Clifford. *O Saber Local*. Petrópolis: Vozes, 1997.

_____. *Interpretação das Culturas*. Rio de Janeiro: LTC, 2008.

HARAWAY, Donna. A manifesto for Cyborgs: science, technology and socialist feminism in the 1980s. *Socialist Review*. Londres, v. 15, n. 2, 1985.

HEILBORN, Maria Luiza. *Dois é par: Gênero e identidade sexual em contexto igualitário*. Rio de Janeiro: Garamond, 2004.

_____. Homossexualidade feminina em camadas médias do Rio de Janeiro sob a ótica das gerações. In: VELHO, Gilberto; DUARTE, Luiz Fernando (orgs.). *Gerações, família, sexualidade*. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2009.

LAPLANTINE, François. *Aprender Antropologia*. São Paulo: Brasiliense, 2007.

MACRAE, Edward. *A construção da Igualdade: identidade sexual e política no Brasil da abertura*. Campinas: Unicamp, 1990.

MALINOWSKI, Bronislaw. *Uma teoria científica da cultura*. Rio de Janeiro: Zahar Editora, 1975.

_____. *Argonautas do Pacífico Ocidental*. São Paulo: Abril Cultural, 1984.

MALUF, Sônia Weidner. Corporalidade e desejo: Tudo sobre minha mãe e o gênero na margem. *Revista Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 10, n. 1, 2002.

MOORE, Henrietta. Compreendendo Sexo e Gênero. IN: INGOLD, Tim. *Companion Encyclopedia of Anthropology*. London: Routledge, 1997.

NICHOLSON, Linda. Interpretando o gênero. *Revista Estudos Feministas*. Florianópolis, v. 8, n.2, 2000.

PINAFI, Tânia. Assimetrias de poder na militância entre gays e lésbicas. In: COSTA, Horácio et al (Orgs.). *Retratos do Brasil homossexual: fronteiras, subjetividades e desejos*. São Paulo: Edusp, IMESP, 2010.

SANTOS, Maria Fernanda Teixeira dos. *Mulheres no movimento estudantil: representações, discursos e identidades*. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais). Juiz de Fora: Universidade Federal de Juiz de Fora, 2011.

SCOTT, Joan Wallach. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. *Educação & Realidade*, Porto Alegre, vol. 20, nº 2, jul./dez. 1995.

SIMÕES, Júlio; FACCHINI, Regina. *Na trilha do arco-íris: do movimento homossexual ao LGBT*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2009

VELHO, Gilberto. *Individualismo e Cultura*. Rio de Janeiro: Zahar Editora, 2004.

ZALUAR, Alba. Teoria e prática do trabalho de campo: alguns problemas. IN: CARDOSO, Ruth C. L. *A Aventura Antropológica: Teoria e Pesquisa*. São Paulo: Paz e Terra, 2004.

TABELAS

TABELA 1

TABELA DE SIGLAS		
MUDD*Se	Movimento Universitário em Defesa da Diversidade Sexual	Grupo de diversidade sexual da UFJF. É o grupo estudado no trabalho.
GUDDS	Grupo Universitário em Defesa da Diversidade Sexual	É o grupo de diversidade sexual da UFMG. Foi o responsável por inspirar os estudantes da UFJF a criarem o grupo juiz-forano e, junto com o Primavera nos Dentes (UFV), deram origem a RUDS.
RUDS	Rede Universitária de Diversidade Sexual	É a rede mineira de grupos universitários em defesa da diversidade sexual, da qual o MUDD*Se faz parte. A os grupos que compõem a RUDS participou do ENUDS em 2012. Grupos de outras localidades mostraram-se interessados em criar redes, mas, até 2012, a RUDS era a única rede estadual de grupos.
ENUDS	Encontro Nacional de Universitários em Defesa da Diversidade Sexual	É o Encontro nacional de grupos de diversidade sexual, que ocorre anualmente desde 2002. Cada edição é organizada por um grupo diferente, em um estado diferente da federação. Dois pré-encontros o antecedem e preparam.
MGM	Movimento Gay de Minas	É a ONG Juiz-forana que luta por direitos LGBT.
DCE	Diretório Central dos Estudantes	Organização representativa dos estudantes de toda a universidade, cujos representantes são eleitos periodicamente.
UNE	União Nacional dos Estudantes	Órgão de representação estudantil vinculado ao governo federal e, durante os anos de pesquisa, próximo ao partido governista, PT – partido dos trabalhadores.
ANEL	Associação Nacional dos Estudantes Livre	Órgão de representação estudantil não-vinculado ao governo que pretende fazer oposição a UNE. Reúne estudantes não-filiados e de vários partidos de esquerda em todo o Brasil. Em Juiz de Fora, há uma aproximação muito grande entre a ANEL e o PSTU – Partido Socialista dos Trabalhadores Unificado.

TABELA 2

Eventos nos quais o MUDD*Se se envolveu			
DATA	EVENTO	Promovido por:	
		MUDD*Se	RUDs
2011.05	17 de maio: filme e mesa	X	
2011.08.15e16	I Conferência Municipal LGBT de Juiz de Fora	X	
2011	Parada da Cidadania e do Orgulho Gay de Juiz de Fora		
2011	II pré-ENUDS e I Reunião RUDs em Viçosa		X
2011	II Conferência Estadual LGBT – Belo Horizonte		
2011	Conferência Nacional LGBT – Brasília		
2011	Pré-Congresso ANEL em JF		
2011	Congresso ANEL no Rio		
2011	II Encontro RUDs – Alfenas		X
2011.11	II Semana da Diversidade Sexual da Universidade Federal de Juiz de Fora	X	
2012.01	Visibilidade Trans_Campanha virtual	X	
2012.05	III Encontro RUDs _ Barra Longa		X
2012.08	Visibilidade Lésbica_Exibição de Filme	X	
2012.09	IV Encontro RUDs_Lavras		X
2013.01	Visibilidade Trans_Exibição de Filme	X	

TABELA 3

Perfil dos estudantes que integram/integraram o MUDD*Se												
Nome Fictício	Curso	Instituição	Idade (2014)	Cor	Trabalho	Bolsa de Pesquisa	Militância Prévia	Pesquisa	Sexo	Orientação	Cis/Trans	Condição
Bella	Pedagogia	UFJF	20-25	Branca	Sim		MGM		Fem	Bissexual	Cis	Próximo
Pâmela	Pedagogia	UFJF	20-25	Branca	Sim		MGM		Fem	Homossexual	Cis	Próximo
Swellen	Pedagogia	UFJF	22	Parda		Sim	ANEL/DCE-UNE	Sim	Fem	Heterossexual	Cis	Próximo
Marcele	Psicologia	UFJF	20-25	Branca/Parda		Sim		Sim	Fem	Heterossexual	Trans	Próximo
John Lydon	Psicologia	UFJF	20-25	Branca		Sim		Sim	Masc	Heterossexual	Cis	Próximo
Kátia	Psicologia	UFJF	20-25	Parda					Fem	?	Cis	Próximo
Diva	Psicologia	UFJF	20-25	Branca/Parda		Sim	GUDDS	Sim	Masc	Heterossexual	Cis	Próximo
Jade	Geografia	UFJF	20-25	Branca					Fem	?	Cis	Próximo
Sabrina Rangeil	Edu. Física	UFJF	20-25	Branca	Sim		MGM		Fem	Homossexual	Cis/Trans	Afastado
Ursão	Matemática	UFJF	31	Branca	Sim		DCE - UNE		Masc	Homossexual	Cis	Afastado
Rodolfo	Psicologia	UFJF	20-25	Parda					Masc	Homossexual	Cis	Afastado
João	Psicologia/Serviço Social	UFJF	20-25	Branca			DCE - ANEL		Masc	Heterossexual	Cis	Afastado
Rapunzel	Psicologia	Outra	20-25	Branca			MGM		Fem	Assexual	Cis	Afastado
Murilo	Comunicação	UFJF	20-25	Parda					Masc	Homossexual	Cis	Afastado
Cinderela	Direito	UFJF	20-25	Branca					Fem	Heterossexual	Cis	Afastado
Candy Bear	Direito	UFJF	20-25	Branca/Parda					Masc	Homossexual	Cis	Afastado
Jesus	Direito	UFJF	20-25	Branca					Masc	Homossexual	Cis	Afastado
Boy	E. Médio	Outra	-20	Branca					Masc	Homossexual	Cis	Afastado
Cássia	História	UFJF	25-30	Branca	Sim		MGM		Fem	Homossexual	Cis	Afastado

ANEXOS

ANEXO 1

Nota de repúdio ao caso de estupro ocorrido na UFJF, lançado em rede social na internet pelo Diretório Central dos Estudantes - DCE:

Sobre a suspeita de estupro na festa do IAD-UFJF na última sexta-feira, o DCE vem a público mostrar total repúdio pelo acontecido e prestar nossa solidariedade à aluna agredida e à sua família.

Entendemos que a situação exposta é reflexo não de um caso individual, mas de um problema que está cada vez mais a tona na sociedade – o tratamento das mulheres como objeto. Este fato não está descolado da realidade em que vivemos, onde vemos as mulheres serem inferiorizadas e feitas de objeto, de seus corpos serem mercantilizados pelas indústrias em propagandas machistas.

Pode parecer que não tem relação, mas a naturalização do machismo influencia o modo de pensar. Esta ideologia busca responsabilizar as mulheres, e não o próprio sistema que as vitimiza, pela violência que sofrem cotidianamente. Mulheres estupradas são questionadas sobre as roupas que estavam vestindo. Mulheres agredidas são questionadas por “darem motivo”. Esse machismo pode ser percebido no simples fato de que, se um homem está alcoolizado ele não está pedindo para ser atacado, mas se uma mulher bebe, significa que ela dá a liberdade de que qualquer um possa incidir sobre ela sem o seu consentimento. Podemos perceber que em nenhum momento foi questionado quem foi o autor da agressão, ficando impune. Já a estudante é exposta pela situação degradante da qual passou, sendo a única culpada e visada no debate sobre o caso.

Esta situação faz parte do aumento significativo de casos de estupro em Juiz de Fora e no Brasil. Segundo uma recente matéria no jornal Tribuna de Minas, são 56 casos de estupros em 4 meses na Cidade Alta (região em que se encontra a universidade). No Brasil a cada 15 segundos uma mulher é violentada. Por isso, casos como o da aluna do IAD não devem ser tratados de maneira individual.

Junto a isso, lamentamos o posicionamento da reitoria da UFJF. Sabemos que é de responsabilidade da instituição o investimento em segurança em seu interior. Sabemos também que não são de hoje os problemas com segurança, tanto para estudantes quanto para os trabalhadores. A reitoria deve investir em segurança e melhor iluminação no interior do

campus. São atitudes que não acabam com o machismo, mas que são de responsabilidade da reitoria e que com certeza coíbem os agressores a praticar tais ações.

É necessário também que as instâncias governamentais, em específico o governo federal, pense e aplique políticas públicas que visem coibir e punir os agressores e proteger as mulheres agredidas, já que estamos falando de casos recorrentes na sociedade e que por isso deve ter a intervenção do Estado na garantia da proteção às mulheres.

O DCE é contra toda forma de opressão. E entendemos que essa luta é diária, que precisamos tornar público acontecimentos como este para que não passe como sendo “mais um caso qualquer”. Acreditamos que o combate ao machismo é necessariamente coletivo e organizado por aqueles que sofrem a opressão, em aliança com aqueles interessados em acabar com esta situação, dando voz aos oprimidos e força aos que desejam lutar e construir uma sociedade diferente, onde se possa ser o que se é.

ANEXO 2

16 de Abril de 2012 - 09:45

Suspeita de estupro em festa na UFJF

Estudante de 17 anos foi atendida no HPS, onde foi confirmada conjunção carnal; caso foi encaminhado para a Polícia Federal

Por Tribuna

Uma adolescente de 17 anos, estudante da UFJF, teria sido estuprada durante uma festa realizada na madrugada de sábado (14), no Instituto de Artes e Design (IAD) no campus. De acordo com informações da Polícia Militar, a garota só desconfiou que poderia ter sofrido abusos quando acordou com arranhões e desconforto em algumas regiões do corpo. Ela foi levada por uma amiga à Santa Casa de Misericórdia onde foi constatada a conjunção carnal, confirmada em perícia no HPS. Em depoimento, a amiga contou que elas estavam em uma festa de recepção aos calouros do curso Bacharelado Interdisciplinar de Artes, quando ela precisou se ausentar por cerca de 40 minutos. A vítima teria ficado na companhia de outros colegas de turma. Quando sua amiga voltou, teria encontrado a adolescente embriagada e em situação degradante. Uma conselheira tutelar foi acionada e acompanhou o registro da ocorrência. Os policiais informaram oficialmente o reitor e o chefe da segurança da UFJF sobre o ocorrido.

No início da tarde desta segunda (16), a UFJF divulgou nota lamentando o fato. Confira na íntegra:

"A Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF) lamenta o fato narrado e enfatiza que a festa Calorarte (promovida por alunos do Instituto de Artes e Design) não foi realizada por órgão institucional ou unidade acadêmica da UFJF. O caso está sendo conduzido pelos órgãos competentes e serão instalados procedimentos internos de apoio às investigações das autoridades policiais."

ANEXO 3

24 de Abril de 2012 - 13:45

Estudantes cobram apuração de estupro na UFJF

Movimento organizado pelo DCE pretendeu, também, chamar atenção para a questão da segurança no campus

Por *Tribuna*

Ação foi realizada em frente ao RU do campus

Com faixas, panfletos e alto-falantes, estudantes da UFJF se reuniram no fim da manhã desta terça-feira (24), em um ato simbólico, em repúdio ao caso de estupro de uma jovem de 17 anos, ocorrido no dia 13 deste mês, durante festa realizada dentro da universidade. O movimento, organizado pelo Diretório Central dos Estudantes (DCE), foi realizado em frente ao Restaurante Universitário no Campus, com o objetivo de conscientizar os alunos sobre casos semelhantes. "O número de estupros de mulheres tem crescido na sociedade. Precisamos atentar para esses casos machistas, que colocam a figura feminina em situações vexatórias. Neste fato específico dentro do Campus, lutamos para que ele não caía no esquecimento", ressaltou o coordenador do DCE, Felipe Fonseca.

Os estudantes cobram ainda a apuração do caso e a punição do agressor. "A suspensão de festas dentro da UFJF não ataca o problema. A instituição precisa garantir a integridade física dos alunos", defende Felipe.

ANEXO 4

Nota de repúdio ao caso de estupro ocorrido na UFJF, lançado em rede social na internet pelas integrantes do Maria Maria, trazendo também a assinatura da Marcha Mundial das Mulheres:

"Anoiteceu, sozinha você não está segura" (Ellen Oléria)

O Coletivo Feminista Maria Maria - Mulheres em Movimento, núcleo da Marcha Mundial de Mulheres em Juiz de Fora, repudia o ato de abuso sexual contra uma estudante da UFJF, ocorrido durante a Calourada do Instituto de Artes e Design (IAD), na madrugada de sábado, 14. Como grupo de mulheres criado e organizado na UFJF para debater e promover ações que discutam a mulher na universidade e na sociedade em geral, é inaceitável que o caso seja tratado apenas como problema de segurança no campus, sem levantar o debate de violência contra a mulher, que deveria ser o foco do caso.

O abuso sexual contra mulheres/meninas mostra que o corpo da mulher é visto como um objeto de domínio público por parte de determinados homens. No pensamento machista, o que dizer de uma menina de 17 anos e embriagada, então? É como se estivesse "pedindo" para ser estuprada.

No geral, ainda somos vistas como seres de segunda categoria, essa posição nos diminui como seres humanos e, conseqüentemente, retira direitos essenciais na vida em sociedade. Devemos ser submissas, falar apenas o necessário, não podemos chamar atenção e nem ficarmos sozinhas em espaço público, pois se isso acontecer é motivo para violarem nosso corpo.

Nós, mulheres feministas e estudantes, do Coletivo Feminista Maria Maria, repudiamos qualquer ato de violência contra a mulher. Lutamos para que o direito da mulher à liberdade seja posto em prática no nosso cotidiano e na vida de nossas companheiras, e portanto nos mobilizaremos para que isso seja amplamente divulgado e colocado em prática na UFJF.

Sem a educação da sociedade machista para os direitos da mulher, não há câmera ou sensor de raio laser que possa impedir a violência contra mulheres e meninas em lugar nenhum.

Coletivo Feminista Maria Maria - Mulheres em Movimento - "Mudar a vida das mulheres para mudar o mundo, mudar o mundo para mudar a vida das mulheres"

Marcha Mundial das Mulheres